A CAVALARIA NA GUERRA DOS CEM ANOS

A CAMPANHA MILITAR DE CRÉCY (1346)

Ives Leocelso Silva Costa

EditoraUFS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

REITOR | Valter Joviniano de Santana Filho

VICE-REITOR | Rosalvo Ferreira Santos

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA EDITORIAL | Maíra Carneiro Bittencourt Maia

COORDENAÇÃO GRÁFICA | Luís Américo Silva Bonfim

CONSELHO EDITORIAL

Alfredo Dias de Oliveira Filho
Alisson Marcel Souza de Oliveira
Ana Beatriz Garcia Costa Rodrigues
Carla Patrícia Hernandez Alves Ribeiro César
Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso
Fernando Bittencourt dos Santos
Flávia Lopes Pacheco
Luís Américo Silva Bonfim
Maíra Carneiro Bittencourt Maia (Presidente)
Márcia Regina Pereira Attie
Petrônio José Domingues
Renata Ferreira Costa Bonifácio

EditoraUFS

Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"
Jardim Rosa Elze - CEP: 49100-000 São Cristóvão - Sergipe
Contatos: +55 (79) 3194-6920 Ramais 6922 ou 6923
editora@academico.ufs.br
www.editora.ufs.br | www.livraria.ufs.br

Ives Leocelso Silva Costa

A CAVALARIA NA GUERRA DOS CEM ANOS

A CAMPANHA MILITAR DE CRÉCY (1346)

EditoraUFS

São Cristóvão - SE | 2023

© Editora UFS, 2023.
Direitos para esta edição cedidos à Editora UFS. Qualquer parte desta publicação poderá ser utilizada e transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, desde que citada a fonte.
Obra selecionada e publicada com recursos públicos advindos do Edital 001/2021 do Programa Editorial da UFS.
Este livro segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, adotado no Brasil em 2009.

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA | Jeane de Santana

IMAGEM DA CAPA | Français: Bataille de Crécy, 1346 (autor desconhecido)

PREPARAÇÃO E REVISÃO | Vanessa Góes

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Costa, Ives Leocelso Silva.

C837c A cavalaria na guerra dos Cem Anos : a campanha militar de Crécy (1346) [recurso eletrônico] / Ives Leocelso Silva Costa. - São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2023.

166 f.; il.

ISBN 978-85-7822-710-4

1. Cavalaria. 2. Civilização medieval. 3. Monarquia. 4. Guerra dos Cem anos, 1339-1453. 5. Idade Média - Historiografia. I. Título.

CDU 357.1"04/14"

PREFÁCIO

A quem ler as minhas palavras, sugiro que entendam que elas vão além da imensa responsabilidade de apresentar a pertinência do livro que prefacio. Deixo, a cargo da liberdade que ainda nos resta, a possibilidade de acelerarem a leitura do que passo a escrever.

Tive a honra de acompanhar o autor, Ives Leocelso Silva Costa, em parte de sua jornada e, na maioria das vezes, aprender com o seu trabalho de pesquisador dedicado à História Medieval. Que me permitam a abertura de um longo parêntese que considero importante para a compreensão à importância que atribuo a publicação deste livro.

Eu estava – a memória me falha quanto ao ano – num evento acadêmico participando de uma mesa redonda com outros dois professores de História Medieval. Terminada minha fala, aberta a rodada de perguntas vindas da plenária do auditório da Universidade Federal de Alagoas, em Maceió, um jovem ao fundo levanta timidamente a mão. Porém, com voz firme, me questiona sobre o famoso livro *Fiefs and Vassals: The Medieval Evidence Reinterpreted*, publicado em 1994, por Susan Reynolds. Pergunta certeira. Foi de encontro e consonância à minha comunicação naquela noite. Meu amigo ao lado sorriu para mim, eu sorrio por dentro. Respondi o questionamento tão bem elaborado e que foi no cerne de minha fala e ao que eu chamava atenção. O jovem concordou.

O tempo passa. Mais uma vez a memória me trai, mesmo que minhas palavras se perpetuem neste prefácio, não sei quanto tempo depois, Ives Leocelso foi aprovado em segundo lugar no curso de

Mestrado Acadêmico em História da Universidade Federal de Alagoas e em primeiro lugar no Mestrado Acadêmico em História da Universidade Federal de Sergipe. Fiz parte de sua banca de seleção na UFS. Projeto bem amarrado, prova bem executada, entrevista segura. Colocação merecida. Fui encarregado de orientá-lo nos dois anos de pós-graduação. Contemplado com bolsa da CAPES, mudou-se para a cidade de São Cristóvão, Sergipe, morava em uma república.

Tínhamos por hábito almoçar juntos e prosear sobre o andamento da pesquisa e da vida. Certo dia, comentando sobre as investigações que eu estava desenvolvendo, citei um desejo que eu sabia que jamais seria realizado, ser supervisionado num estágio pós-doutoral por Susan Reynolds, em Londres.[1] Ives sorriu: "O senhor não se lembra?". Pasmo, respondi que não. Ele trouxe à tona aquela noite no auditório da UFAL: "Fui eu quem te fez a pergunta sobre Fiefs and Vassals!". Chorei ao chegar em casa. Fecho o parêntese.

Os estudos sobre Cavalaria na Idade Média são vastos, inclusive no nosso país. É um lugar bem comum encontrar essa frase em artigos produzidos por nós, medievalistas brasileiros.

Temos em nossas bibliotecas universitárias, pelo menos nas boas em que a História Medieval não é vista como um inimigo departamental, alguns clássicos mais gerais, artigos diversos, além das traduções vindas da França, principal escola sobre o tema. Contudo, afirmo sem receio: as reflexões deste primeiro livro do professor e historiador-medievalista, Ives Leocelso Silva Costa, frutos de seu trabalho de dissertação de Mestrado Acadêmico em História pela Universidade Federal de Sergipe, trazem algumas pertinentes peculiaridades ao campo da História da Guerra e da Cavalaria na Idade Média e certamente será boa contribuição para quem quiser pensar mais amplamente sobre a História da Guerra na Idade Média.

1 Medievalista britânica, nascida em 1929.

Em primeiro lugar, ele se arrisca ao trabalhar num período de transição para tal campo de estudo, no que tange à documentação e às reflexões historiográficas oriundas das análises metodológicas do conteúdo das crônicas do século XIV. O historiador demonstra em seu livro algo que obteve com o tempo: entender que, em muitos casos, é necessária uma delimitação para se obter resultados mais amplos e que nem todo pensamento histórico pode ser contido dentro de um único livro e uma só pesquisa.

Em seguida, traz – a nós, professoras e professores – a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) como uma grande tela de fundo ao que quer nos demonstrar. Nos inspira a ir com ele. Por sua narrativa analítica, envolve-nos. Mas como dito, a famosa guerra, que para muitos demarca o fim da Idade Média e o início da dita Modernidade, é apenas a grande tela. Ives Leocelso Costa Silva quer nos tomar pelas mãos e nos levar num ponto mais específico. O historiador nos guia pela Campanha de Crécy (1346).

Finalmente, dentro do campo de batalha, em Crécy, ele – e nós – podemos observar seus caminhos entre os combatentes para comprovar sua hipótese: a Cavalaria Medieval não entra em "declínio" a partir do século XIV como uma forte corrente, que ainda hoje empurra grandes barcos para arrecifes ou para partes rasas do mar da História os fazendo encalhar.

Ives Leocelso Costa Silva segue outra cartografia: percebe as nuanças da guinada historiográfica dos anos de 1970 e equilibra sua embarcação com maestria ao manusear tão bem como contrapeso os diversos tipos de documentos a que teve acesso.

De bombordo a estibordo, este livro nos dá prova da necessidade de não esquecermos o "*bê-á-bá*" que nos é explicado desde a Graduação: Para a História Medieval, mais do que somente documentos, é

fundamental atentar-se à Historiografia sobre o tema e para aquilo que se solidificou ou simplesmente foi dado como perdido num naufrágio.

Repito a quem chegou até as linhas finais deste prefácio-memória que redigi: o livro em questão não é uma narrativa sobre mais uma batalha travada no âmbito da Guerra dos Cem Anos, mas a demonstração sincera e honesta de um jovem historiador e medievalista que, com zelo às fontes e faro historiográfico, não temeu o mar bravio, tampouco as flechas lançadas contra si. Eu sei, eu também estive lá. Agora cabe a vocês confiarem e virem com seus próprios olhos o que pude ver.

São Cristóvão, 15 de junho de 2021.

Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro

Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - 11

---

1 - O CONTEXTO HISTORIOGRÁFICO - 14

1.1 - Guerra, poder e cavalaria - 14

1.2 - Conceito e historiografia da cavalaria - 21

1.2.1 - A pesquisa sobre a cavalaria no Brasil **- 25**

1.3 - A historiografia da guerra dos cem anos - 27

1.4 - As fontes - 31

1.5 - Considerações finais do capítulo - 35

---

2 - REIS E CAVALEIROS: CONFLITOS DINÁSTICOS E CAVALARIA NO CONTEXTO ANGLO-FRANCÊS (SÉCULOS XI-XV) - 36

2.1 - Capetíngios e Plantagenetas - 36

2.2 - Plantagenetas e Valois - 48

2.2.1 - A guerra dos cem anos (1337-1453) **- 50**

2.3 - Guerra e cavalaria no início do século XIV - 54

2.4 - A cavalaria na baixa idade média: declínio ou transformação? - 66

2.4.1 - A tese do declínio da cavalaria no século XIV **- 69**

2.4.1.1 - *A "revolução militar" do século XIV* **- 80**

2.4.1.2 - *Os torneios* **- 85**

2.5 - A cavalaria após o século XV - 88

2.6 - Considerações finais do capítulo - 91

3 - A CAMPANHA MILITAR DE CRÉCY (1346) - 93

3.1 - O adubamento do príncipe de Gales - 95

3.2 - As *chevauchées* e o saque de Caen - 104

3.3 - O vau de Blanchetaque - 110

3.4 - A batalha de Crécy - 117

3.5 - Considerações finais do capítulo - 147

CONCLUSÃO - 149

REFERÊNCIAS - 153

SOBRE O AUTOR - 165

INTRODUÇÃO

Em 1346, no norte da França, dois poderosos exércitos encontraram-se no campo de batalha perto da vila de Crécy. A hoste francesa – atacante – possuía vantagem numérica, especialmente de Cavaleiros – guerreiros de elite montados, armados com os melhores equipamentos militares da época. A força oponente inglesa, que tinha um grande contingente de arqueiros, combateu a pé, em posição defensiva. O resultado chocou a Cristandade: os ingleses obtiveram uma estrondosa vitória e grandes senhores franceses foram mortos. Historiadores posteriores passaram então a considerar que a Batalha de Crécy, e o século XIV de modo geral, assinalou a decadência da Cavalaria, tanto no âmbito bélico quanto no político e social.

Em decorrência disso, os estudos sobre a Cavalaria – tema já tradicional na pesquisa histórica, que deu origem a obras clássicas nas décadas de 1970 e 1980, especialmente no contexto anglo-francês – tendem a se concentrar no período da Idade Média Central (séculos XI-XIII), com destaque para as Cruzadas e as Ordens Monásticas de Cavalaria. Além disso, especialmente no Brasil, os historiadores da Cavalaria têm dado maior ênfase a seus aspectos literários, ao imaginário Cavaleiresco e aos valores fornecidos pelas canções de gesta e pelo ciclo Arturiano. De modo geral, a guerra muitas vezes aparece como elemento distante nos estudos Cavaleirescos.

Consideramos, entretanto, que a Cavalaria é um tema vasto e complexo, passível de múltiplas abordagens. Assim sendo, nesta obra optamos por nos debruçar sobre esta dupla lacuna: a Cavalaria na guerra no século XIV.

No primeiro capítulo, buscaremos relacionar guerra, poder e Cavalaria, afirmando que, na sociedade da Baixa Idade Média, esses três elementos eram indissociáveis. Vincularemos nossa análise à História da Guerra, na esteira de autores como Philippe Contamine e Christopher Allmand, considerando a guerra medieval em aspectos amplos, militares, políticos e socioculturais. Discutiremos o conceito e a historiografia da Cavalaria e nos deteremos sobre os desenvolvimentos da pesquisa da Cavalaria no Brasil. Também abordaremos a historiografia da Guerra dos Cem Anos, tema que permeia nossa obra. Ademais, exporemos as fontes que embasaram nossa inquirição.

No segundo capítulo, trataremos primeiramente da formação e desenvolvimento da monarquia anglo-francesa, através de sua mútua influência e suas longas contendas dinásticas, nas quais a Cavalaria exerceu papel fundamental – desde o século XI, com a conquista da Coroa inglesa pelo Duque da Normandia, até o século XIV, com a chegada da dinastia dos Valois ao trono francês e a eclosão da Guerra dos Cem Anos. Em seguida, iremos analisar a prática da guerra durante o início do século XIV: as formas de combate e recrutamento, as distinções sociais nos exércitos e o papel das tropas de cavalaria e infantaria. Por fim, nos deteremos de forma profunda e abrangente sobre a tese do declínio da Cavalaria na Baixa Idade Média, argumentando com o uso de fontes e historiografia que a mesma se trata de um mito historiográfico – o lado oposto do mito da supremacia da Cavalaria na Idade Média Central.

No terceiro e último capítulo, faremos um exame detido da campanha militar de Crécy (1346), demonstrando como a Cavalaria esteve presente em todo o seu decorrer: do adubamento do Príncipe de Gales, após o desembarque das forças inglesas na Normandia (em 13 de julho), à Batalha de Crécy (em 26 de agosto) – um dos confrontos mais brutais de todo o medievo, no qual mais de mil e quinhentos Cavaleiros foram mortos por soldados que lutaram a pé. Buscaremos romper com noções de que a Cavalaria costumava ser uma redutora

da violência, ou de que ela se resumia, em um sentido técnico-militar, ao combate montado. Ao invés disso, defenderemos que a Cavalaria era intrinsecamente ligada à atividade guerreira da aristocracia e que a honra e a proeza – a habilidade nos feitos de armas – eram seus valores essenciais.

Ao final da obra, esperamos ter demonstrado que a campanha que culminou com a Batalha de Crécy, longe de ser um marco de declínio, foi um dos eventos que melhor evidenciaram toda a complexidade da Cavalaria no medievo; e que, no século XIV, ela permanecia essencial para a guerra, a cultura e as relações de poder da aristocracia medieval.

1 - O CONTEXTO HISTORIOGRÁFICO

A História da Guerra e a História Política têm estado presentes na escrita histórica desde o seu alvorecer. Das obras de Heródoto e Tucídides às crônicas medievais, batalhas em nome de príncipes, de reis e do Estado figuram com proeminência. Entretanto, a maneira como os historiadores abordam esses temas passaram por diversas transformações ao longo do tempo. Diversos estudos contemporâneos, por exemplo, voltam sua atenção para os discursos e as representações, às vezes como fins em si mesmos. Não é esse nosso intuito.

Buscamos, em nossa análise das fontes, sempre amparados pela historiografia pertinente, reconstruir aquilo que for possível da realidade subjacente aos documentos, procurando descobrir o que era de fato a Cavalaria no contexto anglo-francês da metade do século XIV. Defendemos, portanto, a possibilidade de verdade histórica; cientes de que é uma verdade em eterna construção.

A seguir abordaremos, de forma geral e sucinta, os principais desenvolvimentos da História da Guerra e da História Política e como se manifestarão em nossa análise sobre a Cavalaria.

1.1 - Guerra, poder e cavalaria

No século XIX, quando ocorreu a "cientificação" da História, predominava a hoje denominada Antiga História Militar, ou seja, a narrativa de enfrentamentos bélicos, com descrições técnicas e minuciosas de formas de combate e armamentos, e a biografia dos grandes generais. Muitas vezes escrita por militares, a Antiga História Militar

tinha por objetivo examinar as táticas de guerra do passado para seu possível uso no presente. Desse modo, por muito tempo a Idade Média foi vista como uma época de ausência de pensamento estratégico, dominada pelo caos e o individualismo dos combatentes;somente a partir da metade do século XX o medievo seria reabilitado nesse âmbito (CONTAMINE, 1998, p. 208).

Por outro lado, a História Política do século XIX era a História do Estado-Nação, dos feitos e decisões de seus dirigentes (FALCON, 1997, p. 56). Era uma forma de História narrativa e factual – eventual seria mais correto, uma vez que se pautava em grandes acontecimentos – e foi justamente essa forma de História o alvo da crítica contundente da Escola dos Annales no início do século XX.

Encabeçada por Marc Bloch e Lucien Febvre, a Escola dos Annales, surgida na França, foi uma das grandes responsáveis pela imersão da escrita histórica na interdisciplinaridade, especialmente no diálogo com a Sociologia e a Antropologia. Mais do que com eventos, esses historiadores preocupavam-se com as mentalidades, os costumes, as diferentes formas de sociedade, enfim, com a ação humana no tempo em seus múltiplos aspectos (CASTRO, 1997, p. 42). Já em sua segunda geração, liderada por Fernand Braudel, o foco passou a ser as estruturas e a longa duração, sendo o evento e as ações políticas relegados à categoria do transitório, até mesmo efêmero (FALCON, 1997, p. 60).

Michel Foucault foi um outro autor francês que teve profundo impacto na História Política. Ao perceber que o poder permeia a sociedade e está presente em (praticamente) todas as relações humanas, Foucault retira a hegemonia do Estado enquanto fonte de poder político como objeto de estudo (FALCON, 1997, p. 63-64). Pode-se falar então de um certo esvaziamento da História Política, substituída por uma História do Poder, de cunho fortemente descentralizador.

Foi somente a partir da década de 1990, após a publicação do livro-manifesto de René Rémond, *Por uma História Política*, que a His-

tória Política "volta à moda", por de tal campo de estudo, ao mesmo tempo em que deslancha a Nova História Política, que, influenciada pela Nova História Cultural da década de 1980, leva ao político temas que vão além das ações do Estado, trazendo o público para o centro de análise: o voto, a opinião pública, a filiação partidária, entre outros (RÉMOND, 1996). Desde então fala-se muito em Cultura Política (FALCON, 1997, p. 67). Na interseção entre História Política e História Cultural, outro conceito muito utilizado é o de Poder Simbólico, desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Apesar da análise de Bourdieu destinar-se à sociedade capitalista – na qual o Poder Simbólico seria a máscara que oculta o poder econômico e a violência física, gerando uma concordância tácita que torna aceitável a dominação social pelas elites (BOURDIEU, 2011, p. 11-12) – diversos historiadores a tem aplicado a outros períodos, inclusive o medievo (SANTOS, 2019).

Sob a influência da Nova História Cultural, surge também uma Nova História Militar, que observa a prática da guerra pelo viés da cultura. Seu principal expoente foi o historiador britânico John Keegan, autor de *A Face da Batalha* (1976) e *Uma História da Guerra* (1993). Para Keegan (2006), ferrenho crítico de Clausewitz, a guerra não era uma continuação da política por outros meios, como defendia o general prussiano, mas tinha suas regras próprias, particulares a cada sociedade e período histórico. Em outras palavras, a guerra era cultural.

A Nova História Militar valoriza a experiência do combatente, os discursos realizados sobre a guerra e os códigos que regem a sua perseguição (SOARES; VAINFAS, 2012). Entretanto, a Antiga História Militar, centrada em líderes e acontecimentos, não deixou de ser praticada, especialmente por historiadores ligados a escolas militares no mundo anglo-saxônico. Enquanto isso, desenvolveu-sede forma paralela uma História da Guerra, mais ampla e abrangente, capaz de unir os temas tradicionais àqueles inovadores.

Um dos grandes medievalistas que trabalham com a História da Guerra é o historiador inglês Christopher Allmand (RODRÍGUEZ CASILLAS, 2012, p. 163), que a associa à expansão dos horizontes historiográficos trazida pela Escola dos Annales. Para Allmand (1988, p. 1), a guerra deve ser inserida no contexto econômico, social e cultural das sociedades em que era praticada, buscando-se uma perspectiva totalizante. O aspecto militar propriamente dito não é descartado – mas é posto ao lado de outros que também precisam ser abordados. A História da Guerra seria, desse modo, uma forma de História Social. Allmand (1988, p. 4) também defende o estudo das atitudes em relação à guerra daqueles que tomam parte nela, para que o fenômeno bélico possa ser plenamente compreendido. Assim sendo, a História da Guerra também dialoga com a História Cultural.

A pesquisa sobre a História da Guerra no medievo é um tema consagrado no mundo anglo-saxônico, contando com autores renomados como os britânicos Maurice Keen e Malcolm Vale e o norte-americano Clifford J. Rogers. Entretanto, a maior referência da área é um historiador francês, Philippe Contamine.

Desde o final do século XX, a historiografia francesa tem se aberto cada vez mais ao tema da guerra medieval, que aparece com destaque no trabalho de historiadores como Stéphane Boisselier e, especialmente, Xavier Hélary. Entretanto, ao longo do século XX, o tema foi muitas vezes ostracizado, especialmente dentro da Escola dos Annales (SOARES; VAINFAS, 2012, p. 119). Houve exceções, sem dúvida, como o aclamado Georges Duby (1993), que dedicou uma obra à Batalha de Bouvines, e Jean Flori, historiador da Cavalaria e da Guerra Santa. Contudo, pode-se perceber o clima predominante da época na fala de Contamine (1998, p. x, tradução nossa) no prefácio da edição inglesa de *La Guerre au Moyen Age*, originalmente publicado em 1980: "quando eu comecei o trabalho do qual este livro é o produto final, eu tinha a sensação de que o progresso dos estudos medievais havia levado a uma subestimação do fenômeno da guerra". O sucesso de

La Guerre au Moyen Age, que permanece a obra-prima sobre o assunto até hoje, serviu para reparar esse desequilíbrio em grande medida, despertando em vários de historiadores a compreensão de que, na Idade Média, a guerra, de forma explícita ou discreta, sempre influenciou o rumo dos acontecimentos (CONTAMINE, 1998, p. x). Afinal, conforme ressalta o italiano Franco Cardini (2017, p. 529):

> [...] como a Idade Média era época de insegurança endêmica, reconhecia-se na prática das armas uma atividade legítima e necessária, no âmbito da manutenção ou da restauração de um equilíbrio que se via continuamente perturbado ou ameaçado por forças exteriores à Cristandade ou por forças situadas no interior da própria Cristandade, mas rebeldes a toda ordem.

Entre os medievalistas brasileiros, a guerra ainda é um tema pouco estudado. Observa-se que nos últimos anos algumas produções vêm lidando com o assunto, embora muitas vezes de forma tangencial, como é o caso da Tese de Doutorado do professor Bruno Gonçalves Alvaro (2013), orientada pela professora Doutora Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, intitulada *As Veredas da Negociação: Uma Análise Comparativa das Relações entre os Senhorios Episcopais de Santiago de Compostela e de Sigüenza com a Monarquia Castelhano-Leonesa na Primeira Metade do Século XII*. Nela, a *Reconquista* é o pano de fundo para as disputas senhoriais e para a projeção do poder senhorial-episcopal dos bispos, encarnados na pessoa de Diego Gelmírez. Outras pesquisas, no entanto, têm tido a guerra como foco principal, caso das seguintes Dissertações de Mestrado: *Guerreiros e Batalhas na Mira de Jean Froissart (1337-1405): Cenário em Transformação*, de Guilherme Floriani Saccomori (2015), sob orientação da professora Doutora Marcella Lopes Guimarães; *Guerra e Política: Guilherme, o Conquistador, e a Batalha de Hastings nas Fontes Anglo-Normandas dos Séculos XI e XII*, de Lucio Carlos Ferrarese (2015), orientado pelo professor Doutor Jaime Estêvão dos Reis; e o monumental estudo neo-historicista de Rafael Costa Prata (2016), orientado pelo já referido professor Doutor Bruno Gonçalves Alvaro, denominado *In Armorum Artibus Spectabiles Satis*

Sunt: Relações Político-Militares e Poder Monárquico na Trajetória Visigoda durante a Antiguidade Tardia (332-711).

Entre os livros publicados, destacam-se dois, *A Guerra na Idade Média*, de Ricardo da Costa (1998), e *Bispos Guerreiros*, de Leandro Duarte Rust (2018). A obra do professor Ricardo da Costa, conhecido por suas traduções de Ramon Llull, merece destaque por seu pioneirismo. Contudo, tanto sua linguagem quanto sua fundamentação teórico-metodológica remetem a produções mais arcaicas.

Bispos Guerreiros, por outro lado, figura entre o que há de mais atual na produção histórica. Fruto de uma pesquisa de pós-Doutorado na *Catholic University of America*, nos Estados Unidos, o livro se caracteriza pela profunda erudição do professor Leandro Rust, talvez o grande medievalista de sua geração. Seguindo a história de Cádalo, entronizado como o "antipapa" Honório II, o autor realiza uma profunda análise sobre as relações entre a violência e o sagrado na Península Itálica nos séculos X e XI, apresentando um mundo em disputa, em que a autoridade se constrói por meio de discursos validados pela vitória no campo de batalha (RUST, 2018). Ainda que *Bispos Guerreiros* não trate de questões militares em si, consideramos que dialoga com a História da Guerra. É o que se observa no trecho em que descreve o *carroccio*, confeccionado pelo arcebispo de Milão em sua luta contra o imperador germânico:

> Era um altar para os tempos de guerra. Através dele o Salvador cruzava o umbral da igreja e acompanhava os citadinos. Assim, a batalha não seria travada "em nome de Cristo", mas *com* o próprio Cristo. A guerra dos milaneses ganhava o significado de ato sacrificial. Perante aquele altar, o combate era imitação da Paixão; e os combatentes, irmãos em uma comunhão verdadeira e plena (RUST, 2018, p. 142).

Esta relação entre religião e guerra se encaixa na visão totalizante da História da Guerra partilhada por Philippe Contamine. Para o historiador francês:

> O tema precisa ser abordado por muitos ângulos diferentes se quisermos compreendê-lo em sua totalidade: habilidade militar, armamento, recrutamento, composição dos exércitos e a vida neles, problemas morais e religiosos apresentados pela guerra, a relação entre a guerra e seu contexto político e cultural, podem constituir alguns deles (CONTAMINE, 1998, p. xi, tradução nossa).

Para os fins de nossa análise consideramos o fator político fundamental e nesse ponto relativizamos a crítica de Keegan à sua predominância na guerra. Compreendemos que seu intuito era o de elaborar uma História da Guerra que fosse universal, abrangendo uma vasta multiplicidade de períodos e sociedades; por outro lado, concordamos que as formas de combate e os limites impostos aos conflitos são culturais. Entretanto, é necessário ressaltar que, em grande medida, a guerra na Idade Média tinha objetivos estratégicos complexos, relacionados à conquista e à manutenção do poder, especialmente aquela conduzida por reis e príncipes – figuras que, aliás, têm ganhado espaço novamente na História Política, junto com as narrativas de batalhas (AUTRAND, 2006, p. 422). Havia, de fato, depredações e pilhagens que visavam nada mais que ao butim, mas quando nos deparamos com as grandes operações militares do século XIV, especialmente no período elencado da Guerra dos Cem Anos, torna-se difícil não vislumbrar os objetivos claramente políticos de seus comandantes. Não se trata, de todo modo, de fazer uma oposição entre cultura e política, mas de compreender ambas como aspectos essenciais de um mesmo fenômeno.

É sob esse viés que nos debruçaremos sobre a Cavalaria – como uma força militar e política dotada de uma cultura própria, adotada pelos reis envolvidos na guerra anglo-francesa como fonte de legitimidade e preservação do poder. Isto posto, examinaremos em sequência como a Cavalaria vem sendo compreendida pelos medievalistas.

1.2 - Conceito e historiografia da Cavalaria

De antemão, faz-se necessário um esclarecimento sobre a grafia que escolhemos para o termo Cavalaria, com inicial maiúscula. As limitações da língua portuguesa em relação a este tópico, em comparação com o inglês e o francês, fazem com que um único vocábulo designe diversos sentidos. Isto foi observado por Miguel Aguiar (2016, p. 22), historiador da Cavalaria portuguesa:

> De facto, em português, nenhum termo se aproxima dos substantivos *chivalry* ou *chevalerie.* Estas palavras, já usadas na Idade Média, contêm um sentido alargado: incluindo a ideia de cavalaria como uma honra e como um código de conduta, podem também aplicar-se à designação da categoria social dos cavaleiros. Existem ainda os termos *cavalry* ou *cavalier*, destinados aos corpos de guerreiros montados a cavalo, sem que essa função esteja associada a um modo específico de estar no mundo. Em português, a palavra cavalaria reúne os dois sentidos, e nem sempre se afigura claro nas fontes qual deles está em causa.

Além disso, por utilizarmos traduções próprias de diversas obras estrangeiras, que, apesar de muitas vezes clássicas, jamais foram lançadas no Brasil, decidimos nos guiar pela opção da historiadora Néri de Barros Almeida durante a tradução de *A Cavalaria* de Dominique Barthélemy (2010, p. 15, nota 1):

> Os termos empregados em francês para designar a pessoa a cavalo (*cavalier*), seu agrupamento (*cavalerie*) e seus hábitos (*cavalières*), bem como o membro da Cavalaria (*chevalier*), são, como se pode ver, diversos. O português não permite essa distinção, sendo os dois grupos de sentido designados pelas mesmas palavras, derivadas de "cavaleiro". Bem mais específicos, os termos franceses *chevalier*, *chevalerie* e *chevaleresque* se aplicam àquele que é visto como integrante da Cavalaria e àquilo que é próprio e digno desta. Em português a distinção entre "cavalheiro" e "cavaleiro" não comporta os sentidos das duas formas francesas. Tendo em vista que a distinção é fundamental ao bom

> acompanhamento da discussão do processo histórico que, segundo Barthélemy, dá origem à Cavalaria, traduziremos sempre os termos *cavalier*(s), *cavalière*(s) e *cavalerie* por "cavaleiro(s)", "cavaleiresco(s)" e "cavalaria", e *chevalerie*, *chevaleresque*(s) e *chevalier*(s) serão vertidos respectivamente como "Cavalaria", "Cavaleiresco(s)" e "Cavaleiro(s)".

Desse modo, observa-se que a partir das tentativas de elucidação da palavra cavalaria empreendidas por esses dois historiadores lusófonos, três sentidos fundamentais podem ser depreendidos para o conceito de Cavalaria na Idade Média: o militar, de um corpo de guerreiros de elite, montados a cavalo; o social, de uma dignidade que distingue seu portador dos demais membros da sociedade; e o cultural, de um conjunto de valores e virtudes próprios de seus integrantes.

Sem discordar desse esquema geral, os historiadores da Cavalaria têm optado por destacar um desses sentidos como centro de sua análise. Dessa forma, o historiador francês Georges Duby (1989) ocupou-se em *A Sociedade Cavaleiresca* com a formação da classe dos Cavaleiros, compreendida como resultante da desfragmentação do poder central ocasionada pelo esfacelamento do Império Carolíngio, no que foi denominado a mutação feudal do Ano Mil. Nesse novo cenário, dominado pelas castelanias de pequenos senhores, os Cavaleiros eram o braço armado da aristocracia, elevados dentre os vilões para exercer controle sobre as classes produtoras. Já Dominique Barthélemy (2010) opta por uma abordagem antropológica para criticar a tese mutacionista de Duby, no já mencionado *A Cavalaria*, no qual demonstra que, ao invés de terem sido recrutados entre os camponeses, os Cavaleiros eram a nova versão do *comitatus* germânico, o grupo de guerreiros domésticos ligados ao chefe por serviço e lealdade. Para Barthélemy, as narrativas Cavaleirescas como, por exemplo, a *Canção de Rolando* (século XI), eram herdeiras de tradições heroicas pagãs, assumindo uma nova roupagem em uma sociedade que havia se tornado cristã. Por outro lado, Barthélemy argumenta que o poder real permaneceu relevante, relativizando o fenômeno das castelanias.

Variações do esquema tripartite que utilizamos para definir o conceito de Cavalaria podem ser encontrados em diversos autores. Richard W. Kaeuper (1999, p. 4, tradução nossa), escrevendo sobre o uso do termo Cavalaria pelos próprios medievais, sugere que:

> Quando eles falavam ou escreviam sobre a Cavalaria (*militia* em latim, *chevalerie* em francês), qualquer um de três significados relacionados pode ter estado em suas mentes. Primeiro, o termo podia significar nada mais teórico ou ético do que feitos de grande valor e resistência em algum campo de combate, isto é, o trabalho heroico com espada, escudo e lança. Segundo, o termo podia significar um grupo de Cavaleiros. No sentido mais simples isto talvez seja o corpo de guerreiros de elite presentes em algum campo de batalha em particular. Terceiro, Cavalaria podia ser usado para significar um código de comportamento Cavaleiresco.

Para Jean Flori (2005, p. 23), a Cavalaria engloba o conjunto dos Cavaleiros, ultrapassando as fronteiras de reinos e senhorios, representando "um tipo de estatuto socioprofissional de caráter internacional provido de uma dignidade e de uma ética reconhecida". O pesquisador inglês Mark Honeywell (2006, p. 3, tradução nossa), argumenta em sua Tese de Doutorado que:

> Durante a Idade Média, a palavra 'Cavalaria' era usada de várias maneiras diversas: como um substantivo coletivo para o grupo de guerreiros de elite que lutavam a cavalo; para os feitos militares deste grupo; como uma ordem social, equivalente à Ordem da Cavalaria, que poderia ser contrastada com as ordens religiosas; e como um código de valores apropriado às elites político-militares.

Miguel Aguiar (2016, p. 25-26), por sua vez, considera que:

> [...] a cavalaria reunia elementos pertencentes às aristocracias (desde a alta nobreza até um "simples" cavaleiro) numa "confraria" com deveres e privilégios específicos, e com um modo próprio de estar na vida terrena. Era também um estatuto que deveria ser reservado e merecido, sinónimo da honradez do indivíduo.

Enquanto para o historiador britânico Nigel Saul (2011, p. 348, tradução nossa):

> Para alguns ela representa um código de guerra, um construto legal, um conjunto de convenções para minimizar o horror das hostilidades. Para outros, é mais um sistema de valores aristocrático, uma coleção de qualidades ideais: honra, coragem, lealdade. Ainda para outros é essencialmente um fenômeno literário, a criação de escritores de romance que gostavam de contar sobre os bravos feitos realizados por Cavaleiros para suas damas.

Já Maurice Keen, considerado o maior historiador da Cavalaria, afirma que, se por um lado, é relativamente fácil definir o que era o Cavaleiro: "[...] um homem de posição aristocrática e provável ancestralidade nobre, que é capaz, se convocado, de se equipar com um cavalo de guerra e as armas de um guerreiro montado e que passou por certos rituais para torná-lo o que ele é – que foi 'adubado' na Cavalaria" (KEEN, 1984, p. 2-3, tradução nossa); por outro, a definição de Cavalaria é mais sutil, equiparando-a a um modo de vida: "[...] a Cavalaria pode ser descrita como um *ethos* no qual elementos marciais, aristocráticos e cristãos foram fundidos juntos" (KEEN, 1984, p. 16, tradução nossa).

Essas são apenas algumas interpretações encontradas na vasta historiografia da Cavalaria, mas dentro de todas é possível distinguir elementos militares, sociais e culturais. Gostaríamos de acrescentar mais um elemento: o político, visto que o prestígio e a fama adquiridos pelos Cavaleiros podiam se converter em poder e *status*. Foi assim que Guilherme Marechal, na passagem do século XII para o século XIII, passou de simples Cavaleiro a conde, conselheiro e regente da Inglaterra (DUBY, 1988).

A partir do século XIV, o aspecto político da Cavalaria tornou-se mais evidente, especialmente durante a Guerra dos Cem Anos, quan-

do os reis da França e da Inglaterra comandaram sua aristocracia[1] no campo de batalha na disputa pela coroa francesa.

1.2.1 - A pesquisa sobre a Cavalaria no Brasil

No Brasil, os maiores expoentes da pesquisa sobre a Cavalaria são a historiadora Adriana Zierer (UEMA) e o letrólogo Álvaro Bragança Júnior (UFRJ). Sua principal obra é a coletânea de artigos intitulada *Cavalaria e Nobreza: Entre a História e a Literatura*, lançada em 2017, na qual privilegiaram o elemento cultural, especificamente literário, da Cavalaria. Seu objeto de estudo é a Cavalaria imaginada, os valores Cavaleirescos apresentados nas canções de gesta e, especialmente, nos romances arturianos, e o ideal Cavaleiresco do teólogo catalão Ramon Llull, autor do *Livro da Ordem de Cavalaria* (c. 1276) (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017).

As pesquisas de pós-graduação sobre a Cavalaria no Brasil, ainda poucas, têm focado, em linhas gerais, nos mesmos temas explorados por Zierer e Bragança Jr. Na Universidade Federal Fluminense - UFF, por exemplo, uma das maiores e mais prestigiadas instituições de pesquisa histórica do país, de 1.671 estudos, abrangendo de 1974 até os dias atuais, somente quatro tratavam da Cavalaria. Dessas, três abordaram a literatura do ciclo arturiano da Idade Média Central e uma

1 Adotamos a distinção feita por Joseph Morsel (2008, p. 9-18) entre aristocracia e nobreza. Morsel considera que a aristocracia era, de modo geral, a elite social medieval, na qual estavam incluídos senhores de terras, patriciados urbanos, mercadores ricos e banqueiros. O autor considera que o conceito de nobreza só se desenvolve ao final da Idade Média, passando a se relacionar à linhagem e aos títulos, em uma tentativa de parte da aristocracia – fundiária e militar – de excluir de sua esfera de atuação os outros componentes mencionados. Quando utilizarmos os termos nobre e nobreza, estaremos nos referindo à aristocracia guerreira. De outro modo, em grande parte das citações os autores utilizam os termos aristocracia e nobreza de forma equivalente.

analisou a imagem do Cavaleiro ideal em Portugal no século XV.[2] Outras instituições apresentaram um padrão semelhante.[3]

Em relação a estudos que se detenham sobre a Cavalaria na Guerra dos Cem Anos, mesmo que indiretamente, além da Dissertação de Guilherme Floriano Saccomori, *Guerreiros e Batalhas na Mira de Jean Froissart (1337-1405): Cenário em Transformação*, mencionada anteriormente, destaca-se a Tese de Doutorado de Carmem Lúcia Druciak (2018), intitulada *A Escrita da História na França de 1380 a 1404: as Representações Discursivas sobre o Cavaleiro Bertrand du Guesclin (†1380)*. Desenvolvida na Universidade Federal do Paraná em cotutela com a Universidade de Poitiers, a pesquisa de Druciak foi realizada sob a orientação da professora Doutora Marcella Lopes Guimarães e do professor Doutor Stéphane Boisselier. Nela a autora analisa a relação entre a escrita da História e o projeto político-militar de exaltação da Cavalaria e de sua subordinação aos reis da monarquia Valois, na passagem do século XIV para o século XV.

Duas conclusões gerais podem ser tiradas a respeito da historiografia da Cavalaria no Brasil. A primeira é a predominância de temas relacionados ao imaginário, à literatura, à representação e à escrita da História. A segunda, da qual a primeira pode ser consequência, é que existe uma grande influência de parte da historiografia francesa[4], e que praticamente não há entre os estudos mencionados referências

2 Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/16894. Acesso em: 15 jun. 2021.

3 Não foram encontrados resultados sobre Cavalaria na UFRJ, seja em seu programa de História Comparada, seja de História Social (https://minerva.ufrj.br/); assim como na USP (https://www.teses.usp.br/), na UNICAMP (http://repositorio.unicamp.br/), na UnB (https://repositorio.unb.br/), na UFPE (https://repositorio.ufpe.br/)e na UFS (https://ri.ufs.br/). Uma ocorrência sobre o imaginário da Cavalaria no Império Português foi encontrada na UFBA (https://repositorio.ufba.br/ri). Pesquisas acerca de Cavalaria e literatura / escrita da História foram identificadas na UFPR (https://acervo.ufpr.br/) e na UFRGS (https://lume.ufrgs.br/). Todos os acessos foram feitos em: 15 jun. 2021.

4 É curioso observar que as editoras brasileiras ignoram autores franceses como Édouard Perroy (1901-1974), Jean Favier (1932-2014), Françoise Autrand (1932-), Bertrand Schnerb (1957-), Xavier Hélary (1976-) e, especialmente, Philippe Contamine (1932-), medievalistas ligados, de modo geral, à pesquisa de temas político-militares.

a medievalistas de língua inglesa que pesquisam a Cavalaria. Talvez isso ocorra pela barreira linguística, talvez por razões que não possamos facilmente determinar. O que se percebe, contudo, é que há um diálogo importante e necessário a ser travado com os historiadores anglo-saxônicos, cujas contribuições fundamentais para a pesquisa da Cavalaria permanecem pouco exploradas no Brasil.

1.3 - A historiografia da guerra dos cem anos

A expressão "Guerra dos Cem Anos" é uma criação historiográfica do século XIX. Sua primeira aparição teria sido na França em 1823, sendo logo adotada na Inglaterra (CONTAMINE, 1968, p. 5, nota 1). Acredita-se que o Romantismo tenha influenciado a cunhagem do termo, bem como sua popularidade, de maneira similar à ocorrida com a denominação "Guerras das Rosas", que, difundida pelo romancista Sir Walter Scott na obra *Anna de Geierstein*, de 1829, foi abraçada e consagrada pelos historiadores (GODWIN, 2012, p. 13).

Anteriormente ao século XIX, o que hoje é conhecido como a Guerra dos Cem Anos – que teria durado 116 anos, entre 1337 e 1453 – era simplesmente chamado de Guerras na França ou Guerras Anglo-Francesas. Sua importância e diferenciação de conflitos similares ocorridos em outras épocas, contudo, decorre de seus próprios contemporâneos, que, desde o século XIV, as perceberam como algo excepcional. Esse foi o caso dos cronistas Jean Le Bel e Jean Froissart (sobre os quais nos deteremos adiante). No prólogo de suas *Crônicas*, Froissart (1968, p. 37, tradução nossa) descreveu seu propósito:

> Para que os empreendimentos honrados, as aventuras nobres e os feitos de armas que tiveram lugar durante as guerras travadas pela França e a Inglaterra sejam devidamente relatados e preservados para a posteridade, para que os homens bravos sejam assim inspirados a seguir tais exemplos, eu desejo colocar em registro estas questões de grande renome.

Froissart considerava como dignos de registro os feitos e valores marciais e almejava promover sua emulação entre seus leitores. Essa é uma característica típica das crônicas ditas Cavaleirescas, que unem a História às tradições literárias já seculares no período e que se destinavam ao público guerreiro-aristocrático. Percebe-se, desse modo, um entrelaçamento da história da Cavalaria e da história da Guerra dos Cem Anos desde seu princípio.

Froissart, entretanto, jamais poderia ter concebido a ideia de uma Guerra dos Cem Anos,uma vez que morreu em 1405, muito antes da data tradicionalmente eleita pela historiografia para o término do conflito. No final do século XIV, na verdade, a guerra parecia caminhar para uma solução pacífica, com longas décadas de trégua entre as monarquias da França e da Inglaterra. Foi somente a mudança dinástica na Inglaterra com a ascensão ao trono da Casa de Lancaster que reavivou o confronto em 1415.

Apesar desses hiatos, elementos de continuidade são percebidos na narrativa dos cronistas. Enguerrand de Monstrelet, por exemplo, importante cronista borgonhês do século XV, manifestou em sua obra o desejo de dar continuidade ao trabalho de Froissart (CURRY, 2003, p. 11). Essa continuidade derivava tanto da manutenção de uma tradição narrativa quanto do entendimento de que os eventos dos séculos XIV e XV formavam um todo coeso.

Entre os séculos XVI e XVIII, historiadores franceses e britânicos incluíram as Guerras em suas histórias gerais, rompendo cada vez mais com uma narrativa embasada somente nas crônicas e recorrendo a registros governamentais e documentos oficiais de todo tipo. Esses trabalhos embasados em arquivos mantinham um elemento em comum com as velhas crônicas, porém: o seu partidarismo, tendendo a glorificar a nação – conceito cada vez mais importante – que representavam. Isto persiste, e talvez até se intensifique, no século XIX – época em que a coleção e publicação de documentos tornou-se mais

sistemática e o rigor da análise histórica mais profundo – uma vez que a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas elevaram a um novo patamar a animosidade anglo-francesa (CURRY, 2003).

Durante a primeira metade do século XX surgiram as primeiras obras dedicadas especificamente ao tema da Guerra dos Cem Anos, termo então já consolidado. O principal objeto de debate entre os historiadores eram as origens e causas da Guerra. Para Déprez, em 1902, elas estariam na homenagem-lígia que o rei inglês foi forçado a realizar ao monarca inglês pela posse da Gasconha em 1259; para Coville, em 1940, na Conquista Normanda da Inglaterra em 1066; enquanto que para Templeman, em 1965, e Le Patourel, também na mesma data, na perda do Ducado da Normandia pelos ingleses em 1204. Houve também intenso debate sobre a seriedade ou não da reivindicação de Eduardo III à coroa da França, sobre a importância do papel da Escócia e sobre a data de encerramento do confronto (VALE, 1989). Para Kenneth B. McFarlane (1973, p. 5), por exemplo, a Guerra teria sido travada da época de Eduardo I (1229-1307) à de Henrique VIII (1491-1547). Por outro lado, Malcolm Vale (1989, p. 199) elenca como possíveis datas para seu encerramento os anos de 1453 (Batalha de Castillon e retomada de Bordeaux), 1492 (Paz de Étaples), 1558 (expulsão dos ingleses de Calais) e 1802 (Tratado de Amiens e abandono oficial da reivindicação do soberano da Inglaterra à coroa da França). Apesar disso, Anne Curry (2003, p. 24) afirma que, no geral, os medievalistas recentes têm evitado estender a análise da Guerra dos Cem Anos para além do fim da Idade Média, talvez para não entrar em atrito com os modernistas.

Mesmo com todas as considerações acima dispostas, o marco temporal de 1337-1453, continua sendo referência para a maioria das pesquisas sobre o longo confronto anglo-francês. Postula-se que, apesar dos fatores pregressos, o conflito teve início com a declaração de guerra de Eduardo III da Inglaterra a Filipe VI de Valois, Rei da França; e que, mesmo com os desdobramentos posteriores, teve seu fim *de*

facto com a derrota inglesa em Castillon. É o que defende Édouard Perroy (1962, p. 93, 322), autor da obra que é, até hoje, considerada a melhor narrativa sobre a Guerra dos Cem Anos em volume único, *La Guerre de Cent Ans*, originalmente publicada em 1945. Foi seguindo esta linha que conduzimos nossa análise.

Desde o final da década de 1980, a pesquisa sobre a Guerra dos Cem Anos tem sido bastante prolífica. Superadas as antigas aversões nacionalistas, observa-se uma atmosfera de cooperação entre medievalistas contemporâneos, como no caso de *The Battle of Crécy, 1346*, de autoria de Adrew Ayton e Philip Preston (2007) que conta com a colaboração de historiadores britânicos e franceses, e do volume VII do *Journal of Medieval Military History*(2009), que apresenta o dossiê *The Age of the Hundred Years War*, para o qual contribuíram autores ingleses, norte-americanos, franceses e portugueses, entre outros.

Um livro de grande referência é o já mencionado *The Hundred Years War: England and France at War (c. 1300-c. 1450)* de Christopher Allmand (1988), e que, sob a influência da História Social, trouxe a Guerra em seu contexto amplo, abordando temas como o recrutamento, a cobrança de tributos, o desenvolvimento do Estado e a literatura. Para seu mérito, Allmand fez isso sem abandonar a narrativa político-militar tradicional, que apresenta de forma sucinta no primeiro capítulo.

Jonathan Sumption, por sua vez, realiza a narrativa mais minuciosa e exaustiva já feita da Guerra dos Cem Anosna premiada e monumental obra *The Hundred Years War*, com quatro volumes publicados entre 1990 e 2015 e ainda não concluída. Sumption reúne todas as fontes possíveis e imagináveis à sua disposição para construir uma história coesa que acompanha passo a passo todas as ações e eventos dos envolvidos na Guerra em seus vários teatros de operação, realizando somente comentários breves, mas críticos e valiosos.

Outra obra digna de nota é *The Wars of Edward III: Sources and Interpretations*, editada por Clifford J. Rogers (1999), coletânea que

reúne trechos de fontes e ensaios de diversos autores de períodos distintos, como os já citados Templeman e Le Patourel, além dos contemporâneos Andrew Ayton, Michael Jones e o próprio Rogers.

Por fim, é necessário mencionar o trabalho recente de Fernando Pereira dos Santos, *Cronistas e Combatentes: A Escrita da História na Inglaterra da Guerra dos Cem Anos (1330-1360)*, publicado em 2019. Apesar de não tratar da guerra em si, o livro se sobressai, em primeiro lugar, por seu erudito diálogo com a historiografia anglo-saxônica e, em segundo, por ser, até onde pudemos averiguar, a única obra a tratar da Guerra dos Cem Anos de autoria de um medievalista brasileiro.

1.4 - As fontes

Entre as fontes principais de nossa análise, as crônicas tiveram destaque. Consideramos que as crônicas são cruciais para o entendimento da Cavalaria, mesmo quando conflitam entre si em sua narrativa dos eventos. Segundo Sumption (1990, p. x), elas oferecem um valioso *insight* acerca da mentalidade aristocrática, incapaz de ser obtido por meio de outros registros. O fato das crônicas se destinarem a um público Cavaleiresco – no século XIV a leitura nos círculos aristocráticos tornava-se cada vez mais comum – moldava o trabalho dos cronistas. De acordo com Stéphane Boisselier (2014, p. 95):

> Certamente, como em qualquer narrativa dirigida aos leigos, considerados incapazes de abstração, o público deve poder identificar-se nos pormenores e no espírito geral; a verossimilhança das atitudes mentais e o realismo dos elementos materiais (o famoso "efeito de realidade") são, por conseguinte, obrigatórios.

Jean Froissart foi um dos alicerces de nossa análise. O cronista da Cavalaria do século XIV por excelência, sua obra encontra-se disponível em diversas versões, mas optamos por utilizar a tradução para a língua inglesa de Geoffrey Brereton, especialista em literatura fran-

cesa, publicada em 1968. Escritas no final do século XIV, as *Crônicas* relatam os acontecimentos da Guerra dos Cem Anos, no período de 1322-1400. Segundo Saccomori (2015, p. 8):

> Embora seja difícil precisar a data de nascimento do cronista Jean Froissart, o ano provável de seu nascimento é 1337, o mesmo ano em que o rei Eduardo III da Inglaterra reivindica o trono francês, dando início ao conflito conhecido na historiografia por Guerra dos Cem Anos. Nasceu no condado de Hainaut, região francófona, mas que naquele tempo era aliada do reino da Inglaterra. Pouco se sabe sobre a infância do cronista, mas em muitos de seus poemas, dá pistas sobre sua biografia. Sua família pertencia à burguesia mercante, ao que o cronista indica em seus poemas *Joli Buisson de Jeunesse* e *Dit du Florin*. Ainda, seus poemas apontam que foi à escola, teve uma infância comum com outras crianças, estudou latim com doze anos e se tornou um clérigo. Atravessou o Canal da Mancha no ano de 1361, junto com reféns que negociariam os termos do tratado de Brétigny (1360).

Foi na Inglaterra, na corte da esposa do rei Eduardo III – a rainha Filipa de Hainaut, sua conterrânea – que Froissart deu início à escrita de suas *Crônicas*. O cronista entrevistava os participantes dos eventos, quando possível, e, quando não, recorria a outros relatos e crônicas, como as de Jean Le Bel, seu contemporâneo e grande influenciador.

As *Verdadeiras Crônicas de Jean Le Bel*, nas quais também nos apoiamos, foram traduzidas para o inglês em 2011 pelo acadêmico e tradutor Nigel Bryant. Elas cobrem o período de 1321 a 1361 e foram fruto de relatos ouvidos pelo cronista, que incorreu em grandes despesas em sua persecução. Le Bel foi cânon de Liège, cidade ligada no século XIV ao Império, e viveu em estilo principesco, tendo lutado, apesar de ser clérigo, contra os escoceses em 1327. Seu relato é tido como claro, preciso e fiel aos acontecimentos (TYSON, 1986).

Em contraponto aos episódios trazidos pelos cronistas, utilizamos o*Livro da Cavalaria* de Godofredo de Charny, escrito por volta de 1350. Segundo Craig Taylor (2009, p. 69), o *Livro* foi o primeiro tratado francês original sobre a Cavalaria composto durante a Guerra dos Cem Anos. O grande mérito da obra de Charny é ter sido escrita por um Cavaleiro ligado à monarquia francesa e envolvido na luta contra os ingleses. Charny estava no centro dos acontecimentos e seu manual de exortação aos valores Cavaleirescos certamente refletia a visão de muitos de seus contemporâneos. Para Taylor (2009, p. 83-84, tradução nossa):

> A demanda na França não só por traduções de Vegécio, mas também de um *corpus* mais amplo de tratados didáticos sobre *l'art de chevalerie* é um indicativo da reorientação fundamental da cultura militar e Cavaleiresca sob a monarquia Valois, dirigida tanto pelo meio intelectual quanto pelos desafios extraordinários que a França encarava. As classes militares provaram-se abertas a reformas significativas e também a novas formas de aconselhamento, parte do gradual desenvolvimento de uma consciência de casta que distinguia os militares profissionais dos civis.

Godofredo de Charny viveu e escreveu nesse ambiente. Maurice Keen (1984, p. 12) nos oferece um breve resumo de sua biografia:

> Senhor de Pierre Perthuis, Montfort, Savoisy e Licey, ele primeiro prestou serviço na Gasconha em 1337. Em 1340 ele defendeu Tournai contra os ingleses e em 1341 ele serviu na Bretanha sob o herdeiro da França, João, Duque da Normandia. Em 1347 ele foi um daqueles que se uniram à Cruzada malsucedida de Humberto, o último Delfim independente de Vienne. Em 1349 ele foi o líder do bando de franceses que tentou recuperar Calais de surpresa; a história de seu rechaçamento nas mãos de Eduardo III e Walter Manny está registrada em detalhes pelo cronista Froissart. Quando seu antigo comandante, o Duque João, sucedeu ao trono francês ele adquiriu nova proeminência; ele quase certamente foi um membro da Cavaleiresca Ordem da Estrela, que João, o Bom, criou para rivalizar a nova Ordem da

> Jarreteira de Eduardo III, e em 1355 ele foi nomeado para ser o portador do estandarte real do Rei francês, a miraculosa Auriflama de São Dinis. Ele estava guardando o estandarte do rei quando foi morto na batalha de Poitiers em 1356.

Utilizamos a tradução do *Livro* de Charny feita para o inglês em 1996 por Elspeth Kennedy, renomada medievalista e tradutora britânica especializada na literatura arturiana do século XIII, com introdução do historiador da Cavalaria norte-americano Richard W. Kaeuper. Kennedy realizou sua tradução do francês medieval original a partir de dois manuscritos localizados na Biblioteca Real da Bélgica e na Biblioteca Nacional francesa. Essa foi a primeira versão contemporânea da obra de Charny, que anteriormente só podia ser encontrada como apêndice em algumas antigas versões francesas das *Crônicas* de Jean Froissart.

Além destas fontes principais, também foram utilizadas várias outras em caráter auxiliar, tais como:trechos da *Chronicon Angliae temporibus Edwardi II et Edwardi III* de Geoffrey Le Baker –um escriturário de Swinbrook, Inglaterra, que escreveu durante a década de 1350 – traduzidos e compilados por A. R. Myers (1996) em *English Historical Documents (1327-1485)*; partes da *Cronica* do autor conhecido como Anônimo Romano que dizem respeito à Batalha de Crécy, escritas entre 1357 e 1358, editadas e traduzidas para o inglês por Maurizio Campanelli (2014) para *The Medieval Chronicle*; e o poema *A Vida do Príncipe Negro*, escrito pelo Arauto do Cavaleiro Sir John Chandos na década de 1380 e traduzido e adaptado para prosa em língua inglesa em 1910 por Mildred K. Pope e Eleanor C. Lodge, acadêmicas de Oxford; afora excertos de cartas, crônicas, tratados e manuais encontrados na bibliografia.

Por intermédio destas fontes e fundamentando-nos em sólida historiografia, buscamos compreender como a Cavalaria se manifestou, em seus aspectos militares, políticos e culturais, na campanha de Crécy, durante a fase inicial da Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra.

1.5 - Considerações finais do capítulo

Acreditamos na possibilidade de verdade histórica, uma verdade incompleta e passível de revisão – sem dúvida – mas capaz de ser vislumbrada. Diante disso, nosso intuito não é analisar a Cavalaria enquanto discurso ou representação, tampouco como artefato literário, mas sim como uma instituição bastante real que orientava as ações da aristocracia medieval e que era detentora de aspectos militares, sociais, culturais e políticos. Para Allmand (1988, p. 42):

> A guerra dava à Cavalaria da Europa medieval um senso de propósito e de justificativa para sua existência e estado privilegiado [...]. Essencial para o *ethos* da Cavalaria era o ganho de fama, que permitia que o Cavaleiro andasse de cabeça erguida no mundo, e era complementar ao título, à herança ou à casa senhorial como sinais de sua posição na sociedade. A honra, a estima tanto de seus pares quanto de terceiros, era algo a ser conquistado na guerra.

Dessa forma, acreditamos que não se pode falar em Cavalaria medieval sem tocar no tema da guerra e que a mesma foi crucial para a História Política do medievo (KEEN, 1999a, p. 3). Nos filiamos, assim, à História da Guerra, uma interpretação ampliada da História Militar, que adota um viés totalizante do fenômeno bélico. Ademais, optamos pela análise da Cavalaria em um de seus momentos mais controversos: na campanha que culminou com a Batalha de Crécy (1346), na fase Eduardiana da Guerra dos Cem Anos. Consideramos que haja, nesse âmbito, uma relativa escassez de produções sobre o tema em nosso país. Buscamos contribuir, portanto, para sanar esta lacuna.

2 - REIS E CAVALEIROS: CONFLITOS DINÁSTICOS E CAVALARIA NO CONTEXTO ANGLO-FRANCÊS (SÉCULOS XI-XV)

A Guerra dos Cem Anos (1337-1453) foi, em seu início, apenas o mais recente de uma série de confrontos anglo-franceses que remontavam ao século XI, quando Guilherme, Duque da Normandia, tomou a coroa da Inglaterra de Haroldo Godwinson, o último rei anglo-saxão. Desde então o rei da França passou a ter entre seus vizinhos e vassalos um ambicioso e aguerrido rei inglês. Os conflitos daí decorrentes moldaram a História Política medieval de ambos os reinos.

Neste capítulo, buscaremos contextualizar a longa história de influências mútuas da monarquia anglo-francesa, resgatando a rivalidade entre as dinastias dos Plantagenetas e dos Capetíngios, e a substituição destes últimos pelos Valois. Serão expostas as relações entre guerra, Cavalaria e poder monárquico, bem como as mudanças que estavam ocorrendo na prática bélica na primeira metade do século XIV. Ao final do capítulo faremos uma discussão sobre a Cavalaria na Baixa Idade Média, na qual argumentaremos contra a tese de que a Cavalaria havia entrado em decadência no século XIV.

2.1 - Capetíngios e Plantagenetas

A dinastia francesa dos Capetíngios teve início com Hugo Capeto, eleito Rei dos Francos após a morte de Luís V, último rei Carolíngio, no ano de 987 (KEEN, 1991, p. 46). O recebimento do título foi apenas uma formalidade, pois na realidade a família de Hugo, os Robertinos, dominava a política na Frância Ocidental há algumas gerações (BAR-

THÉLEMY, 2010, p. 147-148). Um contemporâneo e apoiador de Hugo foi Adalbéron de Laon, famoso por seus escritos a respeito das Três Ordens da sociedade medieval, nos quais assegura o papel da aristocracia guerreira no ordenamento divino:

> A sociedade dos fiéis forma um só corpo, mas o Estado compreende três. Porque a outra lei, a lei humana, distingue duas outras classes: com efeito, nobres e servos não são regidos pelo mesmo estatuto. Duas personagens ocupam o primeiro lugar: uma é o rei, a outra o imperador; é pelo seu governo que vemos assegurada a solidez do Estado. O resto dos nobres tem o privilégio de não suportar o constrangimento de nenhum poder, com a condição de se abster dos crimes reprimidos pela justiça real. São os guerreiros, protetores das igrejas; são os defensores do povo, dos grandes como dos pequenos, enfim, de todos, e asseguram ao mesmo tempo sua própria segurança (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 91).

A aristocracia da Frância Ocidental era, de fato, pouco constrangida pelo poder real: por muito tempo, o Rei dos Francos só exerceu controle de fato sobre a *demesne* real, na região de Île-de-France, onde se localiza Paris. Essa, aliás, foi a característica predominante do "Reino da França" durante boa parte de sua história na Idade Média: a presença de poderosos principados semi-indepedentes ao redor da zona de influência real, herança do esfacelamento do Império Carolíngio. Segundo Philippe Contamine (1998, p. 43, tradução nossa):

> Entre 888 e 920 os principados na periferia do reino foram formados; suas origens distantes remontam aos grandes comandos que o Imperador Carlos, o Calvo, confiou a certas figuras poderosas. Este foi o caso em Flandres, na Borgonha e na Aquitânia, às quais pode ser acrescentada a Normandia de Rollo e a Bretanha governada por Alan Barbetorte.

A Normandia deriva seu nome dos normandos, "homens do norte", vikings que se instalaram com seu chefe Rollo na região ao redor de Rouen, concedida a ele por Carlos, o Simples, em 911.

Rapidamente cristianizados, os normandos adotaram o francês e seu líder tornou-se primeiro conde, depois duque, vassalo nominal do Rei dos Francos. Um dos descendentes de Rollo foi Guilherme, o Conquistador, que se tornou Duque da Normandia em 1035 e em 1066 empreendeu a Conquista da Inglaterra, liderando uma hoste de Cavalaria pesada. Seu caráter bélico é destacado por Guilherme de Poitiers, quando afirma que:

> Teria parecido de pouca honra ou serventia para Guilherme, nesta guerra em que ele derrotou os ingleses, cumprir a função de general, a não ser que ele tivesse igualmente se portado como Cavaleiro, como havia feito em suas outras guerras, pois quando ele esteve presente em qualquer batalha ele lutou com espada na mão, à frente ou entre os primeiros (*apud* CONTAMINE, 1998, p. 236, nota 91, tradução nossa).

Dois séculos antes da Conquista Normanda, os antigos reinos anglo-saxões (Wessex, Mércia, Ânglia Oriental e Nortúmbria) haviam sido assolados por invasões vikings, especialmente dinamarquesas, até o contra-ataque ser liderado pela Casa de Wessex. Entre o final do século IX e a metade do século X, Alfredo, o Grande, e seus sucessores não só subjugaram os dinamarqueses como uniram o território sob um único governante pela primeira vez. Mesmo com a tomada do reino inglês por Cnut, o Grande, Rei da Dinamarca e da Noruega, e sua integração ao breve Império do Mar do Norte (1013-1042), sua unidade não foi abalada. Dessa forma, "na Inglaterra não se desenvolveu nada comparável aos principados territoriais da Frância Oriental ou Ocidental" (CONTAMINE, 1998, p. 50, tradução nossa).

Portanto, quando Guilherme I (1066-1087) se tornou Rei da Inglaterra, o reino já se encontrava unificado, com suas fronteiras essencialmente definidas. Após eliminar a aristocracia anglo-saxã, o duque-rei concedeu terras a barões, bispos, abades e a Cavaleiros normandos, todos ligados a ele em vassalagem, e ordenou que castelos fossem erigidos (CONTAMINE, 1998, p. 52-53). Desse modo, na Inglaterra

anglo-normanda, todo poder derivava do rei (SAUL, 2008, p. 22-23). Isso não quer dizer que o poder real era absoluto, de forma alguma; a conquista do trono em batalha foi resultado da aliança entre o rei e seus nobres, e a aristocracia anglo-normanda se via como parceira do monarca. Para Jacques Le Goff (2017, p. 444), "o rei é o rei todo o povo, porém permanece sempre especialmente ligado à nobreza e deve respeitar os privilégios dos nobres".

Assim sendo, durante todo o medievo, o poder efetivo do rei inglês dependeu de sua habilidade de mobilizar a aristocracia em torno de suas causas. Para Mark Honeywell (2006, p. 56 tradução nossa), "dos *ealdormen* anglo-saxões, aos *jarls* anglo-dinamarqueses e aos condes anglo-normandos, a razão de ser da nobreza era seu papel na guerra, servindo ao rei em troca de suas terras e privilégios e providenciando um número significativo de tropas para suas guerras". Representar o papel de Cavaleiro era uma das formas mais efetivas para o rei obter sucesso.

Durante seu reinado, Guilherme, o Conquistador, ordenou que uma inquirição geral fosse feita sobre as terras e os bens de seus súditos (registro que se tornou conhecido como *Domesday Book*). A seu respeito, o relato da *Anglo Saxon Chronicle* nos informa que:

> Em meados do inverno o rei estava em Gloucester com o seu conselho e manteve aí a corte durante cinco dias [...]. Depois disso o rei reuniu uma grande assembleia e falou muito seriamente com o seu conselho a respeito do país, da maneira como era mantido e quem eram os seus detentores. Enviou então os seus homens através da Inglaterra, a todos os condados, dizendo-lhes que averiguassem quantas centenas de jugos possuía, que terras tinha o rei, que gado havia nos vários condados e que rendimentos deveria receber anualmente de cada um. Disse-lhes também que registrassem quantas terras pertenciam aos arcebispos, bispos, abades, condes e, para ser breve, os bens possuídos pelos habitantes de toda a Inglaterra em terras ou em gado e a quantia em que estavam avaliados.

> Ordenou que a inspeção fosse feita tão apertadamente que não houve um único jugo ou astil de terra, nem – chega a ser uma vergonha dizer o que ele no entanto não teve vergonha de fazer – houve um boi, uma vaca ou porco omitidos e não assentes nos registros; e então todos estes escritos lhe foram trazidos (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 222).

Uma vez inventariadas suas posses e com a Inglaterra estabilizada, o rei-duque se voltou para seus domínios continentais, de onde seus sucessores governaram, envolvendo-se em disputas com os magnatas franceses. Enquanto isso, a situação dos Reis dos Francos era bastante diferente. Contamine (1998, p. 41) observou que os primeiros reis Capetíngios foram condenados a perseguir uma política pouco ambiciosa, enfrentando senhores rebeldes e tentando estabelecer sua autoridade em suas próprias terras. Entretanto, Maurice Keendestaca o governo de Luís VI (1108-1137) como o ponto inicial de fortalecimento da monarquia Capetíngia:

> Até que a ordem fosse estabelecida em suas próprias terras ao redor de Paris, os reis franceses tinham pouca perspectiva de fazer seu poder ser sentido em regiões mais além. O que Luís alcançou garantiu a seus sucessores recursos em homens e dinheiro que, se modestos, eram ao menos assegurados e capazes de melhoria (KEEN, 1991, p. 109, tradução nossa).

Construindo sobre esta base, foi durante o reinado do neto de Luís, Filipe II (1180-1223), que surgiram o título *Francie Rex* e a designação *Regnum Franciae* (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 60). Antes de chegar até ele, contudo, é necessário observar o surgimento de uma nova dinastia na Inglaterra: a dos Plantagenetas.

O último rei anglo-normando foi Henrique I (1100-1135), rival de Luís VI da França. O cronista Roger de Wendover registrou uma proclamação de quando ele assumiu a coroa. Dentre várias determinações, uma em particular diz respeito aos Cavaleiros:

> [...] todos os cavaleiros que detêm as suas terras devido ao serviço são por esta autorizados a ter os seus domínios livres de todas as peitas, e de todos os serviços particulares, os quais, como são assim eximidos de um grande encargo, guarnecer-se-ão devidamente com cavalos e armas, para que possam estar aptos e prontos para o meu serviço e para a defesa do meu reino (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 224).

Percebe-se aí os traços clássicos da relação de suserania e vassalagem: os Cavaleiros recebiam terras em troca de serviço militar e eram isentos de tributação para que pudessem se armar adequadamente para esse fim. Mas a característica mais marcante do reinado de Henrique I foi a crise sucessória que se seguiu a ele. Diante da morte de seu herdeiro aparente em um naufrágio, em 1120, Henrique declarou que, caso morresse sem deixar herdeiros masculinos, sua filha Matilda, viúva do Imperador Henrique V, iria sucedê-lo. Na ocasião de sua morte, contudo, Estêvão de Blois, seu sobrinho e figura influente na corte, foi aclamado Estêvão I (1135-1154). É necessário ressaltar que as regras de sucessão na Inglaterra não eram claras nesse período; o próprio Henrique conquistou a coroa e o ducado da Normandia por meio de guerra contra seu irmão, Roberto Curthose. Matilda, porém, não aceitou a decisão da corte e declarou guerra ao primo, no que foi apoiada por seu novo marido, Godofredo, Conde de Anjou, e seu irmão bastardo Roberto de Gloucester. A guerra civil decorrente, conhecida como A Anarquia (1135-1153), só terminou com a realização de um acordo determinando que Estêvão permaneceria como rei, mas que seu sucessor seria o filho de Godofredo e Matilda, Henrique, que viria a se tornar o primeiro rei Plantageneta[1] (BRADBURY, 2005).

Após a morte de Estêvão I, Henrique II (1154-1189) herdou, além da coroa do avô, o ducado da Normandia e, através do pai, o condado de Anjou, um dos mais ricos da França[2]; ademais, graças ao casamen-

1 O nome aparentemente deriva de *planta genista*, planta de flores amarelas apreciada por Godofredo de Anjou.

2 Tal era a proeminência de Anjou, que a dinastia Plantageneta também é chamada de Angevina.

to com a dama Eleanor, ex-esposa de Luís VII da França (1137-1180), arrebanhou também o ducado da Aquitânia. Dessa forma, durante o século XII, metade do território francês esteve sob o controle do rei da Inglaterra (KEEN, 1991, p. 109). Ele devia vassalagem ao Rei dos Francos, mas a capacidade deste último de exigi-la era, como visto, limitada. Portanto, para que Filipe II, posteriormente denominado Filipe Augusto, conseguisse se tornar *Franciae Rex*, ele precisaria primeiro lidar com os Plantagenetas.

Graças à eficiente administração da *demesne* real, Filipe Augusto reuniu uma fortuna que lhe permitiu se impor sobre seus vassalos recalcitrantes (KEEN, 1991, p. 110). Seu reinado foi marcado pela política de cobrar seus direitos reais sobre aqueles que lhe fizeram homenagem. A princípio, Filipe fora aliado de Ricardo I da Inglaterra, conhecido pela alcunha de "Coração de Leão", e partiu com ele na Terceira Cruzada em 1190. Ricardo foi um grande exemplar de Rei-Cavaleiro, tendo deixado um forte legado na Cavalaria inglesa. Segundo Nigel Saul (2008, p. 91, tradução nossa):

> Ricardo obteve sucesso em elevar o prestígio da linhagem real angevina e ele conseguiu isto através de sua proeza com armas. A guerra era vista de agora em diante como a forma de trazer fama e distinção para a dinastia. Em virtude da influência de Ricardo, a monarquia inglesa foi transformada em uma monarquia Cavaleiresca.

Ricardo e Filipe logo se distanciaram, entretanto, e este último retornou à França após a captura de Acre (1191), no Levante. Aproveitando o aprisionamento do rei inglês pelo Duque da Áustria durante seu retorno da Terra Santa, Filipe encorajou seu irmão, João, à revolta (assim como havia encorajado Ricardo a se rebelar contra seu pai, Henrique II), e pouco a pouco anexou senhorios Plantagenetas. O retorno de Ricardo trouxe um impasse, mas sua morte abrupta por um tiro de besta em 1199, durante um cerco no Limousin, favoreceu Filipe enormemente (SAUL, 2008, p. 39-47). João I sucedeu ao Coração de

Leão, que não deixara filhos, e não era um guerreiro à sua altura. Mais uma vez, antigos aliados tornaram-se inimigos e, por volta de 1205, a Normandia, Anjou e o Maine eram efetivamente de Filipe: seus domínios haviam mais que dobrado (KEEN, 1991, p. 111).

Enquanto o rei francês expandia seu controle sobre o noroeste do reino, ao sul a Cruzada Albigense (1209-1229), convocada pelo Papa Inocêncio III contra a heresia cátara, deu-lhe a justificativa de que necessitava para subjugar os senhores rebeldes do Languedoc, especialmente o conde de Toulouse e o conde de Foix, ligados ao rei de Aragão. Em 1213, na Batalha de Muret, os senhores occitanos e Pedro II de Aragão – herói da Batalha de Las Navas de Tolosa (1212), marco da *Reconquista* – foram derrotados pelos cruzados franceses liderados por Simão de Montfort. O rei de Aragão foi morto e os Capetíngios estabeleceram um forte domínio na região, que, em algumas décadas – no reinado de Filipe III (1270-1285) – reverteria à Coroa (POWER, 2013). No Norte, finalmente:

> Em 1214 Filipe derrotou em Bouvines as forças da coalizão da Inglaterra, Flandres e do imperador Guelfo Oto IV, que João havia reunido em uma tentativa desesperada de retomar sua herança perdida. A partir de então, a suserania de Filipe estava segura não só sobre o patrimônio Capetíngio, mas sobretudo na França que um dia tinha sido patrimônio da Casa de Anjou, exceto a Aquitânia (KEEN, 1991, p. 111, tradução nossa).

Ao passo que Filipe Augusto prosseguia na consolidação do *Regnum Franciae*, uma das principais consequências da Batalha de Bouvines para a monarquia Plantageneta foi a revolta baronial que eclodiu em 1215 e que forçou o João I à assinatura da *Magna Carta*. Um rei que não vencia suas batalhas não podia obter a confiança e o respeito de seus súditos (KEEN, 1990, p. 22-23). Instituiu-se, assim, o Conselho de Barões, que lançava as bases do Parlamento, destinado a fiscalizar as políticas do rei, principalmente no que dizia respeito à cobrança de tributos (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 62). Formalizou-se a limitação do poder real

pela *common law* e o papel da aristocracia de guardiã da realeza. Roger de Wendover descreve a rebelião dos barões da seguinte forma:

> Por esta época os condes e barões de Inglaterra reuniram-se em Santo Edmundo como para uma obrigação religiosa, embora fosse por outra razão; depois de terem discutido uns com os outros em segredo durante algum tempo, foi colocada perante eles a carta do rei Henrique I, que tinham recebido, como já foi mencionado, de Estêvão, arcebispo de Cantuária, na cidade de Londres. Esta carta continha certas liberdades e leis concedidas à Santa Igreja, assim como aos nobres do reino, além de algumas liberdades que o rei acrescentou de seu próprio moto. Por isto, reunidos todos na Igreja de Santo Edmundo, rei e mártir, e começando pelos de mais elevada hierarquia, juraram no altar-mor que, se o rei recusasse conceder-lhes aquelas liberdades e leis, desligar-se-iam da obediência que lhe deviam e far-lhe-iam guerra até que lhes tivesse confirmado, por meio de uma carta com o seu próprio selo, todas as coisas que pediam; e finalmente convencionaram por unanimidade que, depois do Natal, iriam todos ao rei e pediram a confirmação das citadas liberdades e que entretanto se preveniriam com cavalos e armas, porque, se o rei tentasse desligar-se do seu juramento, poderiam, tomando os seus castelos, compeli-lo a satisfazer estes pedidos; e, tendo combinado isto, cada homem voltou para sua casa [...]. De acordo com a data e o lugar previamente combinados, o rei e os nobres foram para a conferência marcada e, quando ambos os grupos estacionaram separados um do outro, iniciaram uma longa discussão acerca dos termos da paz e das ditas liberdades. Por fim, depois de terem sido discutidos vários pontos de ambos os lados, o rei João, vendo que era inferior em força aos barões, sem levantar nenhuma dificuldade, concedeu aos abaixo mencionados leis e liberdades, confirmando-as pela sua carta [...] (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 233-234).

Percebe-se, nesse extrato, que a pura pressão da aristocracia e a incapacidade de João de lhe resistir militarmente foram fatores que o levaram a aceitar a imposição de limites à atuação real. Contudo,

apesar das particularidades do caso inglês, não se deve imaginar que outros monarcas possuíam poder irrestrito. É o que afirma Jacques Le Goff (2017, p. 447-448):

> [...] o rei medieval foi um rei contratual, que assumiu obrigações em face de Deus, da Igreja e do povo, especialmente quando dos juramentos da sagração e da coroação. A despeito, aliás, das declarações contraditórias dos juristas, a concepção dominante, na teoria e na prática, é a de que o rei medieval está limitado pela lei. É preciso insistir a respeito das limitações do poder real e acrescentar a isso a solidariedade com a nobreza, que os membros desta constantemente reclamaram.

O mesmo é corroborado por Saul (2008, p. 25, tradução nossa):

> O rei e a nobreza precisavam um do outro. O relacionamento entre os dois era raramente confrontador; pelo contrário, era um de mútua cooperação e dependência. O rei e seus nobres não eram tanto inimigos quanto aliados. Se problemas surgiam entre eles, era menos devido a conflitos de interesse inerentes que devido a discordâncias genuínas sobre pessoal e política.

Isso posto, a derrocada Plantageneta, juntamente com o enfraquecimento do Império Germânico, permitiu o fortalecimento do Reino da França, que alcançou um novo patamar de grandeza durante o reinado do neto de Filipe Augusto, Luís IX (1226-1270). São Luís – como ficou conhecido após sua canonização em 1297, único monarca francês a receber essa honra – conseguiu impor, em 1259, que Henrique III da Inglaterra (1216-1272), sucessor de João I, lhe prestasse homenagem pelo ducado da Aquitânia, então drasticamente reduzido à região da Gasconha. Isso permitia que o rei francês, como suserano, ouvisse em corte os apelos dos súditos às decisões do rei-duque, o que minava a autoridade deste último (KEEN, 1991, p. 244).

Le Goff (2017, p. 448) afirma que "as principais virtudes do rei medieval cristão ideal são: obedecer a Deus e servir à Igreja, assegurar a justiça e a paz ao seu povo; prover às necessidades deste". Para

Maurice Keen (1991, p. 199), São Luís conseguiu incorporar todas essas características: para o clero era piedoso e generoso em suas doações; para a aristocracia era um Cavaleiro e cruzado; e para o povo era um defensor da justiça. Pouco após sua morte, foi promulgado um compêndio jurídico intitulado *Les Établissements de Saint Louis*, que limitava o acesso à Cavalaria aos possuidores de linhagem elevada:

> Se um homem pretendesse ser cavaleiro sem ser gentil-homem de linhagem, mesmo que o fosse pela sua mãe, não poderia sê-lo por direito; antes o poderiam tomar os reis ou os barões onde estivesse a castelania e mandar-lhe por direito cortar as esporas sobre uma estrumeira [...]; porque não é costume a mulher nobilitar o homem, mas sim o homem nobilitar a mulher. Na verdade, se um homem de grande linhagem tomasse por mulher a filha de um vilão, o seu filho poderia bem ser um cavaleiro de direito, se o quisesse (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 100).

Henrique III da Inglaterra não desfrutou de fama similar à de seu contemporâneo francês: teve que confirmar a *Magna Carta* assinada por seu pai e enfrentou revoltas baroniais em seu reinado. Seu filho, Eduardo I (1272-1307), foi, contudo, um político ambicioso e um grande guerreiro, tendo conquistado Gales e quase subjugado a Escócia (KEEN, 1991, p. 194) – ele morreu durante uma campanha conduzida em resposta ao levante de Roberto Bruce. Eduardo buscou se associar à lenda do Rei Artur, apresentando a coroa do Rei dos Bretões, "capturada" durante a campanha de 1283 em Gales, ao santuário do rei saxão Eduardo, o Confessor, na Abadia de Westminster; do mesmo modo, presidiu uma Távola Redonda, espécie de torneio em que os competidores trajavam-se como personagens dos romances arturianos, em Nefyn em 1284 (HONEYWELL, 2006, p. 20).

Eduardo também lutou uma guerra contra Filipe IV da França (1285-1314), neto de São Luís, pela posse da Gasconha, que havia sido confiscada pelo rei francês em 1294. A guerra foi encerrada com um acordo de paz e um casamento dinástico: Isabela, filha de Filipe, ca-

sou-se com Eduardo, filho de Eduardo I. Dessa forma, o neto de Eduardo I, também chamado Eduardo, foi ao mesmo tempo descendente dos reis da França e da Inglaterra, algo que seria profundamente significativo para a história dos dois reinos nos séculos seguintes.

Filipe IV, cognominado "o Belo", foi um poderoso monarca, cujo reinado foi marcado por uma política de centralização do poder. Ele ficou famoso por ter encabeçado a supressão dos Templários em 1307, coagindo o Papa a denunciar a ordem – à qual estava pesadamente endividado – sob acusações falsas (BARKER, 2009, p. 41). O governo autoritário de Filipe IV suprimiu temporariamente as divisões do reino, que permaneciam intensas. As tradições culturais e as leis costumeiras da Bretanha, de Flandres, da Borgonha, da Normandia e do Languedoc eram bastante variadas entre si; existia um senso de identidade dentro das províncias francesas que não encontrava paralelo no reino inglês (KEEN, 1991, p. 197-198). O que Filipe buscou fazer foi promover a imagem e os interesses da realeza – única instituição de fato "nacional" do reino – em detrimento dos príncipes provinciais, dos senhores da Igreja e da aristocracia em geral (JONES, 2006, p. 389-390).

Eduardo II da Inglaterra (1307-1327) sucedeu a seu pai, mas não teve o mesmo sucesso militar que ele. Em 1314, na Batalha de Bannockburn, sofreu diante dos escoceses uma das piores derrotas da história da Inglaterra (KEEN, 1990, p. 106). O fracasso nas armas e a alienação da aristocracia diante da elevação de seus favoritos, fizeram com que Eduardo II fosse deposto por sua esposa, a rainha Isabela, e seu amante, Rogério de Mortimer. Pouco depois da morte do pai, o jovem Eduardo III (1327-1377), viu-se então envolvido em uma crise dinástica na França. Segundo Christopher Allmand (1988, p. 10, tradução nossa):

> Em janeiro de 1327, Eduardo II foi deposto e sucedido por seu filho, Eduardo III. Pouco mais de um ano depois, Carlos IV, tio (através de sua irmã Isabela) de Eduardo III também morreu, sem deixar nenhum herdeiro direto como Rei da França. Como sobrinho do falecido rei, Eduardo aparentava ter uma boa rei-

> vindicação, talvez de fato a melhor reivindicação, para sucedê-lo. Seu direito, contudo, havia sido lhe transmitido através de sua mãe e foi essa transmissão através do lado feminino, posteriormente explicada como a incapacidade de uma mulher de transferir uma reivindicação que, como mulher, ela mesma não poderia exercer, que agiu contra as ambições de Eduardo. Quando a nobreza francesa, em cujas mãos jazia a resolução de tal crise, fez sua escolha, esta escolha foi a de tornar um dos seus, Filipe, Conde de Valois, rei. Os fundamentos foram essencialmente os de adequação: Filipe era francês; ele era dezoito anos mais velho que seu rival inglês (então com apenas quinze anos); e ele sempre havia vivido na França. Apesar de não ser, como Eduardo III era, descendente direto de Filipe IV, ele era ao menos seu sobrinho através de seu pai, Carlos de Valois.

Com a coroação de Filipe VI da França (1328-1350) em maio, na cidade de Reims, iniciava-se a dinastia dos Valois.

2.2 - Plantagenetas e Valois

De acordo com Jacques Le Goff (2017, p. 445), "a eleição, a designação do seu sucessor pelo soberano, sua escolha por Deus graças a uma vitória militar ou a uma conquista, e a legitimidade dinástica foram as principais vias de ascensão ao poder real na Idade Média". Uma vez alcançado o trono, porém, poderiam surgir problemas para mantê-lo. Assim sendo, Eduardo III e Filipe VI encontravam-se em posição delicada quando assumiram a coroa, mas por razões diferentes: com a deposição do pai de Eduardo, a monarquia inglesa havia sido profundamente humilhada e ele precisava restaurar a confiança dos senhores leigos e eclesiásticos na liderança real (KEEN, 1990, p. 105-106); Filipe, por outro lado, apesar de possuir sangue real, devia sua posição à escolha da aristocracia e precisava demonstrar ser merecedor dela (AUTRAND, 2007, p. 280). Ambos buscaram formas de legitimar sua autoridade.

No caso francês, haviam os símbolos visuais do poder real: a espada *Joyeuse*, as grandes coroas atribuídas a São Luís e Carlos Magno, o cetro e a *main de justice*, a Auriflama e o brasão heráldico da flor-de-lis dourada sobre um campo azul; todos ativamente promovidos por Filipe VI (JONES, 2006, p. 395-396). Além disso, a monarquia francesa buscava fomentar uma imagem de sacralidade, manifesta na unção real feita durante a sagração. A seu respeito *Le Songe du Verger*, um tratado jurídico do século XIV, afirma que:

> O que quer que seja dito dos outros reis, parece que ninguém deve duvidar que o rei da França possui graça especial do Espírito Santo pela santa unção; pois uma vez que ele é especialmente ungido de forma mais maravilhosa que qualquer outro rei, da mesma maneira, antes de qualquer outro, ele recebe a graça do santo Espírito por unção especial, pois ele é ungido da Santa Ampola, a qual foi enviada pelo anjo do céu. É por isso que os reis da França não são somente ungidos pela ordem humana: mas são ungidos, consagrados e coroados pela ordem do Pai, do Filho e do Espírito Santo (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 228).

No caso inglês, havia a associação com a mitologia arturiana, iniciada por Eduardo I e renovada por Eduardo III, que buscou estabelecer seu castelo de Windsor como a antiga sede do Rei Artur e dos Cavaleiros da Távola Redonda (SAUL, 2011, p. 105). Entretanto, o grande legitimador do poder real no medievo permanecia a guerra e, por conseguinte, a Cavalaria. Segundo Néri de Barros Almeida (2010, p. 69):

> A violência guerreira é instrumento de governo e de justiça. As guerras são a parte importante da coerção necessária que cabe ao governo e não sinal de seu ocaso. Elas defendem e corrigem (os "agressores" externos, os rebeldes internos, os infiéis, os pagãos e os hereges). A narrativa das guerras mostra sua ação organizadora permanente e torna evidente méritos daqueles que são eficazes em sua justa condução.

Dessa forma, Filipe VI logo foi a campo e enfrentou os flamengos na Batalha de Cassel (1328), onde obteve vingança pela derrota

infligida à Cavalaria francesa em Courtrai (1302) (KEEN, 1991, p. 231). Já Eduardo III se provou como líder militar na Batalha de Halidon Hill (1333), contra os escoceses, onde apagou a dolorosa memória de Bannockburn (1314) (KEEN, 1990, p. 111). Ambos os reis buscaram, portanto, cultivar a imagem de Cavaleiros, para assim conquistar a aristocracia de seus reinos. Assim sendo, Nigel Saul (2008, p. 93, tradução nossa) compara Eduardo a Ricardo Coração de Leão: "como seu distinto antepassado, ele era excepcionalmente dotado no exercício das armas. Não só ele esteve à altura das expectativas contemporâneas da Cavalaria, ele também mostrou um astuto senso tático como comandante em batalha". Por sua vez, Filipe VI tentou empreender uma Cruzada, pois não havia melhor maneira de se mostrar um legítimo descendente de São Luís do que realizando uma expedição ao Oriente (KEEN, 1990, p. 115). Seus planos, contudo, foram impedidos pela iminência do grande confronto anglo-francês do século XIV: a Guerra dos Cem Anos (1337-1453).

2.2.1 - A guerra dos cem anos (1337-1453)

Para Jean-Philippe Genet (2017, p. 454), "dos incessantes conflitos franco-ingleses, anglo-escoceses, franco-flamengos do início do século XIV, passa-se sem solução de continuidade à Guerra dos Cem Anos". Semelhante a todos os conflitos anteriores, a Guerra dos Cem Anos teve sua origem em questões feudais de vassalagem e precedência. O ponto central era a homenagem devida pelo rei inglês enquanto Duque da Aquitânia ao monarca francês, e a constante interferência deste último nos assuntos do ducado. O Rei da França, como suserano, via-se no direito de confiscar o senhorio caso o duque-rei falhasse em obedecer às decisões de suas cortes, às quais apelavam todos os súditos insatisfeitos com a justiça ducal. Isso foi feito em 1294, levando à guerra entre Eduardo I e Filipe IV, e se repetiu em 1324 e em 1337. Dessa última vez, a justificativa foi que a coroa inglesa havia dado abrigo a Roberto de Artois, aristocrata que havia conquistado a inimizade do rei francês (GREEN, 2014, p. 10). Contudo, o rei Eduardo III, con-

fiante após suas vitórias sobre a Escócia, resolveu elevar o desafio: afirmou que Filipe VI não tinha legitimidade para puni-lo, não porque ele não havia incorrido em falta enquanto vassalo, mas porque Filipe não era o verdadeiro Rei da França (ALLMAND, 1988, p. 7-10).

A princípio, é razoável supor que Eduardo não buscava de fato o trono francês; seu argumento era uma manobra jurídica que visava a forçar Filipe a lhe conceder o domínio sobre a Aquitânia de forma independente. Entretanto, o rei Plantageneta almejava a Aquitânia de seus antepassados, e não a forma reduzida que foi herdada de Henrique III. Eduardo perseguia o antigo patrimônio angevino perdido por João I – ou o máximo dele que fosse possível arrebatar. Desta forma, somente em 1340, em Flandres, ele assumiu o título de Rei da França, enquanto tentava atrair os belicosos flamengos e o Imperador Germânico para sua causa. De acordo com Nigel Saul (2011, p. 94-95, tradução nossa):

> Para chamar atenção para seu novo título, ele aquartelou a *fleur-de-lys* da França em seu escudo com os leões da Inglaterra. A Guerra dos Cem Anos foi, portanto, em um sentido técnico, uma disputa Cavaleiresca, uma contenda entre dois Cavaleiros pelo direito de portar um brasão de armas em particular.

É necessário, portanto, evitar qualquer noção de uma guerra entre nações[3] nessa fase do conflito. Para Hilário Franco Júnior (2001, p. 66), a Guerra dos Cem Anos foi, de fato, o grande conflito feudal e o grande conflito nacionalista da Idade Média. Contudo, essa fase "nacionalista" seria a final, já na metade do século XV, e ainda assim de forma imperfeita. O primeiro rei da Inglaterra que teve o inglês como língua-mãe foi Henrique IV da Casa de Lancaster, que chegou ao trono em 1399. Até então, os monarcas Plantagenetas e suas cortes, fiéis a

3 Consideramos anacronística, neste ponto, a abordagem realizada por Anne Curry (2003) que, em seu estudo sobre as relações diplomáticas durante a Guerra dos Cem Anos, opta pelo termo "nações" ao invés de "reinos". A terminologia de Curry, com referências constantes à "política externa" e às "relações internacionais", tende, em nossa opinião, a remeter o leitor mais à realidade política dos Estados-Nações consolidados na Idade Moderna que aos reinos medievais.

suas origens normandas e angevinas, adotaram o francês. Na França, como afirma Michael Jones (2006, p. 389, tradução nossa):

> Príncipes governando os grandes principados que circundavam o reino (Flandres, Bretanha, Borgonha, Gasconha), os detentores de apanágios reais (Anjou, Valois, Poitou, Evreux, La Marche, Bourbon) ou condados (Alençon, Blois, Forez), senhores turbulentos do sul da França (Foix, Armagnac, Albret, Comminges), as *bonnes villes*, e assim por diante, todos tinham suas próprias administrações, alfândegas e privilégios que determinavam suas relações com a coroa. O conceito da 'nação' era embriônico: não haviam instituições nacionais além da própria monarquia.

Os guerreiros combatiam, sem dúvida, pelos seus países, mas, como afirma Jean Flori (2005, p. 57):

> Para eles, um 'país' é um modo de viver, de sentir, falar, comer, que une entre si as pessoas aproximadas também pelo serviço de um mesmo senhor, pelas relações de homem a homem, familiares ou de vassalagem, que lhes dão coesão. É, no fundo, uma noção mais real, ligada ao sangue, à antiga concepção tribal, clânica [...].

Assim sendo, concordamos com Malcolm Vale (1989, p. 216) quando afirma que o sentimento de nação teria sido muito mais o resultado que a causa da Guerra dos Cem Anos. Nesta guerra por direitos e privilégios em que se envolveram príncipes com desejo de autonomia, súditos revoltosos contra a autoridade monárquica e pretendentes dinásticos, a Cavalaria foi crucial; seja na forma de comportamento adequada aos senhores Cavaleirescos, ou no papel dos Cavaleiros como recrutadores e comandantes de séquitos guerreiros; seja na distinção social que a Cavalaria concedia àqueles adubados no campo de batalha; ou até mesmo no esforço dos príncipes Plantagenetas e Valois de se mostrarem Cavaleiros, como forma de assegurar seu *status* e de ligarem a sia aristocracia de seus reinos.

A Guerra dos Cem Anos, portanto, teve início como uma guerra senhorial, familiar, entre parentes competindo por reivindicações e privilégios ancestrais. Mas seu decorrer contribuiu, sem dúvida, para moldar a forma que o reino da França assumiria na Idade Moderna. Isso porque, tendo em vista os triunfos iniciais dos ingleses, favorecidos pelos inúmeros conflitos internos do reino e pela insegurança da nova dinastia dos Valois – Vale (2007, p. 49), chegou-se a afirmar que a guerra contra a Inglaterra foi ao mesmo tempo uma guerra civil francesa – por pouco não transformaram a paisagem geopolítica de forma duradoura. As vitórias de Crécy (1346), Calais (1347) e Poitiers (1356) resultaram no Tratado de Brétigny (1360), que cedia uma grande parte do território francês ao rei da Inglaterra. A reação de Carlos V (1364-1380), primeiro monarca Valois a não assumir o papel de Cavaleiro – revelando uma nova tendência da realeza francesa diante das trágicas derrotas sofridas – e de seu condestável, o renomado Bertrand du Guesclin, evitou o colapso do reino, seguido por um longo período de relativa trégua.

Porém, no início do século XV, com a ofensiva de Henrique V (1413-1422) e as guerras civis entre Armagnacs e Borgonheses, somente a morte precoce daquele rei – que havia sido reconhecido como o herdeiro do trono francês – impediu o desmembramento da França (BARKER, 2012). Não queremos engajar aqui em História alternativa, imaginando um duradouro reino anglo-francês que mudaria a história da Europa; mas não é inconcebível supor que a permanência das conquistas inglesas por um período mais longo pudesse ter dado origem a novos principados e regiões autônomas, como a Borgonha procurou ser por todo o século XV. O *Regnum Franciae*, como ficou demonstrado, foi forjado na guerra e acreditamos que pela guerra poderia ter sido esfacelado.

Foi somente com a chegada de um rei fraco ao trono inglês, Henrique VI (1422-1461), que viria a ser suplantado durante as Guerras das Rosas (1459-1487), e com a criação de um exército profissional e permanente baseado em cavalaria pesada e artilharia – sem falar da liderança carismática de Joana D'Arc, essencial para o levantamento do Cerco de

Orléans (1429) – que a monarquia Valois pôde finalmente triunfar, ainda que a cidade portuária de Calais permanece em mãos inglesas até 1558.

Retornando ao século XIV, realizaremos a seguir uma análise sobre o estado da Cavalaria e da prática da guerra às vésperas da Guerra dos Cem Anos.

2.3 - Guerra e Cavalaria no início do século XIV

Na Idade Média, "a guerra, se não é contínua, regressa frequentemente ao horizonte de cada geração. Pegar em armas para defender os seus e o que se tem, mas também para conquistar e progredir, era algo de absolutamente determinante e aceite" (AGUIAR, 2016, p. 135). Considerando essa natureza cíclica e sazonal, o século XIV representou, de muitas formas, a culminância de lentos desenvolvimentos anteriores.

Conforme observado acima, os reis – fossem normandos, Plantagenetas, Capetíngios ou Valois – assumiram durante todo o medievo um importante papel de líderes guerreiros. Segundo Allmand (1988, p. 69, tradução nossa):

> Em época de guerra, a presença de um rei em campanha era um recurso a ser explorado. Não só ela dava prestígio e adicionava uma sensação de urgência a uma empreitada, ela também exercia a pressão da velha prática feudal sobre os vassalos para que se unissem ao seu senhor em pessoa. Expedições lideradas por reis eram consideradas como sendo de maior importância e eram invariavelmente maiores do que aquelas lideradas por outros, não importa o quão exaltada fosse a posição de um tenente real.

É importante ressaltar, aliás, que o ordenamento social era refletido na organização militar. De acordo com Philippe Contamine (1998, p. 238, tradução nossa):

> A guerra medieval era majoritariamente combatida em nome de autoridades estabelecidas (reis, príncipes ou senhores) por guerreiros que desejavam ser, ou eram reconhecidos como, pertencentes à ordem (*ordo*) dos *bellatores*, *pugnatores*, *agonistae* ou *milites*, ou seja, uma categoria funcional que tinha seu lugar reconhecido na sociedade e cuja posição relativamente privilegiada no centro do sistema de produção só pode ser fundamentalmente explicada por sua vocação nas armas. Até mesmo a estrutura da sociedade militar refletia mais ou menos fielmente a estrutura da sociedade como um todo, ao ponto que, para a sociedade secular, o lugar de um indivíduo qualquer no exército era diretamente relacionado ao seu lugar na hierarquia de poderes, até mesmo à sua riqueza.

Na França, as tropas eram comandadas pelos *liutenants du roi*, muitas vezes príncipes e membros da alta aristocracia. Na Inglaterra ocorria o mesmo, com duques e condes exercendo a liderança dos batalhões (ALLMAND, 1988, p. 70).

A partir do início do século XIII, tanto na Inglaterra quanto na França, observou-se o surgimento de uma diferenciação nas fileiras de Cavaleiros com o surgimento dos "Cavaleiros-baneretes"[4], de posição superior aos simples Cavaleiros, ou "Cavaleiros-bacharéis" (CONTAMINE, 1998, p. 68). Os baneretes eram Cavaleiros ricos e proeminentes que comandavam seções da Cavalaria em batalha e tinham direito a portar um estandarte retangular (*banner*) com seu brasão, em contraste com as flâmulas triangulares dos Cavaleiros-bacharéis (SUMPTION, 1999, p. 215). Posteriormente, no final do século XIII, percebeu-se uma decadência das antigas formas de serviço feudais – serviço de hoste gratuito por cerca de quarenta dias – com convocações que rendiam cada vez menos resultados. Houve uma expansão da cavalaria pesada sob Eduardo I e Filipe, o Belo, mas ela só foi possível graças ao pagamento de salários (CONTAMINE, 1998, p. 92).

4 Livre tradução de *knights-banneret*.

O serviço pago permitia que os senhores e Cavaleiros se equipassem e montassem um séquito para a campanha. Dinheiro era necessário para adquirir armas e armaduras, sem falar em cavalos, ferraduras, selas e todo o aparato do guerreiro montado. Ramon Llull afirmava na segunda metade do século XIII que:

> Não é bastante para a grande honra que pertence ao cavaleiro a sua escolha, o cavalo, as armas e o senhorio, mas é mister que tenha escudeiro e troteiro que o sirvam e cuidem dos seus cavalos; e que as gentes lavrem, cavem e arranquem a maleza da terra, para que dê frutos de que vivam o cavaleiro e os seus brutos; e que ele ande a cavalo, trate-se como senhor e viva comodamente daquelas coisas em que os seus homens passam trabalhos e incomodidades (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 100).

A queda dos rendimentos dos senhorios no século XIV, principalmente das terras arrendadas, fazia com que muitos Cavaleiros não tivessem recursos imediatos para adquirir os paramentos de combate, tornando o serviço pago a grandes senhores e reis, a melhor forma de manter sua condição (KEEN, 1984, p. 218). Ao lado dos Cavaleiros que os reis recrutavam para suas campanhas, havia aqueles que os serviam diretamente. É o que afirma Matthew Hefferan (2019, p. 80, tradução nossa):

> Era prática comum através da Europa na Idade Média os reis reterem um pequeno número Cavaleiros em seu serviço pessoal. Esses Cavaleiros ofereciam um núcleo de homens leais e talentosos em quem o rei podia contar para o serviço militar e, cada vez mais à medida que o período progredia, apoio político.

Além dos Cavaleiros propriamente ditos, havia um número crescente de guerreiros montados que não haviam sido adubados. Segundo Franco Cardini (1997, p. 103-104, tradução nossa):

> A cerimônia de adubamento, que incluía o banho, a vigília de armas, os presentes (roupas, na maior parte) e o banquete que o novo Cavaleiro era obrigado a oferecer aos seus convidados, requeria um gasto notável, a não ser que uma ocasião para um

> adubamento mais sumário pudesse ser aproveitada – na véspera ou no dia depois de uma batalha, por exemplo, ou durante a passagem do governante pelo território.

Os custos da cerimônia chegavam a ser tão vultuosos que "[...] desde o século XII, o adubamento do filho mais velho do senhor constitui uma das quatro circunstâncias de assistência financeira aos vassalos, além do resgate, da partida para a Cruzada e do casamento da filha mais velha" (FLORI, 2017, p. 221). Além disso, a indumentária necessária para a manutenção da dignidade de Cavaleiro também era custosa. De acordo com Andrew Ayton (1999, p. 188, tradução nossa):

> A análise de inventários de valoração de cavalos da metade do século XIV sugere que um Cavaleiro inglês naquela época não pensaria duas vezes em gastar £25 em um cavalo de guerra de alta qualidade. A compra de armas e armadura apropriadas ao seu *status*, além de cavalos e equipamentos adicionais, poderia facilmente elevar o custo geral de preparação para a guerra para £40 ou £50. Colocando essas somas em perspectiva, £40 *per annum* em receita gerada por terras era considerado pela coroa como suficiente para manter a dignidade da Cavalaria. Era também aproximadamente a quantia que um Cavaleiro receberia em salário por um ano de serviço no exército do rei.

Enquanto para Christopher Allmand (1988, p. 45, tradução nossa):

> Quanto mais elevada a posição de um homem, melhor a montaria que se esperava que ele tivesse, de forma que o cavalo de um Cavaleiro podia custar o dobro daquele esperado para um escudeiro, enquanto um banerete podia, por sua vez, pagar o dobro do preço que um Cavaleiro-bacharel pagaria pelo seu.

Tudo isso fazia com que, desde o século XIII, muitos aristocratas inferiores optassem por não ser adubados. Os termos valete (latim: *valletus*), rapaz (latim: *garcio, puer*) e escudeiro (latim: *armiger, scutifer*), que a princípio indicavam um serviçal do Cavaleiro, passaram então a conferir um *status* próprio (CONTAMINE, 1998, p. 68).

Conforme Flori (2017, p. 214):

> No século XI, o posto de escudeiro continua muito humilde, identificado ao do servo ou ao do cavalariço. Esse posto cresce juntamente com a cavalaria: cada vez mais o escudeiro é um aprendiz de cavaleiro, de nascimento aristocrático. No século XIII e mais tarde, o escudeiro, jovem nobre que não foi armado cavaleiro, possui, por sua vez, uma categoria própria. Não ocupa mais a sala de espera da cavalaria, mas é titular de uma patente, nos limites da nobreza.

Tal era a complexidade do início do século XIV que era possível encontrar escudeiros ricos comandando seguidores ao lado de Cavaleiros pobres que pouco mais possuíam além do cavalo e da armadura que usavam (CARDINI, 1997, p. 83). Segundo Flori (2005, p. 46), "somente a dispensa real, verdadeira carta de enobrecimento, autoriza que um não-nobre seja 'feito cavaleiro'. A maioria dos nobres e muitos plebeus praticavam, entretanto, o ofício das armas e combatiam como cavaleiros sem ter esse 'título'". Já Cardini (1997, p. 104, tradução nossa), por sua vez, argumenta que:

> A necessidade de fomentar sangue novo na sociedade, particularmente em um período de intensa mobilidade econômica e social durante os séculos XIII e XIV, foi satisfeita na França por *lettres d'anoblissement* especiais que garantiam exceções às normas restritivas e davam às pessoas de origem mais humilde a oportunidade de ascender à dignidade da Cavalaria e de escolher um brasão, os requisitos básicos para o que viria se tornar a nobreza.

Nesse cenário intrincado, foram elaborados novos termos para designar de forma genérica os guerreiros aristocráticos a cavalo, fossem Cavaleiros, escudeiros ou nobres: *homme d'armes*, em francês, *homines ad arma* ou *homines armati*, em latim, e *men-at-arms*, em inglês (CONTAMINE, 1998, p. 126); todos eles podendo ser traduzidos como "homens de armas". É assim que Godofredo de Charny distin-

gue entre aqueles a quem seu *Livro da Cavalaria* se destina, os homens de armas em geral (*gens d'armes*), daqueles que realizaram o adubamento Cavaleiresco (*chevaliers*) (CHARNY, 1996, p. 85, 168). Uma distinção sem dúvida simbólica e socialmente relevante, mas de pouca monta no exercício das armas.

Um elemento do século XIV muito debatido, porém, é o desenvolvimento das forças de infantaria. Na Inglaterra, por exemplo, o uso do arco longo foi bastante pronunciado. Já utilizados por Eduardo I em sua conquista de Gales, os arqueiros tornaram-se um componente essencial dos exércitos ingleses no século XIV. Segundo Ayton (1999, p. 203-204, tradução nossa):

> O que tornava a arqueria inglesa tão devastadora no século XIV eram os vastos números de arqueiros empregados, tendo a coroa inglesa explorado com sucesso a reserva nativa de homens do campo habilidosos com o arco. A arqueria em massa de homens capazes de disparar talvez uma dúzia de setas por minuto produziria uma tempestade de flechas, que, a distâncias de até 180 metros, deixava homens vestidos em malha e nas primeiras armaduras de placas, e particularmente cavalos, vulneráveis a ferimentos, enquanto causava confusão e perda de ordem nas formações atacantes.

Além dos arqueiros, besteiros também eram empregados. Os reis franceses tinham preferência por contratar besteiros mercenários de Gênova. As bestas, armas antiquíssimas, tinham um grande alcance e poder de penetração, mas sua taxa de disparo era muito menor que a dos arcos, devido ao seu carregamento lento. Enquanto recarregava sua arma, o besteiro tornava-se vulnerável em campo, razão pela qual eram usados *pavises*, grandes escudos retangulares destinados à sua proteção. Auxiliares chamados *paviseiros* carregavam o escudo, enquanto o besteiro se ocupava de seus disparos (CONTAMINE, 1998, p. 71).

Estas tropas, além de sua utilidade prática, eram baratas. Na Inglaterra, um arqueiro montado recebia metade do salário de um

homem de armas, enquanto um lanceiro galês podia ser contratado por um sexto do valor de um escudeiro (ROGERS, 1999a, p. 144). Isto permitia a regiões periféricas como a Escócia, Flandres e, em certa medida, a própria Inglaterra, levantar exércitos capazes de rivalizar com os grandes poderes da época.[5] Foi com os escoceses, aliás, que a coroa inglesa aprendeu o valor das tropas de infantaria, uma vez que derrotas severas como a de Bannockburn (1314) foram impostas por guerreiros a pé armados com piques[6], em formações circulares denominadas *schiltrons*, frente à cavalaria pesada. A grande vitória que Eduardo III obteve em Halidon Hill (1333) deveu-se em grande medida ao uso do arco longo contra a infantaria escocesa. Na França, por outro lado, a imensa população e a vasta riqueza agrícola, permitiam que os reis pusessem em campo grandes números de Cavaleiros, apesar de seu alto custo (ROGERS, 1993, p. 247). Desta forma, as mudanças que a necessidade impôs aos monarcas ingleses não se fizeram sentir, a princípio, do outro lado do Canal.

É verdade, porém, que a Cavalaria francesa havia experimentado duros reveses, como na Batalha de Courtrai (1302), em que milicianos flamengos – artesãos, sapateiros, ferreiros e mercadores – bem organizados e armados, realizaram um verdadeiro massacre aos Cavaleiros da França. Contudo, o terreno e as circunstâncias favoreceram os soldados a pé, de modo que a derrota foi interpretada como algo excepcional, culpa da imprudência dos Cavaleiros em campo. Reforçando essa concepção, na Batalha de Cassel (1328), a

5 Segundo Contamine (1998), O recrutamento de tropas camponesas baseava-se na antiga tradição de que todos os homens hábeis deveriam tomar armas em defesa de sua vila, cidade ou condado. Campanhas defensivas eram, portanto, mais bem-sucedidas em arregimentar voluntários. O recrutamento compulsório também ocorria, como no caso das *commissions of array* na Inglaterra dos séculos XIII e XIV, embora seu resultado fosse variado. Fatores como a distância a ser percorrida em uma campanha de ataque, a oferta de pagamento, o tempo de serviço, a reputação do líder do exército e/ou capitão recrutador, e a relação com o inimigo, eram todos decisivos para o sucesso do recrutamento.

6 Lanças extremamente longas manejadas com as duas mãos. Muito usadas por exércitos escoceses, suíços e espanhóis da Baixa Idade Média ao início do século XVIII.

Cavalaria francesa conseguiu ceifar a infantaria flamenga (ROGERS, 1999a, p. 136-140). De fato, a carga de cavalaria pesada continuou uma tática bastante útil e capaz de produzir bons resultados quando empregada de modo apropriado.

O que auxiliou a infantaria a enfrentar guerreiros montados nestas e em outras ocasiões – além do uso de armas de haste como piques, lanças, foices de guerra, alabardas e *goedendags*[7] – foi a diminuição do custo das armaduras comuns, resultado da criação de novos tipos de couraça. Nas palavras de Jean Flori (2005, p. 78):

> A partir do século XIII a cota de malha é reforçada, no peito e nas articulações dos ombros, com placas de metal rígidas; ela evolui para a armadura de placas, que reúne pouco a pouco, por enlaçamento, essas diversas partes metálicas reforçadas, cada vez mais numerosas. Em meados do século XIV, surge a couraça compacta que faz surgir, no século seguinte, o grande *arnês branco*, armadura completa articulada que cobre totalmente o corpo e os membros.

No período por nós elencado, as armaduras de placas estavam começando a ser fabricadas, mas seu alto custo as limitava aos membros da alta aristocracia – uma boa armadura, assim como um belo corcel, eram marcas de distinção muito apreciadas pela nobreza (AYTON, 1999, p. 198). No século XIV, aliás, a divisão entre alta e baixa aristocracia se tornava cada vez mais visível. Segundo Contamine (1998, p. 126, tradução nossa):

> [...] um homem de armas da posição de conde, barão ou banerete não só tinha armadura que era normalmente de feitura mais refinada que aquela de um simples Cavaleiro, escudeiro ou *gentleman*, e um cavalo mais robusto, mais veloz e de melhor estirpe, mas também um séquito mais numeroso.

7 Combinação de lança e porrete usada pelas milícias de Flandres no século XIV.

Em relação às armaduras, o mais comum era uma combinação entre placas e malha de aço, com proteções especiais para os ombros, os antebraços, os punhos e as pernas. Esses desenvolvimentos causaram o barateamento da jaqueta simples de malha de metal, ou *habergeon*, que podia ser adquirida por soldados comuns (SUMPTION, 1999, p. 219). Elmos também se tornaram mais acessíveis, especialmente os bacinetes, capacetes côncavos que podiam ter ou não viseira (AYTON, 1999, p. 200).

O recrutamento para os exércitos ingleses era feito, desde o final do século XIII pelo sistema de contratos. O contrato (*indenture*) era um acordo escrito estabelecido entre o soldado e seu capitão que determinava o salário e as condições de serviço. Depois de assinado, ele era cortado ao meio em uma linha irregular, de forma que cada parte recebesse uma metade; em caso de disputa, os interessados deveriam apresentar suas metades para que fossem combinadas, demonstrando assim que o contrato era verdadeiro (ALLMAND, 1988, p. 94). De acordo com Keen (1990, p. 18, tradução nossa):

> Os seguidores contratados [...] formavam um núcleo ao redor do qual uma companhia combatente de Cavaleiros, escudeiros e arqueiros podia ser rapidamente alistada para a guerra ou em uma emergência doméstica. Uma vez que na Baixa Idade Média o corpo principal de uma hoste real consistia de contingentes recrutados individualmente por capitães, muitos dos quais geralmente eram magnatas, o sistema de serviço por contrato era valioso para a Coroa e para o reino em geral, como também para os próprios magnatas.

Seguindo esse sistema, os poderosos do reino contribuíam com grandes séquitos, nos quais Cavaleiros e senhores menores eram subcontratados para levantar tropas em seus condados. Por sua vez, na França do início da Guerra dos Cem Anos, o serviço pago era comum, mas um sistema similar ao das *indentures* inglesas não chegou a ser generalizado. Segundo Bertrand Schnerb (2007, p. 265-266, tradução nossa):

> O exército de Filipe VI tem sido frequentemente descrito como sendo 'feudal', querendo dizer que os vassalos do rei eram o núcleo do seu exército. O sistema militar feudal era de fato uma das bases da organização militar francesa, porque, em virtude de suas obrigações feudais, os vassalos eram obrigados a servir, costumeiramente por quarenta dias, no exército real às próprias custas. Mas ao fim do século XIII, o Rei da França com frequência pagava pelo '*service d'ost*', ou seja, 'serviço militar feudal', e a partir do início do século XIV existiu uma administração financeira especial para arrecadar dinheiro e usá-lo na perseguição da guerra do rei. Este serviço envolvia a nobreza de todo o reino. Quando o Rei da França achava necessário, ele convocava todos os seus '*vassaux*' e '*arrière vassaux*' (vassalos de seus vassalos). Esta convocação dizia respeito não só aos senhores de terra menores do '*domaine*' real, que recebiam seus feudos diretamente do rei, mas também todos os outros nobres ligados por vassalagem. Quando o rei emitia um '*mandement de gens de guerre*', um 'chamado às armas', príncipes territoriais como o Duque da Borgonha, o Conde de Flandres, o Conde de Alençon e o Conde de Blois eram obrigados a vir em pessoa, trazendo seus próprios contingentes feudais com eles.

Além disso, conforme Allmand (1988, p. 93, tradução nossa):

> Desde o início do século XIV, o Rei da França tinha uma relíquia do exército feudal disponível da forma do *arrière-ban*, um chamado ao serviço para todos aqueles entre dezoito e sessenta anos de idade em casos de extrema necessidade. Essa instituição essencialmente defensiva foi convocada em pelo menos sete ocasiões entre 1338 (quando a guerra contra a Inglaterra irrompeu efetivamente) e 1356 (o ano da derrota em Poitiers).

O *arrière-ban*, também chamado de *retrobannum* ou *levée em masse*, não era uma novidade do século XIV. Ele se baseava no antigo costume de que a população tinha o dever de pegar em armas para defender seu território. Suas origens remontam à época Carolíngia e formas de convocação similares podem ser encontradas em toda a Europa medieval (CONTAMINE, 1998, p. 87-88). Porém, na Baixa Idade

Média, tanto a convocação dos vassalos quanto o *arrière-ban*, muitas vezes revelavam-se, na prática, pouco eficazes para os franceses: muitos apareciam mal armados e equipados, os exércitos costumavam se reunir de forma lenta e dificultosa e sempre com um contingente muito inferior àquele teoricamente estipulado. Os reis da França recorriam, portanto, ao ofício dos mercenários – como os já mencionados besteiros genoveses – aos préstimos de aliados e também a contratos, as *lettres de retenue* (SCHNERB, 2007, p. 266-268). Assim sendo, mesmo com todas as dificuldades encontradas, era comum que os monarcas franceses colocassem em campo – especialmente quando a causa do rei era abraçada pela aristocracia – exércitos numerosos para os padrões medievais; maiores, sem dúvida, que aqueles que os reis ingleses eram capazes de reunir.

Além das formas de recrutamento mencionadas, ambos os reinos também tinham em suas fileiras diversos guerreiros que integravam a hoste voluntariamente. A atividade militar era vista como um empreendimento honroso, que gerava fama e espólios àqueles que fossem ousados o suficiente para desempenhá-lo. Mais do que isso, a vergonha pesava sobre aqueles que se eximiam do conflito. Segundo Jonathan Sumption (1999, p. 217, tradução nossa): "mesmo os insignificantes demais para serem celebrados como heróis ou covardes iam para a guerra, suportando dor, doença, extremos de frio e calor, e o sempre presente risco de morte, porque a visão convencional de seus pares e vizinhos não esperava nada menos deles".

Em campanha, os príncipes e os grandes senhores lideravam unidades extensas chamadas *batailles*, ou "batalhas", que por sua vez eram subdivididas em unidades menores chamadas *bannières*, geralmente comandadas por baneretes (SCHNERB, 2007, p. 270). Nos *bannières*, também chamados de *conrois*, os guerreiros se agrupavam ao redor de um estandarte e costumavam proceder da mesma região, unindo-se por laços familiares e de lealdade (CONTAMINE, 1998, p. 229).

O ataque da cavalaria pesada tinha por objetivo, quando direcionado a soldados de infantaria, fazê-los perder a coerência, dividindo-os em grupos menores para expô-los (*desclore*), causando desorganização (*destroier*, *desrengier*) e rompendo suas unidades (*mettre hors d'ordonanse*). Em um embate entre homens de armas, o intuito era desmontar os inimigos, para que os auxiliares e soldados a pé pudessem eliminá-los quando estivessem prostrados. A carga geralmente começava a partir da direita da linha de batalha, e era realizada seção por seção, em grupos de *bannières* chamados échelles – companhias ou esquadrões. Quando o ataque falhava, os cavaleiros da échelle refaziam seus passos e se reorganizavam, ao passo que o esquadrão vizinho avançava. Em suas guerras na Escócia e em Gales, os homens de armas ingleses aprenderam a lutar desmontados, como tropas de infantaria. Devido a sua perda de mobilidade, a tática recomendada era estabelecer uma posição defensiva e aguardar que o inimigo atacasse, o que muitas vezes produzia um impasse (CONTAMINE, 1998, p. 229-231).

Na Inglaterra, a guerra era geralmente combatida nas fronteiras do reino, contra escoceses e galeses. Apesar da guerra civil do século XI, das revoltas baroniais do século XII e dos embates que levaram à deposição de Eduardo II, pode-se afirmar que o reino inglês vivia em relativa paz interna em comparação ao contexto geral da Cristandade. Na França, o oposto era verdadeiro. Segundo Taylor (2009, p. 74, tradução nossa), no século XIV:

> A guerra era endêmica na França, não só por causa das invasões inglesas, mas também devido aos brutais conflitos civis em Flandres, na Bretanha, na Normandia, na Picardia e na Aquitânia. Como na Itália ou na Península Ibérica contemporâneos, o interior francês era persistentemente devastado por soldados saqueadores, incluindo não só tropas inglesas, mas também soldados mal pagos e mal disciplinados a serviço da Coroa ou em companhias mercenárias – os *ecorcheurs* e *routiers*.

Em relação às batalhas, as vitórias não eram nem necessárias, nem suficientes para a conquista, apesar de serem altamente vanta-

josas (ROGERS, 1999a, p. 155). Na realidade, os cercos eram mais importantes, pois o domínio de pontos fortes era fundamental para o controle do território. Seja como for, quando as batalhas ocorriam, o maior número de mortes costumava estar do lado dos derrotados, muitas vezes não em virtude do engajamento em si, mas da perseguição posterior. Segundo Contamine (1998, p. 257-258, tradução nossa):

> Exames de uma série de batalhas do século XI ao século XV leva à conclusão de que os derrotados geralmente perdiam entre 20 e 50 por cento de seus números em relação ao total de suas forças. Em Courtrai (1302), 40 por cento dos Cavaleiros franceses foram mortos; em Cassel (1328), pelo menos metade das forças comunais flamengas foram dizimadas; em Halidon Hill (1333), 55 por cento da cavalaria escocesa; e em Agincourt (1415), assim como em Poitiers (1356), 40 por cento da cavalaria francesa foi destruída.

Isso posto, acreditamos que ficou demonstrado que os anos que levaram ao início da Guerra dos Cem Anos foram um período de transição na prática militar medieval. Contudo, algumas das mudanças mencionadas levaram diversos autores a concluir que a Cavalaria havia entrado em decadência a partir do século XIV – que não apenas ela não era mais relevante no campo de batalha, mas que seus valores haviam se tornado mera encenação. Em virtude da relevância deste debate para o nosso tema, consideramos necessário nos aprofundarmos a seu respeito adiante.

2.4 - A cavalaria na baixa idade média: declínio ou transformação?

> Ó, vós, Cavaleiros da Inglaterra, onde está o costume e a prática da Cavalaria que eram usados naqueles dias? O que vós fazeis agora além de ir para banhos e jogar dados? E alguns não vivem de modo decente e honesto, contrário a toda ordem de Cavalaria. Abandonai isto, abandonai-o! E lede os volumes do Santo Graal, de Lancelot, de Galahad... de Gawain... Lá vereis

> masculinidade, cortesia e gentileza. E olhai em dias mais próximos para os atos nobres desde a Conquista; como nos dias do Rei Ricardo Coração de Leão; de Eduardo I e III e seus nobres filhos; de Sir Robert Knowles, Sir John Hawkwood, Sir John Chandos... Lede Froissart! E também contemplai o vitorioso e nobre Rei Henrique V e os capitães sob ele; seus nobres irmãos, Montagu, o Conde de Salisbury, e muitos outros cujos nomes brilham gloriosamente por seus atos virtuosos e nobres (CAXTON *apud* KEEN, 1990, p. 516, tradução nossa).

O autor da conclamação acima foi William Caxton (1422-1491), burguês, mercador e editor, responsável pela introdução da imprensa na Inglaterra. Ela se destinava ao Rei Ricardo III (1452-1485), último rei inglês da Casa de York, que reinou por dois anos antes de ser destronado por Henrique Tudor na Batalha de Bosworth Field, durante as Guerras das Rosas.

Percebe-se na fala de Caxton que o apelo à Cavalaria ainda era uma tema poderoso ao final do século XV, época na qual os guerreiros ingleses haviam há muito abandonado o combate a cavalo e em que a artilharia de campo já era uma força consolidada, o que aumentava a violência e a crueza da guerra. Os soldados profissionais que haviam emergido no século XIV, eram então o principal componente dos exércitos: arqueiros e infantes (alabardeiros, piqueiros), homens de origem humilde, que ignoravam os códigos de conduta Cavaleiresca. Por outro lado, o apelo nostálgico a uma "Era de Ouro" da Cavalaria serve de argumento para o declínio da mesma, afinal os Cavaleiros contemporâneos a Caxton pareciam dados ao ócio, ao lazer e aos vícios, esquecendo as virtudes de seus ancestrais.

Ao examinar o texto de Caxton, percebe-se que a Cavalaria ideal se encontra em dois lugares: na literatura e no passado. Os romances arturianos continuavam exercendo uma grande atração no século XV (Caxton foi o editor de *Le Mort d'Arthur* de Sir Thomas Mallory), como o fizeram desde o século XII, quando Chrétien de Troyes cunhou a maior

parte de seus motivos e deu forma a seus personagens. Neles, Caxton enxerga um modelo para os valores Cavaleirescos. Mas é a referência de Caxton à história da Cavalaria que chama mais atenção.

A inclusão de Ricardo I é compreensível, uma vez que o Rei-Cruzado foi objeto de baladas e lendas ainda em vida (SAUL, 2008, p. 88), e nas guerras de Eduardo I contra a Escócia e Gales a cavalaria pesada ainda era tida como dominante no campo de batalha – além disso, a reivindicação de Eduardo de suserania sobre a Escócia se baseava em sua herança do Rei Artur como rei de toda a Britânia (HONEYWELL, 2006, p. 177). Mas no reino de Eduardo III, quando se iniciou a Guerra dos Cem Anos, os Cavaleiros passaram a lutar desmontados cada vez mais e os arqueiros foram um fator essencial na maioria de suas vitórias (SUMPTION, 1999, p. 245). Segundo Jean Flori (2017, p. 210):

> Se nos restringirmos ao sentido militar da palavra "cavalaria", defini-la-emos essencialmente como um grupo profissional, o dos guerreiros de elite, atacando impetuosamente, de lança ou espada em punho, em todos os campos de batalha da Europa medieval: a cavalaria pesada, rainha das batalhas do século XI ao XIV, antes que o progresso dos arqueiros e, mais tarde, da artilharia viessem arruinar-lhe a supremacia e relegá-la à categoria de vestígio prestigioso de tempos heroicos e veneráveis.

O raciocínio de Flori encontra respaldo em diversos historiadores da Baixa Idade Média. Contudo, quando Caxton faz seu apelo à Cavalaria, ele não se refere às virtudes ou ao comportamento Cavaleiresco em abstrato, num meio cortês ou civil, mas à sua proeza militar. Isto é perceptível entre os nomes que elenca: Sir Robert Knolles e Sir John Chandos foram Cavaleiros de origem relativamente simples, dos baixos escalões da aristocracia, que alcançaram o comando por sua habilidade com as armas; já Sir John Hawkwood foi o infame capitão da Companhia Branca, um grupo de mercenários que fez fortuna lutando nas guerras entre as cidades italianas (CONTAMINE, 1998, p. 159). Os três atuaram na metade do século XIV, mas os últimos nomes que Caxton evoca fo-

ram guerreiros do século XV. O Rei Henrique V e o Conde de Salisbury alcançaram fama com a vitória na Batalha de Agincourt (1415), um confronto sangrento em que os únicos a combaterem a cavalo foram os derrotados franceses (BARKER, 2009). Isso leva à pergunta: se, em um sentido bélico, Henrique V obteve triunfo sobre a Cavalaria, como pode ser ele considerado um luminar da Cavalaria? Talvez pudesse ser argumentado que a Cavalaria inglesa fosse diferente da francesa, e que os franceses desprezassem a maneira como seus rivais obtiveram a vitória. Porém, não é isso que se observa nas fontes. Na obra de Jean Froissart (1968), por exemplo, que Caxton urge que seus contemporâneos leiam, os ingleses recebem elogios constantes e a Cavalaria, de modo geral, apresenta-se como o elo em comum da aristocracia de diversos reinos da Cristandade.

Para resolver essa aparente contradição, faremos uma análise sobre a ideia de declínio da Cavalaria a partir do século XIV na historiografia medievalista – visão que foi dominante até a década de 1970 e cuja influência ainda é notada.

2.4.1 - A tese do declínio da cavalaria no século XIV

O renomado historiador holandês Johan Huizinga, autor de *O Outono da Idade Média*, profundamente influente na História Cultural, foi um dos promotores da pesquisa sobre a Cavalaria durante a década de 1920. Huizinga (1959, p. 196-197, tradução nossa) afirmava que os medievalistas de sua época estavam tão preocupados com questões econômicas e sociais que quase se havia esquecido que "[...] junto à religião, a Cavalaria era a mais forte das ideias que preenchiam os corações daqueles homens de outra era".

Entretanto, Huizinga também foi o grande propagador da ideia do declínio da Cavalaria na Baixa Idade Média. Segundo ele:

> O que quer que a Cavalaria possa ter sido na época das Cruzadas, hoje geralmente se concorda que nos séculos XIV ou

> XV ela não era nada mais que uma revivência deveras artificial de coisas há muito mortas, uma espécie de renascimento deliberado e insincero de ideias esgotadas de qualquer valor real (HUIZINGA, 1959, p. 197, tradução nossa).

Essa crítica mordaz foi retomada e aprofundada pelo historiador norte-americano Raymond Kilgour, que, escrevendo na década de 1930, afirmou que:

> A Cavalaria passou por três estágios de desenvolvimento: a era da superioridade, a era do privilégio e a era da vaidade. Sua primeira era heroica alcançou a extraordinária fusão de glória militar com fervor religioso. Com o enfraquecimento gradual dessas grandes forças propulsoras, a Cavalaria ficou contente em descansar sob seus louros, elaborando seus padrões de cortesia e galanteria. O final do período nos mostra uma Cavalaria dedicada à exibição louca, exagerada, como se para esconder sua impotência e seus vícios sórdidos sob armaduras douradas e seda florida (KILGOUR, 1937, p. 3, tradução nossa).

Percebe-se um tom mais claramente moralizante e conservador na terminologia empregada por Kilgour e em sua apreciação pela "glória militar" e o "fervor religioso" do tempo das Cruzadas, mas ambos os autores concordam que a Cavalaria no baixo medievo havia se tornado apenas uma fachada de opulência e ostentação completamente divorciada da realidade da guerra – sua função original. A Cavalaria teria então se transformado em um mero passatempo lúdico da aristocracia ociosa, uma forma de se agarrar a seu prestígio decrescente diante da ascensão da burguesia. A coragem, a honra e a proeza guerreira seriam apenas lembranças de uma "Era de Ouro" há muito decorrida.

Esse motivo da "Cavalaria decadente" dos séculos XIV e XV se tornou recorrente na medievalística, tendo se tornado quase um paradigma, especialmente entre historiadores da Europa continental. Cardini (1997, p. 92, tradução nossa), por exemplo, considera que:

> Os séculos XII e XIII, tradicionalmente considerados o ápice da era Cavaleiresca da Idade Média europeia, sem dúvida sinalizaram o triunfo da Ordem da Cavalaria. Poetas, autores de tratados, até mesmo teólogos e hagiógrafos parecem não falar de outra coisa; cronistas e pintores refletem o brilhante esplendor da cerimônia de adubamento; altos nobres e até mesmo grandes monarcas, de Ricardo, Coração de Leão, a São Luís, negligenciaram seus títulos gloriosos para portar o simples título de Cavaleiro. Era um título cobiçado por estratos sociais em ascensão, pelos novos ricos das sociedades urbanas – a *gente nova* – em particular.

Porém, "no século XIV, entretanto [...], a Ordem da Cavalaria estava sendo redefinida como uma distinção social e em crise enquanto força militar" (CARDINI, 1997, p. 96-97, tradução nossa). O autor prossegue:

> No mundo real, a Ordem da Cavalaria havia se tornado uma coisa de fato lamentável – uma série de paramentos exteriores que podiam ser comprados e vendidos; um instrumento de promoção social; um agrupamento incoerente de guerreiros presunçosamente orgulhosos de sua posição, mas sem dispor de meios e em contínua busca por formas de ganhar a vida (CARDINI, 1997, p. 106, tradução nossa).

E arremata que "com o século XIV, as armas de fogo deram o golpe mortal na utilidade militar e no prestígio moral dos combatentes a cavalo" (CARDINI, 1997, p. 108, tradução nossa).

Jean Flori, por sua vez, ao tratar dos torneios da Baixa Idade Média, afirma que "a proeza torna-se mais individual, mais teatral, e os grandes torneios 'flamejantes' dos séculos XIV e XV tomam rumos suntuários: a nobreza procura neles se afirmar, tranquilizar e distrair ante a crescente ameaça econômica e social da burguesia" (FLORI, 2017, p. 222). A ideia se repete em Jérôme Baschet, para quem os torneios do século XV seriam "[...] verdadeiras cerimônias de autocelebração, com fausto crescente, pelas quais os nobres procuram se distinguir da elite camponesa e dos citadinos enriquecidos [...]" (BASCHET, 2006, p. 255).

O próprio Georges Duby, ao final de sua obra sobre Guilherme Marechal, afirma que:

> Ele podia caminhar em paz para a morte, orgulhando-se de ter sido o instrumento do derradeiro, tão fugidio, tão anacrônico triunfo da honra sobre o dinheiro, da lealdade contra o Estado - orgulhando-se de ter levado a cavalaria à plenitude. Mas a cavalaria estava acabada desde pelo menos duas décadas, e o próprio Guilherme já não passava de uma forma residual, de relíquia. Ela e ele, em 1219, praticamente só serviam para opor, às asperezas do real, a tela enganosa e tranqüilizante dessas vanidades com que cada homem, naquele momento e na alta sociedade, alimentava em seu coração uma nostalgia lancinante (DUBY, 1988, p. 211).

Duby chega a ser mais radical que os historiadores até agora mencionados ao enxergar o declínio da Cavalaria já no início do século XIII, mas em todos é possível ver ecos do que Huizinga e Kilgour já pregavam na primeira metade do século XX: antes que a Idade Média chegasse a termo, a Cavalaria já não passava de uma relíquia de tempos passados, desprovida de valor militar e social e moralmente decaída. Em que, no entanto, se basearam esses autores para chegar a essa conclusão? Teria sido o baixo medievo de fato uma "era da vaidade" da Cavalaria?

Em primeiro lugar, é necessário observar que no século XIX o Romantismo fez surgir uma apreciação entre a aristocracia europeia pelas narrativas Cavaleirescas. Foi aí que muitas concepções sobre o "cavalheirismo" se desenvolveram, especialmente entre os *gentlemen* ingleses – ávidos leitores de Sir Walter Scott, considerado o pai do romance histórico – e que floresceu a ideia de uma Idade Média resplandecente, povoada por castelos misteriosos, florestas ancestrais, Cavaleiros honrados e belas damas; que deve mais à literatura arturiana que ao passado real (GIROUARD, 1981). O sonho da Cavalaria ajudou a encorajar jovens soldados a se alistarem para lutar na I Guerra Mundial, quando "o horror das trincheiras e a repulsa gene-

ralizada da ideia de combate glorioso contribuíram muito para desacreditar a Cavalaria aos olhos do público" (HONEYWELL, 2006, p. 24, tradução nossa). A percepção da brutalidade da Grande Guerra pode ter contribuído para o desencanto dos historiadores com a Cavalaria dos séculos XIV e XV, possivelmente o período mais violento da Idade Média (CONTAMINE, 1998, p. 123).

Por outro lado, Huizinga e Kilgour, bem como os medievalistas posteriores, fizeram usos de diversas fontes para embasar seus argumentos, entre cronistas, poetas e tratadistas; fontes que, como William Caxton, condenavam o enfraquecimento dos ideais Cavaleirescos, o abandono de suas boas práticas e a perda da honra e do vigor guerreiro em troca da perseguição de prazeres mundanos. Denúncias como esta também são encontradas entre os franceses após a derrota em Agincourt, no início do século XV. É o que se observa na poesia de Carlos, Duque de Orléans (1394-1465), que sobreviveu à batalha, mas foi feito prisioneiro e passou vinte e quatro anos cativo dos ingleses. Juliet Barker (2009, p. 410) destaca o seu poema *Complainte*, no qual:

> [...] ele analisa as causas da derrota francesa em Agincourt e lamenta que a França, que antes fora um modelo para todas as demais nações pela sua honra, lealdade, cortesia e bravura, houvesse afundado no orgulho, na letargia, lascívia e injustiça. Ele instava seus compatriotas a retomar as virtudes que outrora haviam inspirado seus grandes heróis cristãos, Carlos Magno, Roland, Oliver e St. Louis, de modo que os santos lhes perdoassem e mais uma vez se unissem à sua causa.

Em relação ao século XIV, Craig Taylor (2009, p. 75, tradução nossa), historiador da Cavalaria na Guerra dos Cem Anos, revela que:

> François de Monte-Belluna expressou profunda revolta com o fracasso da aristocracia francesa no campo de batalha de Poitiers em 1356, enquanto um frei Carmelita, talvez Jean de Venette, expandiu sobre esta crítica de uma aristocracia francesa decadente e fraca ao destacar sua falha em proteger o povo não só

> dos ingleses, mas também dos soldados saqueadores, assaltantes e ladrões que atacavam viajantes e camponeses indefesos.

A falha da aristocracia era, nesse sentido, uma falha da Cavalaria. Do mesmo modo, no período após a derrota em Crécy (1346), o Rei João II da França (1350-1364) escreveu que:

> [...] alguns dos membros desta ordem [da Cavalaria], desacostumados às armas e privados de exercícios, ou por outra causa por nós desconhecida, têm se atirado imoderadamente na ociosidade e na vaidade da época, ao desprezo da honra, lamentavelmente, e de seu bom renome, para diminuir sua alegria de coração em troca do conforto de suas pessoas (*apud* BOULTON, 1987, p. 196, tradução nossa).

A fala do Rei da França nos permite pensar que a Cavalaria do século XIV havia realmente entrado em uma "era da vaidade". Adicionalmente, o Cavaleiro Godofredo de Charny, leal súdito de João II, denuncia na mesma época os homens de armas que desperdiçam fortunas no jogo de dados, que agem covardemente e que cometem roubos nas estradas, assassinatos, saques e que espoliam as igrejas e suas propriedades (CHARNY, 1996, p. 113, 127, 179).

Observada em isolamento, a documentação dos séculos XIV e XV de fato transmite uma ideia de decadência em relação aos séculos anteriores. Entretanto, um fator essencial precisa ser ressaltado: o lamento pela Cavalaria perdida não é algo exclusivo da Baixa Idade Média, mas é tão antigo quanto a própria Cavalaria. Esse ponto foi ressaltado por uma série de medievalistas que, a partir da metade da década de 1970, trabalharam para desconstruir a tese do declínio. Entre eles destacamos Philippe Contamine, voz solitária na França, autor do artigo *Points de Vue sue la Chevalerie em France a la Fin du Moyen Age*, de 1976, Malcolm Vale, autor de *War and Chivalry*, de 1981, e Maurice Keen com seu *magnum opus Chivalry*, de 1984. Desde então é no mundo anglo-saxônico que predomina o estudo da Cavalaria na Baixa Idade Média (AGUIAR, 2016, p. 17).

De acordo com Contamine (1998, p. 259, tradução nossa), "o tema do declínio da Cavalaria, do enfraquecimento de guerreiros e de povos, pode ser encontrado nos escritos de autores leigos ou, talvez ainda mais, entre clérigos, em quase toda época". É o que também defende Keen (1984, p. 234, tradução nossa): "os críticos da Baixa Idade Média não adotaram um tema novo, eles martelaram um antigo, pois a Cavalaria sempre esteve ciente de que estava em guerra com uma imagem distorcida de si própria".

É, portanto, fundamental para a tese de declínio de Huizinga e Kilgour a crença de que, diferente de suas contrapartes do século XIV, os Cavaleiros dos séculos XI e XII eram legítimos representantes das virtudes Cavaleirescas; contudo as fontes da época tendem a indicar o contrário. Dominique Barthélemy nos apresenta diversos exemplos. Assim sendo, durante a Conquista Normanda da Inglaterra, iniciada em 1066, os Cavaleiros invasores realizaram pilhagens e incêndios – reconhecidos mesmo por seus partidários, como Guido de Amiens, autor do *Poema sobre a Batalha de Hastings* – a ponto de Barthélemy (2010, p. 240) afirmar que "não foi, portanto, a Cavalaria, eu bem temo, mas muito mais a carnificina e a pilhagem que Guilherme e os franceses introduziram a curto prazo na Inglaterra". Ainda no século XI, durante o Cerco de Antióquia (1097-1098), na Primeira Cruzada, Guilherme, Visconde de Melun, abandonou as hostes cruzadas diante das agruras sofridas naquele sítio. Capturado e constrangido por Tancredo da Sicília, um dos principais líderes cruzados, Guilherme de Melun fugiu novamente, retornando para a França, onde, apesar do escárnio das famílias rivais, permaneceu como Cavaleiro (BARTHÉLEMY, 2010, p. 238). Pode-se perceber que tanto a violência desenfreada quanto a covardia não eram privilégios da Cavalaria da Baixa Idade Média.

No século XII, escrevendo sobre a corte do Duque da Normandia, Orderico Vital, em sua *História Eclesiástica* afirma que:

> Após a morte do Papa Gregório [1085], de Guilherme, o Bastardo, [1087] e de outros príncipes religiosos, os hábitos honestos

> de nossos ancestrais foram quase inteiramente abolidos nas terras ocidentais. Eles haviam portado vestimentas modestas, bem ajustadas às formas do corpo. Eles eram tão hábeis na equitação e na corrida, e em tudo o que a razão levava a fazer. Mas, nos nossos dias, os usos dos antigos foram quase todos substituídos por novas invenções. A juventude petulante adota a moleza feminina; os homens de corte se estudam para agradar às mulheres por meio de todas as formas de lascívia. Eles colocam nas articulações dos pés, onde termina o corpo, a imagem do rabo de cobras que, como escorpiões, ferem os olhos. A borda supérflua de suas vestes e mantos varre a terra; eles cobrem as mãos, não importa o que façam, com longas e largas mangas e, ocupados dessas superfluidades, eles não podem nem andar prontamente, nem fazer nada de útil. Têm o rosto barbeado como os ladrões, e trazem longas cabeleiras atrás da cabeça, como prostitutas (*apud* BARTHÉLEMY, 2010, p. 258-259).

Observa-se, nesse excerto, que o declínio da Cavalaria está em evidência – os bons costumes do passado foram abandonados; a habilidade e o vigor foram trocados pela moleza e a lascívia; e os jovens, esquecidos da honra, assemelham-se mais a ladrões e prostitutas do que Cavaleiros. O gosto por roupas, luxos e ornamentos se faz presente nos meios Cavaleirescos em plena "Era de Ouro" da Cavalaria.

Mas talvez a crítica mais retumbante à Cavalaria no século XII parta de Bernardo de Claraval em seu *Elogio à Nova Milícia*, escrito provavelmente entre 1120 e 1136, em defesa dos Cavaleiros Templários, recém-instituídos. Sobre a "milícia secular", ele diz:

> O que então, ó Cavaleiros, é este erro monstruoso e o que é este impulso insuportável que os compele a lutar com tanta pompa e esforço, e tudo sem outro propósito além da morte e do pecado? Vocês cobrem seus cavalos com seda e plumas, sua armadura com eu não sei que tipo de trapos; vocês pintam seus escudos e suas selas; vocês adornam seus bridões e esporas com ouro e prata e pedras preciosas, e então em toda esta glória vocês avançam para sua ruína com ira temerosa e tolice destemida. São estes os paramentos de um guerreiro ou

> não são na verdade os enfeites de uma mulher? Vocês pensam que as espadas de seus inimigos serão rebatidas por seu ouro, que pouparão suas joias ou que serão incapazes de perfurar suas sedas? Como vocês certamente já experimentaram com frequência, um guerreiro precisa especialmente destas três coisas – ele deve guardar sua pessoa com força, sagacidade e cuidado; ele deve ser livre em seus movimentos e deve ser rápido em sacar sua espada. Então por que vocês se cegam com cachos afeminados e se fazem tropeçar com túnicas longas e amplas, enterrando suas mãos macias e delicadas em grandes mangas pesadas? Acima de tudo, existe aquela terrível insegurança de consciência, a despeito de toda a sua armadura, desde que vocês ousaram assumir um ofício tão perigoso sobre uma base tão débil e frívola. O que mais é a causa das guerras e a raiz das disputas entre vocês, exceto rompantes de raiva insensatos, a sede por glória vazia ou o desejo por algumas posses terrenas? Certamente não é seguro matar ou ser morto por causas como estas (CLARAVAL, 2001, p. 3, tradução nossa).

Os Cavaleiros despontam não apenas como vaidosos e afeminados, assim como em Orderico Vital, mas também como maus cristãos e fracos guerreiros, envolvidos em guerras frívolas, motivadas pelo destempero, à procura recompensas ignóbeis. Faltava-lhes dureza e espírito de combate – diagnóstico não muito diferente daquele feito por João II no século XIV.

João de Salisbury, em 1159, Estêvão de Fougères, em 1175, e Pedro de Blois, em 1183, também realizaram pesadas críticas à Cavalaria de seus dias. Segundo eles, os Cavaleiros eram fanfarrões, pretensiosos e opressores (BARTHÉLEMY, 2010). Sua falha em desempenhar o papel social que lhes era previsto, de mantedores da paz e da justiça, é um tema recorrente entre seus críticos. Fosse explorando exageradamente seus camponeses, fosse fracassando em protegê-los dos ataques de rufiões e forças adversárias, a Cavalaria – seja no século XI ou no século XV – se mostrava bem diferente daquela idealizada nas canções e nos romances.

Por fim, gostaríamos de apresentar um episódio ocorrido após a Batalha de Brémule (1119), entre Henrique I, Rei da Inglaterra e Duque da Normandia, e Luís VI, Rei da França. Uma das grandes batalhas do século XII, Brémule foi uma vitória dos normandos e, ao seu final, em meio à fuga dos derrotados, Orderico Vital narra o seguinte acontecimento:

> Pedro de Maule e alguns outros fugitivos se livraram dos sinais que poderiam fazê-los reconhecidos e habilmente se misturaram àqueles que os perseguiam. Entoaram com eles gritos de vitória, à glória do rei Henrique. Em sua companhia o jovem Roberto de Coucy perseguiu o inimigo até o burgo vizinho e lá foi feito prisioneiro por aqueles que o rodeavam e que acreditava serem Cavaleiros de seu campo (*apud* BARTHÉLEMY, 2010, p. 280).

Esse episódio quase cômico mostra como os Cavaleiros franceses abandonaram seus emblemas distintivos e se misturaram aos seus perseguidores, resultando na captura de um deles que, sem perceber, foi cercado por inimigos. Compreensivelmente, os franceses usaram de ardis e de astúcia para escapar de uma situação de perigo. Mas deve-se perguntar: eram esses Cavaleiros os supostos modelos de virtude diante dos quais os seus descendentes do século XIV deixavam a desejar? Era a isso que Kilgour se referia como a "era da superioridade" da Cavalaria?

Acreditamos que tenha ficado claro que a Cavalaria, seja em qual época for, jamais tenha vivido em pleno acordo com os ideais que lhes eram atribuídos. Contudo, é importante ressaltar que, na Baixa Idade Média, segundo Maurice Keen (1984, p. 237, tradução nossa):

> Não houve real perda de confiança nos valores Cavaleirescos: os mesmos homens que denunciavam os crimes de Cavaleiros contemporâneos não clamavam pelo abandono dos modos Cavaleirescos, mas apelavam ao exemplo do passado Cavaleiresco em oferecer o padrão para reforma.

Dessa forma, William Caxton, Carlos de Orléans, João II, Godofredo de Charny e tantas outras figuras da Baixa Idade Média, pretendiam com suas críticas reformar a Cavalaria para que ela pudesse estar à altura de seu glorioso passado; contudo, esse passado não é o passado histórico, real, mas sim aquilo que Keen (1984) denomina "Mitologia Histórica da Cavalaria", uma mistura de tradição bíblica e interpretação do passado greco-romano entremeada a canções de gesta, poemas, narrativas lendárias e semi-lendárias e crônicas de Cavalaria. Essa Cultura Cavaleiresca permaneceu uma força vital para a aristocracia mesmo além do século XV. Por outro lado, a intenção desses reformadores era promover a disciplina militar e a unidade da Cavalaria sob a liderança dos reis. Segundo Taylor (2009, p. 84, tradução nossa):

> As culturas de Cavalaria francesas estavam sendo reformuladas e desenvolvidas de maneiras originais, respondendo não só à crise militar, mas também às mudanças mais amplas na leitura e na posse de livros, assim como às renegociações e redefinições sociais fundamentais dentro dos contextos aristocrático, gentílico e urbano.

Existia, portanto, um complexo embate entre inovação e conservadorismo na escrita dos debatedores da Cavalaria da Baixa Idade Média. Mudanças eram promovidas sob uma roupagem tradicionalista, buscando alicerces no passado – real ou imaginado. Para que as novidades fossem aceitas elas precisavam se integrar à ordem vigente, jamais romper com ela.

Há ainda outros pontos a serem discutidos em relação ao declínio da Cavalaria: sua suposta perda de eficácia militar a partir do século XIV, mencionada por Jean Flori e Franco Cardini, identificada com o crescimento da importância da infantaria e com o desenvolvimento da artilharia, por um lado, e com a suntuosidade dos torneios e seu progressivo distanciamento da realidade das batalhas, por outro. Dada a importância destes temas, nos deteremos sobre eles a seguir.

2.4.1.1 A *"revolução militar" do século XIV*

A "Revolução Militar" é um tema bastante discutido pela História Moderna desde a segunda metade do século XX, com implicações sobre o papel da cavalaria no fim do período medieval. O conceito de Revolução Militar foi criado por Michael Roberts em *The Military Revolution, 1560-1660*, em1956, no qual argumentou que o desenvolvimento dos exércitos modernos, formados por tropas de infantaria portando armas de fogo, levou a um aumento expressivo do número de tropas e das demandas de treinamento, suprimento e custeio. Essas transformações teriam produzido um profundo impacto administrativo e financeiro no Estado incipiente, que teve de criar novas instituições para suprir as novas demandas (ROBERTS, 1967). Para Roberts (1967), os exércitos holandeses de Maurício de Nassau e, especialmente, aqueles do Rei Gustavo Adolfo da Suécia, um dos generais mais proeminentes da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), formaram a vanguarda dessa Revolução.

A tese de Roberts foi muito bem recebida. Um de seus continuadores mais expressivos foi Geoffrey Parker, autor de *The Military Revolution: Military Innovation and the Rise of the West, 1500-1800*, de 1988. Parker (1996) foi crítico de Roberts por ter dado ênfase demasiada à experiência sueca e desconsiderado os aprimoramentos franceses e espanhóis e retrocede o início da Revolução Militar para os anos finais do século XV, período das Guerras Italianas de Carlos VIII (1494-1498). Parker também destacou o desenvolvimento da artilharia, de campo e de cerco, e das técnicas de fortificação como elementos causadores da Revolução. Entretanto, ele concordou com a premissa básica de Roberts da Revolução Militar como evento transformador das sociedades europeias, afirmando que foi graças a ela que suas diminutas nações formaram impérios globais (PARKER, 1996).[8]

8 Para críticos da ideia de Revolução Militar: *Cf.* BLACK, Jeremy. **A military revolution?**: military change and european society, 1550-1800. Londres: MacMillan Press, 1991; JACOB, Frank; VISONI-ALONZO, Gilmar. **The military revolution in early modern Europe**: a revision. Nova York: Palgrave Pivot, 2016.

Inserindo-se nesta discussão, o historiador norte-americano Clifford J. Rogers publicou o artigo *The Military Revolutions of the Hundred Years' War* no *Journal of Military History*, em 1993. Nele, Rogers propõe um reposicionamento do período de início da Revolução Militar para o século XIV, quando teria ocorrido uma Revolução da Infantaria, responsável por tornar a cavalaria pesada ultrapassada. É nos seguintes termos que Rogers diferencia os exércitos medievais dos exércitos modernos:

> Os exércitos que dominaram os campos de batalha da Europa da metade do século XI ao início do século XIV eram compostos primariamente por guerreiros-aristocratas feudais, que deviam serviço militar por terras detidas em feudo. Eles serviam como cavalaria de armadura pesada, combatentes de choque que dependiam da força muscular de homem e garanhão, aplicada diretamente na ponta de uma lança ou no gume de uma espada. Eles lutavam com mais frequência para capturar que para matar. Os exércitos que conquistaram os primeiros impérios globais da Europa, por outro lado, diferiam dessa descrição em cada um de seus aspectos. Eles eram retirados da população comum (apesar de frequentemente liderados por aristocratas); eles serviam mediante pagamento; eles lutavam primariamente a pé, em formações lineares cerradas que dependiam mais do disparo de projéteis que da ação de choque; e eles lutavam para matar (ROGERS, 1993, p. 243-244, tradução nossa).

Essa descrição peca por excesso de simplificação. Os extremos apresentados por Rogers são muito mais categorias representativas do que uma descrição factual das realidades militares dos períodos medieval e moderno. Na verdade, a caracterização que ele faz dos exércitos medievais se assemelha muito à de Sir Charles Oman (1885), autor de *The Art of War in the Middle Ages* e um dos maiores propagadores da ideia de supremacia militar da cavalaria feudal. Rogers oculta, como fez Oman, o fato de que contingentes de soldados a pé sempre estiveram presentes nos exércitos medievais. Afinal, numa época em que o controle de pontos fortes – castelos, torres de guarda, fortale-

zas, e cidades muradas que eram cada vez mais imponentes no século XIV (FIRNHABER-BAKER, 2010, p. 92) – determinava o domínio sobre o território, os cercos eram essenciais para a guerra, mais até mesmo do que as batalhas campais; e durante os cercos, o grosso das operações – tais como as escavações para minar as muralhas, as escaladas, os ataques aos portões com aríetes, e a operação das máquinas (catapultas, manganelas, *trébuchets* e, na Baixa Idade Média, canhões) – era conduzido pela infantaria (GARCÍAFITZ, 1998).

Conforme retratamos anteriormente, às vésperas da Guerra dos Cem Anos a infantaria havia feito bastante progresso, e unidades disciplinadas se mostravam capazes de resistir aos ataques de guerreiros montados. Além disso, o arco longo, arma característica dos ingleses, demonstrava grande eficácia contra cargas de cavalaria. Ao final do século XIV, havia se tornado comum os Cavaleiros desmontarem para entrar em combate e os canhões – cada vez maiores e mais poderosos – mudavam a dinâmica dos cercos. Ao longo do século XV a artilharia se desenvolveu cada vez mais, sendo vital para a vitória final dos franceses na Batalha de Castillon (1453). Acreditamos, contudo, em concordância com Helen Nicholson (2004, p. 166), que é preferível falar em evolução a revolução, uma vez que tais desenvolvimentos foram lentos e graduais, se estendendo para além do medievo.

É verdade que o novo profissionalismo dos exércitos, integrados por uma proporção cada vez maior de homens comuns, transformou em parte a antiga ética Cavaleiresca, que valorizava a captura mais do que a morte do inimigo e na qual a forma da ação era muitas vezes mais estimada que o seu resultado. Os elementos técnicos da nova forma de guerra que se consolidou no século XV aumentaram por si mesmos o grau de mortandade, como Rogers (1993, p. 257, tradução nossa) observou:

> Piques e arcos longos, por sua própria natureza, tem a intenção de matar um oponente antes que ele possa chegar a uma

> distância de ataque do manejador, e é difícil oferecer ou aceitar uma rendição pessoal à distância. O valor do pique, além disso, residia inteiramente em seu uso em uma formação cerrada e, mais uma vez, teria sido impossível tomar prisioneiros sem quebrar a formação. Alabardas, *goedendags* e foices de guerra, é verdade, não mantinham o inimigo a tal distância. Elas são, contudo, armas pesadas e difíceis de manejar. Desta forma, um alabardeiro precisa tentar abater seu inimigo com seu primeiro golpe, pois é improvável que irá conseguir aplicar um segundo; e um golpe de alabarda com força total dificilmente deixará a pessoa atingida em condições de se render.

Mas, de qualquer maneira, as convenções Cavaleirescas que regiam a tomada de prisioneiros e o pedido de resgates só se aplicavam aos membros da aristocracia. Cavaleiros promoveram massacres rotineiros contra soldados a pé e populações camponesas em todas as épocas e a ideia de que deveriam proteger os indefesos, as mulheres, os clérigos e as propriedades da Igreja era um dos ideais Cavaleirescos mais contestados (FLORI, 2017, p. 211).

Na esfera tática, Andrew Ayton (1999, p. 187, tradução nossa) afirma que: "no campo de batalha, cavaleiros de armadura pesada podiam desempenhar um papel decisivo, particularmente se cargas (e, talvez, retiradas fingidas) fossem bem cronometradas, realizadas de forma cerrada e disciplinada e apoiadas por infantaria ou combinadas com arqueria". Se os Cavaleiros precisavam do suporte de outras tropas para serem bem-sucedidos, isto não foi uma modificação da Baixa Idade Média, mas um fato muitas vezes ignorado da guerra medieval, presente mesmo na "Era de Ouro" da Cavalaria.

Escrevendo sobre a guerra na Germânia do século X, David S. Bachrach (2012, p. 224, tradução nossa) afirma que "era a combinação de tropas montadas bem treinadas e soldados a pé que tornava os exércitos Otônidas eficazes em batalha". Matthew Bennett (2016), em *The Myth of the Military Supremacy of Knightly Cavalry* – texto no qual busca desconstruir não a relevância militar da Cavalaria, mas o

mito "omaniano" de sua supremacia absoluta – considera que esse tipo de flexibilidade tática foi essencial para as forças de todo o medievo. A infantaria tinha seu valor na defesa, e era derrotada quando atacava a cavalaria; por outro lado, a cavalaria jamais conseguia romper uma linha de infantaria que se mantivesse firme. O sucesso jazia, portanto, nas "armas combinadas" (BENNETT, 2016). Isso também é perceptível em Francisco García Fitzem seu opúsculo *Ejércitos y Actividades Guerreras en la Edad Media Europea*, de 1998. Mesmo na Batalha de Hastings (1066), na qual a Cavalaria normanda venceu a tradicional infantaria pesada anglo-saxã, Guilherme I contou com o apoio crucial de arqueiros (GARCÍA FITZ, 1998, p. 66-67).

Assim sendo, Ayton (1999, p. 205, tradução nossa) conclui que "apesar dos esforços de arqueiros e piqueiros, a emergência de poderosos exércitos baseados em infantaria em várias partes da Europa nos séculos XIV e XV não removeu o guerreiro aristocrático do campo de batalha". Maurice Keen (1999b, p. 290, tradução nossa) expressa concordância ao afirmar que:

> A cavalaria pesada não tinha perdido sua relevância no campo de batalha. A carga com a lança, na forma tradicional da Cavalaria, ainda podia nas circunstâncias certas ser uma manobra efetiva e importante. Como sempre, homens de armas montados formaram o núcleo das *compaignies d'ordonnance* do exército real francês que serviu de modelo para tantos outros [...].

É o que também defende Christopher Allmand (1988, p. 67), que relembra que o exército que Carlos VIII da França levou para a Itália em 1494 tinha pelo menos metade de seu contingente composto por homens de armas.

Percebe-se, portanto, que cavalaria pesada manteve sua relevância militar no século XIV e além, o que torna inadequada a ideia de uma Revolução da Infantaria. No entanto, prevalece o fato de que era comum na Guerra dos Cem Anos que os homens de armas lutassem a pé, como infantaria. Porém, é necessário observar que isso não era novi-

dade; são encontrados exemplos de Cavaleiros lutando desmontados nas Batalhas de Tinchebray (1106), Brémule (1119) e mesmo em Dorileia (1097), durante a Primeira Cruzada (GARCÍA FITZ, 1998, p. 67-68).

Ademais, a tese da Revolução Militar do século XIV confunde o sentido técnico-militar do termo cavalaria com a instituição da Cavalaria medieval, distinção que realizamos no início desta obra. Rompendo com o senso comum, consideramos que a Cavalaria deva ser vista além do cavalo. Nesta questão nos baseamos em John Barnie, um dos pioneiros na crítica à tese do declínio da Cavalaria no século XIV. Para ele, alguns elementos da Cavalaria eram imutáveis, tais como os valores de honra, fidelidade e coragem, enquanto outros se adaptavam aos tempos, como as táticas de combate e os padrões de cortesia (BARNIE, 1974, p. 86). Observa-se, dessa forma, que os cronistas da Cavalaria do século XIV, como Froissart, não medem elogios àqueles que mostravam valor lutando a pé (como João II da França em Poitiers, em 1356), destacando a coragem em não se permitir um meio de fuga (FROISSART, 1968, p. 138). Para Andrew Ayton (1999, p. 187), foi muito mais a associação da aristocracia com o cavalo de guerra do que considerações táticas ou estratégicas o que deu proeminência ao combate montado. A posse de um bom cavalo permanecia um símbolo de *status* fortíssimo e eles eram extremamente valorizados nos torneios; entretanto, a proeza guerreira que, segundo Kaeuper (1999, p. 130), estava no centro dos valores que regiam a Cavalaria, abraçava todas as façanhas marciais, fossem montadas ou não.

2.4.1.2 - *Os torneios*

Estabelecida, portanto, a relevância militar da Cavalaria no século XIV, passemos então aos torneios. A seu respeito, Jacques Le Goff (2011, p. 92-93) afirma que:

> [...] condenados pela Igreja em 1139 e 1199, foram autorizados, mas controlados na Inglaterra por Ricardo Coração de Leão (1194), continuaram depois de um certo recuo no século XIII e,

> após a retirada da proibição pela Igreja em 1316, até recrudesceram nos séculos XIV, XV e ainda XVI.

Cardini (1997, p. 95-96, tradução nossa) ressalta o caráter violento dos torneios da Idade Média Central:

> Gerações inteiras de Cavaleiros foram abatidas nos torneios – talvez mais do que em batalha – o que ajudou a prevenir a dispersão da herança, mantendo assim linhagens fortes e consolidando a riqueza da família. Em batalha, o objetivo dos Cavaleiros não era matar uns aos outros, mas aprisionar os inimigos no intuito de arrecadar seu resgate. Nas justas e nos torneios incidentes letais, ao contrário, devem ter sido extraordinariamente frequentes, assim como sérias as consequências quando um Cavaleiro caía de seu cavalo a pleno galope e desmoronava sob o peso de sua armadura de ferro.

Entretanto, para os críticos da Cavalaria na Baixa Idade Média, os torneios, que deviam servir como treino para a guerra, haviam se distanciado de sua finalidade original, tornando-se meras festas de autocelebração da aristocracia guerreira. Segundo Miguel Aguiar (2016, p. 69):

> Por torneio entendia-se uma competição – *mêlée* – entre duas ou mais equipas, numa área delimitada que, em casos limite, poderia incluir centenas de participantes e vários quilómetros quadrados. Começou por ser, entre os séculos XI e XIII, um evento pouco regulado e que poderia converter-se num embate extremamente violento. As justas, por seu turno, constituíam a dimensão individual destes exercícios: embora também pudessem ser disputadas entre equipas, o lugar na liça cabia apenas a dois cavaleiros de cada vez, cujo fito seria, usando uma lança, desmontar o adversário. Os feitos de armas – ou *pas d'armes* – eram geralmente combates singulares ou em pequenas equipas, e que podiam ser disputados a cavalo ou a pé, com objetivos lúdicos ou mesmo para decidir diferendos políticos, onde os defensores de uma posição estratégica enfrentavam os atacantes.

Os *pas d'armes* foram o principal alvo dos partidários de Huizinga e Kilgour, devido a seus elementos teatrais, muitas vezes com fantasias e encenações retiradas dos romances Cavaleirescos. Uma abundante quantidade de dinheiro era gasta nesses festejos, que podiam durar semanas ou até meses (KEEN, 1984, p. 203). Contudo, alguns dos maiores guerreiros do final do século XV praticavam essa forma de torneio, o que relativiza a acusação de que ela era típica de uma Cavalaria decadente. Maurice Keen (1984, p. 207, tradução nossa), ao tratar de um dos mais célebres Cavaleiros do início do século XVI, afirma que:

> Bayart ganhou sua fama como *chevalier sans peur et sans reproche* na dura luta das guerras italianas do início do século XVI. Ele fez sua estreia nas armas, porém, e primeiro chamou atenção, quando, enquanto um jovem de dezoito anos, ele aceitou o desafio do *pas d'armes* organizado pelo veterano borgonhês Claude de Vauldray em 1491 e se portou com distinção contra um Cavaleiro muito mais experiente.

Do mesmo modo, Malcolm Vale (1981) argumenta que ao final da Idade Média os torneios ainda eram considerados a "escola de armas" dos Cavaleiros e que celebrá-los conferia um alto grau de prestígio aos príncipes. Portanto, ao que tudo indica, as justas e os torneios não eram percebidas como um reflexo do enfraquecimento da Cavalaria por aqueles que a praticavam, mas como um dos elementos fundamentais de seu estilo de vida, sendo utilizados para comemorar finais de campanha, cerimônias de adubamento, coroações, encontros diplomáticos e casamentos (BARBER; BARKER, 1989). Na metade do século XIV, Godofredo de Charny, ao examinar as proezas realizadas nas justas, nos torneios e nas guerras afirmou: "pois eu mantenho que não há feitos de armas pequenos, mas apenas bons e grandes, apesar de alguns feitos de armas serem de maior valor que outros. Portanto, eu digo: aquele que faz mais, tem maior valor" (CHARNY, 1996, p. 87, tradução nossa).

Sobre a afirmação de que a principal função desses torneios opulentos era a de promover a diferenciação entre a nobreza e a burguesia, é importante notar que os burgueses realizavam seus próprios torneios. É o próprio Franco Cardini (2017, p. 541-542) que afirma que os comerciantes e banqueiros

> [....] continuavam fascinados pelo estilo cortês-cavaleiresco e ambicionavam reproduzir em seus palácios urbanos e em suas casas de campo um "gênero de vida" senhorial, do qual as insígnias heráldicas e cavaleirescas, os torneios e os brasões eram parte integrante. Mas, de outra parte, deviam cuidar de seus negócios e não pretendiam comprometê-los participando de expedições militares periódicas, comuns na época.

Pode-se afirmar, portanto, que apesar do elitismo inegável dos torneios, não eram eles, mas a prática da guerra o verdadeiro diferenciador entre nobres e burgueses. Não é por acaso que foi Nicolau Maquiavel, na Itália – onde há muito as guerras eram combatidas por mercenários como Sir John Hawkwood – um dos primeiros a afirmar, em 1521, que "um homem de valor não deveria fazer das armas uma carreira" (*apud* CONTAMINE, 1998, p. 249, tradução nossa). Isso posto, não deixa de ser apropriado considerar o século XVI como a fase final da Cavalaria medieval.

2.5 - A cavalaria após o século XV

Os primeiros exércitos permanentes europeus foram criados pela monarquia Valois em torno de homens de armas, na França do século XV, e a guerra continuava oferecendo um caminho para a riqueza e a honra para os jovens da aristocracia (CONTAMINE, 1998, p. 249). Para Keen (1999b, p. 291, tradução nossa): "a velha Cavalaria se adaptou a novos costumes, mas havia uma diferença real, claramente demonstrada em um profissionalismo mais consciente e na ênfase adicional na honra do serviço ao príncipe como o líder do bem comum". O autor prossegue:

> Bayard, a quem Francisco I implorou que lhe conferisse a Cavalaria devido à sua reputação de proeza, foi de uma maneira quase demonstrável mais um oficial leal e menos um Cavaleiro errante do que havia sido, digamos, Jean de Boucicaut, Marechal da França, campeão dos torneios de justa, cruzado e veterano de Nicópolis e Agincourt, cem anos antes dele (KEEN, 1999b, p. 291, tradução nossa).

O fortalecimento da monarquia francesa no século XV fez, dessa forma, com que os Cavaleiros perdessem cada vez mais a sua independência "feudal", tornando-se a lealdade ao rei, e não mais ao senhor, um novo elemento preponderante do código Cavaleiresco. A nobreza guerreira se tornava o corpo de oficiais, a serviço do Estado. Já do outro lado do Canal, Nigel Saul (2008, p. 96, tradução nossa) afirma que "a Cavalaria permaneceria um elemento crucial na prática da realeza inglesa bem adentro do século XV". O que muda, segundo o mesmo autor, é que:

> A nobreza em sentindo abstrato, à qual a Cavalaria estava relacionada, não era mais principalmente identificada com a proeza marcial e com a performance de feitos corajosos. De forma crescente sua essência era encontrada no comportamento pacífico e no serviço ao Estado (SAUL, 2008, p. 99, tradução nossa).

No aspecto estritamente militar, de acordo com Ayton (1999, p. 207, tradução nossa), "foi somente durante o século XVI que a balança da vantagem no campo de batalha pendeu decisivamente contra a cavalaria pesada. Entre as forças para a mudança estavam armas de fogo portáteis mais eficazes e artilharia de campo". Mesmo Flori (2005, p. 109), talvez de forma contraditória, concede que:

> No fim da Idade Média, apesar do interesse novo que se tem pelas tropas de infantaria, pelos besteiros genoveses e pelos arqueiros ingleses armados com o grande arco, é fácil observar que nenhuma grande batalha foi vencida sem a contribuição notável da cavalaria. Sua função militar e mais ainda seu prestígio ideológico estão intactos e até fortalecidos. É somente

> com o triunfo da artilharia de pólvora e mais ainda da artilharia manual que ela declinará nesses dois planos.

Apesar dessas considerações, é importante ressaltar que durante a Guerra dos Trinta Anos, já no século XVII, devido às limitações das armas de fogo e a capacidade defensiva dos piques, muitas vezes cabia à cavalaria determinar o resultado das batalhas (PARROTT, 2012, p. 146-147). A cavalaria do século XVII se armava com carabinas (a exemplo dos cavaleiros *Ironsides*, a elite do *New Model Army* de Oliver Cromwell), mas os sabres e as lanças retornaram a partir do século XVIII. Em Waterloo (1815), a última batalha das Guerras Napoleônicas, a cavalaria francesa portava lanças de cerca de 3 metros de comprimento e cargas de cavalaria pesada foram feitas tanto pelos franceses quanto pelos britânicos (CORNWELL, 2015). Talvez não seja absurdo considerar que a cavalaria pesada só tenha sido efetivamente abandonada com a criação do tanque de guerra no século XX. Finalmente, concordamos com Mark Honeywell (2006, p. 237, tradução nossa) quando diz que:

> A Cavalaria não entrou em declínio: ela meramente se transformou em relação a suas primeiras manifestações. Se houve um declínio da Cavalaria, ele somente ocorreu quando a comunidade da elite social renunciou à sua posição de elite militar, assim tornando os valores marciais da Cavalaria menos relevantes socialmente.

Portanto, com o desenvolvimento dos exércitos permanentes e a consolidação do poder real na França e na Inglaterra, o serviço ao monarca – seja civil, como conselheiro, magistrado ou administrador; seja militar, como oficial – converteu-se na principal atividade honrosa da aristocracia, mais do que a prática da guerra em si (SAUL, 2011, p. 358-359). É a partir do século XVI, com a dinastia Tudor na Inglaterra e com o ramo Angoulême da Casa de Valois na França, que o título de Cavaleiro torna-se uma honraria cada vez mais concedida a civis, por vezes de nascimento não nobre. A Cavalaria continuou a ser rica em valor simbólico e era ativamente perseguida como forma de ascensão

social, enquanto os torneios permaneceram em voga; Henrique VIII da Inglaterra (1491-1547) e Francisco I da França (1494-1547) foram grandes torneadores (KEEN, 1984, p. 238). Philippe Contamine, em seu artigo pioneiro anteriormente mencionado, pondera que:

> Se, incontestavelmente, uma certa Cavalaria morreu no final da Idade Média, encontrando sua expressão final, derrisória e patética, nos episódios bem conhecidos da vida de Dom Quixote, uma outra Cavalaria então surgiu, com seu duplo aspecto: primeiro como uma espécie de título nobiliárquico associado a certas famílias e análogo, embora inferior, ao de barão ou de conde [...], depois como uma condecoração distribuída por príncipes e soberanos com o intuito de recompensar méritos, sublinhar ou promover laços de fidelidade e companheirismo (CONTAMINE, 1976. p. 284-285).

Mas a Cavalaria medieval, ligada como era à função guerreira da aristocracia, desaparece à medida em que aquela se esvai e esta se transforma em uma nobreza de corte. Contudo, acreditamos estar seguramente demonstrado que, no século XIV, isso estava longe de acontecer.

2.6 - Considerações finais do capítulo

Neste capítulo resgatamos a longa história de influências mútuas das monarquias da França e da Inglaterra, na qual a Cavalaria esteve sempre presente. Consideramos que o *Regnum Franciae* Capetíngio só pôde se consolidar graças às vitórias que obteve sobre seus vizinhos e rivais, com destaque para a dinastia dos Plantagenetas, que chegou no século XII a controlar quase metade do território francês. Questões senhoriais eram perenes no conflito entre esses reis, agravando-se à medida que os monarcas franceses adquiriam poder suficiente para exigir o reconhecimento de sua suserania pelos duques-reis ingleses. Com a chegada da dinastia dos Valois ao poder na França e a ascensão de um Rei-Cavaleiro ao trono da Inglaterra, eclodiu a Guerra dos Cem Anos, que testemunhou uma profunda transformação na prática da guerra.

Essas mudanças não foram abruptas, mas o resultado de lentos desenvolvimentos que remontavam ao século XIII. A Cavalaria havia se tornado cada vez mais restrita à aristocracia, ao passo que diferenciações internas se tornaram reconhecidas nas figuras do Cavaleiro-banerete e do Cavaleiro-bacharel. Por outro lado, a infantaria adquiria uma nova importância, com piqueiros e arqueiros se mostrando capazes de resistir a cargas de cavalaria pesada. Dessa forma, diversos acadêmicos argumentaram que a Cavalaria havia entrado em declínio a partir do século XIV.

Essa interpretação tornou-se um modelo influente para pesquisadores posteriores, embora venha sendo desafiada desde a década de 1970. Por meio de revisão bibliográfica e fazendo também uso de algumas fontes, acreditamos ter demonstrado que a tese do declínio da Cavalaria na Baixa Idade Média pressupõe sua absoluta supremacia, moral e bélica, na Idade Média Central – que por sua vez é um mito historiográfico – e que a Cavalaria exerceu papel fundamental nos desdobramentos políticos e militares do longo conflito que se tornou conhecido como a Guerra dos Cem Anos.

3 - A CAMPANHA MILITAR DE CRÉCY (1346)

A Guerra dos Cem Anos (1337-1345) costuma ser dividida em fases pelos historiadores, variando em quantidade e duração. Existe certo consenso, contudo, quanto à primeira, chamada de Eduardiana devido ao protagonismo do Rei Eduardo III da Inglaterra. Essa fase teria ocorrido entre 1337, quando da declaração das hostilidades, e 1360, com a assinatura do Tratado de Brétigny, que concedia ao rei inglês a posse de uma grande parte do território francês.

Nossa análise sobre a Cavalaria se insere, portanto, na fase Eduardiana da Guerra dos Cem Anos, especificamente na campanha de Crécy (1346).Antes de chegarmos a 1346, contudo, convém comentar sobre os principais desdobramentos da Guerra até então.

Após uma breve trégua por recomendação papal, em 1338 uma frota francesa atravessou o Canal e atacou Portsmouth e a Ilha de Wight, dando pleno início à Guerra. A princípio, Eduardo III buscou invadir a França através de Flandres, aproveitando-se da animosidade histórica entre os flamengos e seus senhores franceses. Além disso, Eduardo procurou aliar-se ao Império, financiando, dessa forma, uma aliança anglo-flamengo-germânica contra a monarquia Valois. Seus planos, contudo, fracassaram, principalmente pelas exigências de pagamentos por seus aliados, que quase o levaram à falência (KEEN, 1990). Segundo o cronista florentino Giovanni Villani, os débitos não pagos de Eduardo causaram a ruína das poderosas companhias banqueiras Bardi e Peruzzi de Florença (ASHLEY, 1887, p. 95-96).

Neste período, dois eventos se destacam. Em primeiro lugar, foi em Flandres, em janeiro de 1340, que Eduardo assumiu formalmente pela primeira vez o título de Rei da França, que havia reivindicado em 1337 – possivelmente para consolidar o apoio dos flamengos, que deviam lealdade nominal ao rei francês. Em segundo lugar, em junho daquele mesmo ano ocorreu a Batalha de Sluys, uma grande batalha naval na qual os ingleses obtiveram a vitória (ALLMAND, 1988, p. 13). De acordo com Édouard Perroy (1962, p. 106, tradução nossa), Sluys "foi um grande sucesso, que assegurou ao vencedor o comando do mar, ao menos por alguns anos. Mas foi um sucesso sem efeito decisivo. O reino da França estava intacto e ainda tinha de ser conquistado". A primeira campanha de Eduardo terminou, portanto, sem ganhos concretos, podendo ser considerada um fracasso.

Uma segunda oportunidade de intervenção surgiu em 1341, com a Guerra de Sucessão da Bretanha. Cada monarca ofereceu seu apoio a um dos reivindicantes ao ducado e em 1342 Eduardo comandou seu exército pessoalmente, conquistando importantes castelos e cidades. A disputa, entretanto, só se encerraria em 1364. Temendo a escalada do conflito, em 1344 o Papa Clemente VI convocou os principais envolvidos para uma conferência de paz em Avignon. Porém, não foi possível chegar a um acordo: Eduardo III só abandonaria sua reivindicação à coroa da França em troca da posse de seus domínios continentais em plena soberania; Filipe VI da França, por outro lado, só concederia territórios franceses ao rei inglês sob vassalagem, impondo seu reconhecimento como suserano (ALLMAND, 1988, p. 14).

Assim que a trégua que permitiu as negociações em Avignon expirou, em março de 1345, a guerra foi retomada. Sir Thomas Dagworth comandou forças anglo-bretãs na captura de fortalezas na Bretanha, enquanto da Aquitânia (que, apesar de juridicamente confiscada por Filipe VI, continuava efetivamente sob controle inglês) partiu o Conde de Derby liderando tropas anglo-gascãs para saquear e tomar castelos (GRAY, 1907, p. 114). Paralelamente, Eduardo III perdeu o controle de

Flandres após o assassinato de um de seus principais apoiadores na região, o líder burguês Jacob van Artevelde (PERROY, 1962, p. 118). Ao final de 1345 lutava-se, entre avanços e recuos, em regiões do norte, noroeste e sudoeste da França; mas foi somente em 1346, ano em que Eduardo comandou uma expedição à Normandia, que ocorreu o grande recrudescimento do confronto.

3.1 - O adubamento do príncipe de Gales

Em julho de 1346, Eduardo III da Inglaterra aportou com seus navios em Saint-Vaast-la-Hougue, na Península do Contentin, Ducado na Normandia. A escolha de local foi significativa, pois a Normandia – ao contrário de Flandres e da Bretanha – fazia parte do patrimônio ancestral dos monarcas Plantagenetas, embora tivesse sido há muito tomada. Segundo Maurice Keen (1990, p. 145, tradução nossa), "em 1346, quando Eduardo desembarcou em La Hogue, seu primeiro ato foi tornar seu filho, Eduardo, Cavaleiro, e com ele adubar os senhores Roger Mortimer, William Montagu, o jovem, e William Roos".

O adubamento era o ritual de entrada na Ordem da Cavalaria, pelo qual precisavam passar todos os que desejavam ostentar o título de Cavaleiro. Entretanto, na metade do século XIV, não era imprescindível ser Cavaleiro para se seguir uma carreira nas armas, mesmo como guerreiro aristocrático. Ser de linhagem Cavaleiresca, ou seja, ter os requisitos necessários para ser adubado, era o suficiente para se ter o direito de portar um brasão de armas, mesmo que na prática muitos nunca passassem pelo ritual. Na Baixa Idade Média era a heráldica, e não mais o adubamento, o meio de entrada no universo Cavaleiresco, que passou a incluir escudeiros, homens de armas e mesmo membros dos patriciados urbanos (KEEN, 1984, p. 127-128).

Isto posto, torna-se necessário analisar o adubamento do Príncipe de Gales, evento que ocupou posição de destaque como ação inicial da campanha inglesa na França em 1346. Godofredo de Charny,

em seu *Livro da Cavalaria*, escrito por volta de 1350, descreve a cerimônia de adubamento da seguinte forma:

> Deverias saber que quando um novo Cavaleiro está para ser ordenado, antes de tudo ele deve confessar, se arrepender de todos os seus pecados, e se assegurar de que está em um estado adequado para receber o corpo de Nosso Senhor. Na véspera da cerimônia, todos aqueles que serão adubados no dia seguinte devem tomar um banho e ficar nele por um longo tempo, refletindo sobre a necessidade de limpar seus corpos de todas as impurezas do pecado e dos modos de vida desonrosos doravante; eles devem deixar todas estas impurezas na água. Então eles devem sair da água do banho com uma consciência limpa e devem se deixar em uma cama nova com lençóis brancos limpos; lá eles devem descansar como aqueles que emergiram de uma grande luta contra o pecado e do grande perigo do tormento do diabo. A cama significa o repouso, decorrente da virtude, de uma consciência limpa, de fazer as pazes com Deus em relação a todas as ações passadas que possam tê-Lo irritado. Então os Cavaleiros devem vir às camas para vestir aqueles que serão adubados; as lãs nas quais os vestem, os linhos e tudo o mais, devem ser novos: isto significa que assim como o corpo de cada um deve ser limpo de todas as impurezas do pecado, também deve ser vestido em material novo, limpo e branco, significando que eles devem todos manter-se doravante puros e livres de pecado. Então os Cavaleiros devem vesti-los com túnicas vermelhas, significando que eles estão jurados a derramar seu sangue para defender e manter a fé de Nosso Senhor e os direitos da Santa Igreja e todos os outros justos direitos estabelecidos acima cuja proteção é o dever do Cavaleiro. Então os Cavaleiros trazem meias pretas e as colocam naqueles que serão adubados; isto significa que eles devem lembrar que da terra eles vieram e que à terra devem retornar, pois da morte que os espera eles não sabem a hora; portanto eles devem colocar todo orgulho sob seus pés. Então os Cavaleiros lhes trazem cinturões brancos com os quais eles os cingem, significando que eles devem cercar seus corpos com castidade e pureza da carne. Depois disso, os Cavaleiros lhes trazem capas vermelhas e as colocam sobre seus ombros

> como um sinal de grande humildade, pois capas nesta forma foram feitas em tempos antigos com toda humildade. Então os Cavaleiros os trazem alegremente para a igreja e na igreja eles devem permanecer e manter vigília por toda a noite até o amanhecer, rezando com muita devoção para Nosso Senhor, para que seja de Seu agrado perdoar o sono e a vigília indignos dos quais eles foram culpados no passado e que Ele os permitam manter vigília em Sua graça e em Seu serviço doravante. No dia seguinte, os Cavaleiros os trazem à missa, para ouvi-la devotamente, rezando para Nosso Senhor para que Ele os conceda graça para entrar e manter esta Ordem em Seu serviço e Sua graça. Quando a massa tiver sido cantada, os Cavaleiros os levam para a pessoa ou pessoas destinadas a conferir a Ordem. Para cada um que será adubado ele dá duas esporas douradas, uma para cada um de dois Cavaleiros; cada um destes dois Cavaleiros prende uma a um pé, significando que o ouro é o mais cobiçado dos metais e é colocado em seus pés como sinal de que eles devem remover de seus corações toda cobiça indigna por riquezas. Então o Cavaleiro que irá conferir a Ordem da Cavalaria pega uma espada; assim como a espada corta pelos dois lados da lâmina, devem eles defender e manter a retidão, a razão e a justiça por todos os lados, sem serem falsos com a fé cristã ou com os direitos da Santa Igreja para qualquer pessoa. Então os Cavaleiros que conferem a Ordem sobre eles devem beijá-los como um sinal de confirmação da Ordem conferida sobre eles e recebida por eles, e de que a paz, o amor e a lealdade possam estar neles; deste modo devem eles batalhar em nome da Ordem e para defendê-la, de todo coração, onde quer que possam. Então estes Cavaleiros devem lhes dar a *collee*[1] como um sinal de que eles devem para sempre lembrar-se desta Ordem da Cavalaria que receberam e executar todas as atividades que possam pertencer a esta Ordem. E deste modo estas coisas são feitas e assim elas devem ser feitas (CHARNY, 1996, p 167-171, tradução nossa).

O adubamento descrito por Charny tem muitos elementos em comum com as cerimônias apresentadas em duas obras do século XIII:

1 Acolada. Pode ser um golpe ou um tapa. Aqui é considerada um leve toque com a espada.

o poema anônimo *L'Ordene de Chevalerie* (c. 1220)e o *Livro da Ordem de Cavalaria* (c. 1276), de Ramon Llull; trabalhos que Charny certamente conhecia. Contudo, há também divergências. Em *L'Ordene de Chevalerie* – que narra um suposto encontro entre o príncipe cruzado Hugo de Tiberíades com Saladino, a quem introduz a Cavalaria – aparecem, com idêntica simbologia, o banho, a cama, o linho branco, as vestes vermelhas, as meias pretas, o cinturão branco, as esporas douradas e a *collee*. Não há, contudo, referências a igrejas, missas ou clérigos, podendo ser considerada uma cerimônia laica, apesar de seu tom cristão (THE ORDER of knighthood, 1983, p. 170-175).

A respeito do *Livro da Ordem de Cavalaria*, Adriana Zierer e Bianca Messias (2013, p. 151) afirmam que:

> [...] propõe elementos de transformação comportamental dos cavaleiros, pautados nos valores cristãos, visando um modelo possível de convivência com todas as ordens, para que os combatentes cumpram com os seus deveres de utilizar as armas para proteger os construtores da Igreja, o rei e os indefesos de todo mal que possa desestruturar a paz da sociedade feudal.

Na cerimônia de adubamento que figura nesta obra do teólogo catalão Ramon Llull, uma grande ênfase é dada à Igreja, ao clérigo que conduz a missa e ao conteúdo de sua homilia. O sacerdote aparece como coparticipante do adubamento, ainda que a ordenação em si seja feita por um "príncipe ou alto barão". Em Llull estão presentes o beijo e a *collee*, mas ele também enfatiza a necessidade de se realizar uma festa em celebração ao adubamento, com justas e trocas de presentes, elemento ausente em Charny (LLULL, 2000, p. 25-33).

Tradicionalmente, considera-se que através do adubamento a Igreja procurou, especialmente a partir do século XII, exercer um certo grau de controle sobre a Cavalaria, impondo-lhe uma ética pautada na defesa da Igreja e de seus bens, assim como dos desarmados, das mulheres e dos órfãos (FLORI, 2005). Segundo o medievalista brasileiro Marcelo Cândido da Silva (2019, p. 68-69):

> Desde o século XI, a Igreja esforçou-se para disciplinar o comportamento dos cavaleiros, em primeiro lugar, fazendo com que o adubamento fosse acompanhado de vigílias, de orações, de uma benção e de um sermão, realizados por um padre. Em segundo lugar, através da condenação dos excessos e da violência dos cavaleiros, quando praticados contra cristãos.

Maurice Keen, contudo, observa que as virtudes Cavaleirescas de coragem, lealdade e proeza, que predominam nos adubamentos descritos nos romances, canções de gesta e crônicas, são eminentemente seculares. Nesse sentido, a atuação da Igreja teria contribuído para que essas virtudes marciais, que remontam às tradições germânicas, recebessem uma roupagem cristã; não sendo capaz, porém, de transformá-las em sua essência (KEEN, 1984, p. 80-82). Dessa forma, em sua reverência a Deus e à Igreja, Charny manifestava a legítima piedade de um Cavaleiro – logo, guerreiro – cristão, que buscava expressar sua vocação para as armas em termos espirituais, sem, contudo, perder sua independência laica. Exemplo disso é sua fé de que as agruras suportadas pelos homens de armas conduziam à salvação de suas almas (CHARNY, 1996, p. 167), algo que Richard W. Kaeuper, editor do *Livro da Cavalaria*, considera mais próximo das crenças vikings no *Valhalla*, o paraíso dos guerreiros, que das doutrinas eclesiásticas do século XIV (CHARNY, 1996, p. 36-37).

Percebe-se na fala de Charny que a cerimônia de adubamento, em sua forma mais tradicional, era um evento de grandes proporções. Materiais tinham de ser adquiridos (principalmente tecidos, tingidos de várias cores) e trabalhadores empregados (costureiras, lavadeiras, ferreiros, ourives). Pagava-se pela missa e, possivelmente, pelo coro. Os Cavaleiros que acompanhavam os candidatos ao adubamento, mesmo que não fossem remunerados, precisavam ser alimentados e convocados de suas terras e/ou retirados de suas funções. Pode-se imaginar, nas entrelinhas do texto, a presença de servos, pajens, lacaios e cavalariços dando suporte aos seus senhores. Como o ritual deveria durar pelo menos dois dias, somava-se à necessidade de ali-

mentação, a de alojamento. Fica claro, portanto, que, mesmo que não fosse feita uma festa ao seu final, o adubamento Cavaleiresco podia ser um encargo bastante oneroso.

Apesar disso, sabe-se que existiam variações no processo de adubamento. Cerimônias mais sucintas podiam ser realizadas em determinadas ocasiões, como na véspera de uma campanha – o que nos remete ao Príncipe de Gales. Segundo o cronista Geoffrey Le Baker:

> Finalmente, no dia 13 de julho eles desembarcaram no porto desejado, onde, ao alcançar a praia, o rei tornou seu filho mais velho Cavaleiro e Príncipe de Gales. Imediatamente, o príncipe adubou Mortimer, de Montacute e de Roos; e com eles outros que foram similarmente promovidos à Ordem da Cavalaria (MYERS, 1996, p. 76, tradução nossa).

A brevidade da descrição de Le Baker pode levar a uma impressão errônea sobre a solenidade e importância do momento. Eduardo de Woodstock, Duque da Cornualha, filho de Eduardo III da Inglaterra, foi nomeado Cavaleiro e Príncipe de Gales simultaneamente, diante de membros da alta aristocracia inglesa. Sabe-se que os Condes de Warwick, Arundel, e Huntingdon estavam presentes (FROISSART, 1968, p. 70-71), bem como os Condes de Kent, Northampton, Suffolk e o Bispo de Durham (LE BEL, 2011, p. 181-182), além de centenas de Cavaleiros e senhores menores. Decerto a cerimônia tomou uma forma diferente daquela narrada por Charny, mas acreditamos que alguns de seus elementos possam ter sido preservados. Capelães que acompanhavam o séquito real (senão o próprio Bispo de Durham) podem ter ouvido confissões e celebrado a missa, a indumentária dos adubados certamente recebeu atenção especial e o beijo e a *collee* devem ter ocorrido. O próprio Le Bakerafirma que o rei permaneceu com seu exército em La Hougue pelo resto do dia – de acordo com Jonathan Sumption (1990, p. 501), o desembarque deve ter ocorrido por volta do meio dia – e lá passou a noite (MEYERS, 1996, p. 76), o que demonstra que haveria tempo suficiente para realizar uma cerimônia apropriada à dignidade real.

Uma vez analisada a forma do adubamento, resta ponderar a respeito de suas motivações. Para Godofredo de Charny, existiam três razões para se entrar na Ordem da Cavalaria:

> Alguns podem escolher entrar nela quando jovens, para que eles possam batalhar por mais tempo e sem poupar seus corpos e posses em todos os serviços e condições que pertencem, podem e devem pertencer à Ordem da Cavalaria. Outros querem ter a Ordem da Cavalaria para que as pessoas digam que são Cavaleiros e para que recebam atenção e honra maior do que recebiam antes; mas eles não querem cumprir as verdadeiras condições e serviços da Ordem da Cavalaria. Por esta razão pode-se dizer destes homens que eles bem podem ter a Ordem da Cavalaria, mas não a reputação de ser um Cavaleiro, pois homens podem ter a Ordem sem ser verdadeiros Cavaleiros. Há também alguns homens anciães de valor que querem passar sua velhice e terminar seus dias na Ordem da Cavalaria; eles querem entrar nesta idade avançada e eles podem de fato fazê-lo em harmonia com a condição da Cavalaria, pois eles devem ter mais senso e juízo que os jovens, e todas as qualidades da maturidade e da vida virtuosa devem estar neles. Deste modo eles podem oferecer ajuda e conforto em muitas maneiras boas e necessárias por meio de seu bom senso, e os jovens bons Cavaleiros podem fazer sua parte com suas espadas, mantendo e protegendo a fé, a razão e a justiça. Bons Cavaleiros podem e devem viver lealmente e honradamente (CHARNY, 1996, p. 171).

Pode-se afirmar que, para Charny, a Cavalaria residia essencialmente no modo de vida Cavaleiresco, na conduta e na reputação do indivíduo, que eram mais valiosas do que o adubamento em si. Entre as virtudes que deveriam moldar as ações do Cavaleiro estavam a piedade, a honra e a lealdade, todas vinculadas à proeza guerreira. Ter o título de Cavalaria e não agir de acordo, algo reconhecidamente comum, tornava o sujeito indigno aos olhos de Charny. Respeito era conferido, por outro lado, aos anciões que, após uma vida de combates como escudeiros e homens de armas, recebiam a Cavalaria como

coroação de suas conquistas, obtendo com ela a responsabilidade de instruir e aconselhar a geração mais jovem de Cavaleiros. O adubamento, portanto, deveria ser conferido com as seguintes intenções: para inspirar nos jovens o modo de vida Cavaleiresco; e para recompensar os velhos por tê-lo vivido. Dessa forma, para Charny, a Cavalaria (*chivalry*, *chevalerie*) transcendia a mera distinção social da Ordem da Cavalaria (*knighthood*, *ordene de chevalerie*), que muitos buscavam para receber prestígio e deferência.

Charny certamente incluiria o ordenamento do Príncipe de Gales em sua primeira categoria de motivos para o adubamento, uma vez que Eduardo de Woodstock tinha apenas dezesseis anos em julho de 1346. Seus companheiros também estavam na adolescência: Roger Mortimer, futuro Conde de March, tinha dezoito anos; William de Montagu, Conde de Salisbury, também; por sua vez, William de Roos, Barão de Ros, tinha dezessete.

De acordo com Craig Taylor, militarmente, o adubamento de jovens Cavaleiros às vésperas de uma campanha visava a promover coragem, confiança e companheirismo entre eles, além de lhes incutir um senso de responsabilidade adequado ao seu novo *status*. O vínculo entre os guerreiros fazia com que o medo de decepcionar seus pares, ou de cair em desgraça, se tornasse maior do que o medo de arriscar a própria vida (TAYLOR, 2013, p. 162-163). Ao se tornarem Cavaleiros, as expectativas sobre seus feitos eram aumentadas, bem como o escrutínio ao qual estariam sujeitos. Essa perspectiva, contudo, costumava ser recebida com empolgação por, segundo Keen (1990, p. 145), uma aristocracia acostumada desde a infância ao treino para a guerra. Por outro lado, além de suas ações individuais, os Cavaleiros tinham responsabilidades de liderança e comando de tropas. Nesse sentido, portanto, receber o adubamento no início de uma campanha militar do século XIV era comparável à nomeação para o Corpo de Oficiais em um exército moderno.

Politicamente, o adubamento do Príncipe Eduardo assume dimensões interessantes. Segundo Miguel Aguiar (2015, p. 39-40):

> A relação entre quem dava e quem recebia a cavalaria não era neutra. Em alguns casos, pressupunha a existência ou a criação de laços vassálicos. [...] Através da cerimónia podiam também solidificar-se eventuais laços de amizade, desenvolvidos depois de uma longa convivência que atravessara a infância e a adolescência.[...] Noutras situações, apesar de não se desenhar um vínculo feudal, é perceptível em que medida era importante para o que recebia a investidura ser armado por um honrado e afamado cavaleiro.

Eduardo de Woodstock foi adubado por seu pai e soberano, que era um Cavaleiro renomado, vitorioso nas guerras contra a Escócia. Na mesma cerimônia, ele também foi nomeado Príncipe de Gales, o que remete à antiga tradição germânica de entrega das armas como outorga de poder (FLORI, 2005). A partir desse momento, contudo, foi o próprio Príncipe quem assumiu o papel de adubador para os seus companheiros. Acreditamos que, nesse caso, a intenção de Eduardo III era fazer com que seu filho ligasse a "nova geração" da aristocracia a si, para que ele pudesse ter um núcleo de apoiadores confiáveis que lutassem por seus direitos e defendessem suas causas.

Conforme Sumption (1990, p. 501), no mesmo dia da elevação dos Cavaleiros, o Rei Eduardo III recebeu a homenagem do Cavaleiro normando Godofredo de Harcourt, Visconde de Saint-Sauveur, que havia sido exilado pelo Rei Filipe VI da França. Acreditamos que a sucessão dos eventos serviria para relacioná-los nas mentes dos presentes, promovendo a percepção de que tanto o ordenamento Cavaleiresco, quanto a vassalagem, se inseriam em um mesmo conjunto de relações de fidelidade, ainda que de graus diferentes.

Ao adubar Mortimer, Montagu e Roos, o Príncipe de Gales estabeleceu com eles uma relação de senioridade, sem dúvida não tão formal e vinculante quanto a vassalagem, mas ainda assim de forte valor

simbólico. Dessa forma, os laços de amizade entre os jovens aristocratas foram reforçados e tornados públicos, ressaltando-se, entretanto, a distinção hierárquica entre eles.

3.2 - As *chevauchées* e o saque de Caen

Uma das táticas preferidas dos ingleses durante a Guerra dos Cem Anos, especialmente no século XIV, era a *chevauchée*, que consistia em grandes cavalgadas com propósito de pilhagem e destruição. Essa tática foi empregada em larga escala por Eduardo III em seu avanço pela Normandia em 1346. Seus homens-de-armas e arqueiros montados espalhavam-se em vastas colunas, atacando, saqueando e queimando todas as fazendas, vilas e cidades que não oferecessem séria resistência. Isto foi facilitado pela ausência da maior parte dos guerreiros normandos, que estavam naquele momento acompanhando o exército de João, Duque da Normandia e príncipe-herdeiro da França, no cerco à cidade de Aiguillon, na Aquitânia (FROISSART, 1968, p. 69).

De acordo com Froissart (1968, p. 71, tradução nossa):

> Eles faziam o que queriam, pois ninguém lhes resistia. Com o tempo eles chegaram a uma grande e rica cidade portuária chamada Cherbourg. Eles saquearam e queimaram parte dela, mas acharam a cidadela defendida demais para ser tomada, então eles seguiram adiante em direção a Montbourg e Valogne. Esta última eles saquearam por completo e atearam-lhe fogo. Eles fizeram o mesmo a um número de outras cidades na região, levando tanto saque valioso que teria sido uma tarefa impossível contá-lo.

Essas incursões buscavam espoliar a base econômica do inimigo, assolando seus homens e bens, ao mesmo tempo que o desmoralizavam e provocavam seu enfraquecimento político (GARCÍA FITZ, 1998). Elas também serviam para adquirir suprimentos e víveres para o exército, na forma de grãos, gado, ovelhas e porcos, além de cavalos e carroças (LE BEL, 2011, p. 171).

A prática da *chevauchée* pode chocar-se com o ideal romântico da Cavalaria, mas era perfeitamente aceitável no período medieval. Segundo Godofredo de Charny, eram indignos de serem chamados de homens de armas "[...] estes homens que querem travar guerra sem boa razão, que apreendem outras pessoas sem aviso anterior, e sem nenhuma boa causa, e as assaltam e roubam, as ferem e matam" (CHARNY, 1996, p. 177, tradução nossa). As palavras-chave desse excerto, porém, são "razão", "aviso" e "causa"; não eram as ações que geravam indignidade, mas seu caráter imotivado. Em sua argumentação, Charny tinha por objetivo condenar os soldados e Cavaleiros que atuavam como assaltantes de estrada, assassinos e violadores de igrejas (CHARNY, 1996, p. 179), por outro lado:

> Ninguém pode e deve escusar-se de portar armas em uma causa justa, seja por seu senhor, ou por sua linhagem, ou por si próprio, ou pela Santa Igreja, ou para defender e proteger a fé ou por piedade por homens ou mulheres que não podem defender seus próprios direitos. Em tais casos eles devem se empenhar com avidez, ousadia e alegria em tais feitos de armas e aventuras, sem nada temer (CHARNY, 1996, p. 177, tradução nossa).

Nesse sentido específico, a honra ou desonra do Cavaleiro residiria na causa, não na forma, de suas ações; com a ressalva de que os critérios elencados por Charny para guerra justa – conceito de guerra defensiva que visa a reparação de um mal que remonta a Santo Agostinho (CONTAMINE, 1998, p. 264-265) – seriam capazes de abarcar praticamente todos os conflitos do medievo. Assim sendo, a guerra era o domínio da Cavalaria e o ataque aos camponeses, o saque e o incêndio de propriedades, eram o seu exercício cotidiano. É o que afirma Richard W. Kaeuper em sua obra *Chivalry and Violence in Medieval Europe*, de 1999, na qual realiza um estudo profundo da cultura Cavaleiresca e retrata a Cavalaria como uma força ambivalente, ora de redução, ora de promoção, da violência:

> A Cavalaria não trouxe nenhuma transformação radical na guerra medieval no que concerne à população como um todo; acima de tudo, ela não impôs nenhuma séria restrição à pilhagem, à destruição e à perda de vidas de não-combatentes, que parecem ter sido as companheiras constantes da guerra. [...] Enquanto código, a Cavalaria não tinha praticamente nenhuma relação com as pessoas comuns (KAEUPER, 1999. p. 185, tradução nossa).

Andrew Ayton expressa concordância ao se referir às *chevauchées* praticadas pelos ingleses em 1346, as quais considera tipicamente Cavaleirescas:

> A mentalidade Cavaleiresca de Eduardo III, centrada como era no aumento de sua reputação marcial e na reparação de sua honra, especialmente em relação à sua reivindicação ao trono francês, era a força motriz de sua 'justa contenda' com Filipe VI. O código Cavaleiresco ao qual ele se filiava era flexível o bastante para acomodar os requerimentos práticos do modo de guerra inglês. Portanto, para Eduardo, as duas faces da campanha de Crécy, a Cavaleiresca e a pragmática, coexistiam confortavelmente e sem contradição. [...] podemos ter certeza de que nem ele, nem de fato seus pares na elite aristocrática da Cristandade, teriam se perturbado com o sofrimento causado pela devastação sistemática de cidade e campo. Tais atividades eram legítimas em uma guerra justa e os princípios orientadores da Cavalaria, de qualquer forma, pouco se preocupavam com o bem-estar do campesinato (AYTON, 2007, p. 4, tradução nossa).

Isso posto, a Cavalaria estabelecia uma certa fraternidade entre a aristocracia guerreira, por vezes refreando a violência. É o caso da rendição e tomada de prisioneiros, como pode ser observado no episódio do ataque inglês à cidade de Caen; uma das cidades mais ricas da Normandia, cujo castelo havia sido construído sob as ordens de Guilherme, o Conquistador e onde repousava seu túmulo (LE BEL, 2011, p. 172; FROISSART, 1968, p. 73). A investida contra a cidade durante a campanha de 1346 é narrada por Jean Le Bel (2011, p. 173, tradução nossa):

> O Condestável, o Camareiro de Tancarville e numerosos outros Cavaleiros e escudeiros se refugiaram na casa de guarda do portão da cidade, e enquanto olhavam das janelas para baixo, viram arqueiros massacrando pessoas indefesas sem misericórdia. Eles estavam com muito medo de que fariam o mesmo com eles; enquanto eles jaziam em terror, observando a matança, eles perceberam um valoroso Cavaleiro chamado Sir Thomas Holland, que tinha apenas um olho, e cinco ou seis jovens Cavaleiros com ele, com quem eles haviam frequentemente se encontrado e acompanhando durante campanhas na Prússia, em Granada e em outros lugares. Eles os chamaram implorando, dizendo: "Ah! Em nome de Deus, senhores Cavaleiros, venham aqui em cima e nos salvem destes homens sem piedade que irão nos matar como todos os outros, se nos capturarem!". Quando Sir Thomas ouviu isto e os reconheceu, ele ficou exultante, assim como os seus antigos companheiros: eles subiram para se unir a eles na casa de guarda e o Condestável e o Camareiro, que lá tinham se refugiado, se renderam como seus prisioneiros. Sir Thomas e seus companheiros os aceitaram com muita alegria e se esforçaram para protegê-los, deixando com eles guardas capazes para impedir qualquer um de causar-lhes mal.

Percebe-se nesse trecho, de forma explícita, o internacionalismo da Cavalaria medieval: veem-se aí Cavaleiros franceses e ingleses que combateram juntos contra os mouros na Península Ibérica – possivelmente ao lado de castelhanos, leoneses, aragoneses e portugueses – e na Prússia, provavelmente como cruzados, junto à Ordem dos Cavaleiros Teutônicos. Esse elo contribuía para os esforços de autopreservação da aristocracia, que considerava não haver perda de honra na rendição a um inimigo digno. O vitorioso de um embate poderia ser o derrotado de outro, e o tratamento benevolente dos prisioneiros era recompensado com reputação e ouro. De acordo com Froissart (1968, p. 77), Sir Thomas Holland recebeu 20.000 moedas de ouro de Eduardo III, em espécie, por seus reféns. Acreditamos que a quantia seja exagerada, mas é certo que Sir Thomas estava exultante porque soube que obteria um excelente ganho. Segundo Sumption (1990, p. 510, tradução nossa):

> Somente os homens de armas do exército inglês pararam para tomar prisioneiros, cujas belas armaduras e brasões de armas revelavam sua riqueza e valor. Os Cavaleiros franceses procuraram por homens de posição para aceitar sua rendição e garantir sua proteção, uma questão de honra, bem como de autopreservação.

Era tradição manter os reféns sob custódia até que seus familiares pudessem pagar o resgate, o que podia levar anos, e por vezes laços de amizade surgiam, ou se aprofundavam, entre capturados e captores (CARDINI, 2017, p. 541).

Le Bel contrasta a virtude dos Cavaleiros (ingleses, uma vez que os franceses são mostrados como tomados por completo terror)[2] com a brutalidade dos arqueiros, soldados comuns, que se torna ainda mais exacerbada na parte seguinte de sua crônica, que acompanha Sir Thomas Holland em sua entrada em Caen:

> Então eles partiram pela cidade para prevenir e conter o grande massacre que estava acontecendo e para salvar as mulheres e moças da cidade do estupro e do abuso. Riquezas além da conta foram descobertas e saqueadas lá; e dava pena ver os citadinos e suas mulheres, filhas, crianças: eles não sabiam para que lado ir, e tinham de assistir às suas mães ou suas irmãs serem mortas diante de seus olhos, ou suas esposas e filhas estupradas, suas casas arrombadas e todos os seus pertences pilhados. Verdadeiramente, qualquer um que estivesse em posição de protegê-los e falhou em fazê-lo, não era um bom cristão (LE BEL, 2011, p. 173, tradução nossa).

Os dois excertos de Le Bel combinam-se para oferecer o que Christopher Allmand denominou "as duas imagens do soldado" na sociedade medieval: de um lado, o Cavaleiro nobre e protetor dos indefesos (representado por Thomas Holland e seus confrades), do outro,

2 Froissart é um pouco mais generoso com os comandantes franceses, que estavam cercados, em número muito inferior e haviam sido desertados por suas tropas milicianas (FROISSART, 1968, p. 74-75).

"[...] o soldado comum como símbolo de algo a ser temido, o perpetrador de violência e destruição, quer ela tomasse a forma de ataques à propriedade (pilhagem e incêndio) ou às pessoas (assassinato e estupro)" (ALLMAND, 1988, p. 48, tradução nossa). Sabe-se, contudo, que essa era uma diferenciação muitas vezes artificial. Não é difícil conceber que, enquanto alguns buscavam refrear os piores impulsos dos guerreiros sob seu comando, outros engajavam nas mesmas atividades que eles. Isso posto, houve tentativas dos líderes do exército inglês de conter a violência das tropas, chegando a ameaçar com o cadafalso aqueles que começassem um incêndio, matassem um homem ou estuprassem uma mulher; seu sucesso, contudo, foi apenas parcial (FROISSART, 1968, p. 76-77), devido, entre outros fatores, às limitações da estrutura de comando dos exércitos medievais.

Godofredo de Charny era crítico dos homens de armas que eram muito desejosos por pilhagem. Não necessariamente, porém, por sua cobiça, mas porque podiam trazer desordem e indisciplina para as tropas – arriscando o resultado das batalhas – e mesmo perder suas vidas entrando em disputas com companheiros ou avançando sozinhos por uma cidade recém tomada do inimigo (CHARNY, 1996, p. 99). Foi o que ocorreu em Caen: os ingleses sofreram muitas perdas em seus becos e ruelas, onde os citadinos jogaram pedras e caibros de cima de suas casas sobre os grupos de soldados desgarrados (FROISSART, 1968, p. 76). Apesar disso, Charny afirma que: "e ainda assim, deve-se elogiar e valorizar estes homens de armas que são capazes de fazer a guerra, de causar dano e de obter lucro sobre seus inimigos, pois eles não podem fazê-lo sem um esforço vigoroso e grande coragem" (CHARNY, 1996, p. 99, tradução nossa).

Charny validava, portanto, o saque, a destruição e a mortandade, como expressões e recompensas da proeza guerreira. O que se percebe nele e nos outros escritores medievais citados é um anseio pela mitigação dos extremos da violência, mas não pelo seu abandono.

Permanece, portanto, a perene ambiguidade entre Cavalaria e violência, como sintetizada por David Green (2014, p. 32, tradução nossa): "apesar da Cavalaria encorajar a moderação em algumas circunstâncias, sem violência não havia Cavalaria".

3.3 - O vau de Blanchetaque

Segundo Sumption (1990, p. 515, tradução nossa), "em 12 de agosto o Rei da Inglaterra chegou a 32 quilômetros de Paris". A grande *chevauchée* do exército inglês o havia levado aos subúrbios do centro de poder dos Valois. A intenção de Eduardo III, contudo, não era a de atacar a grande cidade, mas encontrar uma travessia sobre o Rio Sena para continuar seu avanço para o norte. Filipe VI havia ordenado a destruição de todas as pontes – inclusive a de Rouen, maior cidade da Normandia – buscando prender seu adversário na margem sul do rio (SUMPTION, 1990, p. 513-514). De acordo com Froissart (1968, p. 77, tradução nossa):

> Eles encontraram todas as pontes sobre o Sena destruídas, então continuaram até chegarem a Poissy. Aqui a ponte também havia sido quebrada, mas os pilares e caibros ainda estavam no rio. O rei parou aqui por cinco dias, até que a ponte tivesse sido reconstruída forte o suficiente para que seu exército atravessasse com facilidade e segurança.

Muito se discutiu a respeito dos objetivos do rei inglês com a campanha de 1346, mas a historiografia recente tende a concordar que a destruição causada foi uma tentativa deliberada de atrair Filipe VI para batalha (AYTON, 2007, p. 7; PRESTWICH, 2007, p. 141). Um dos pioneiros nessa argumentação foi Clifford J. Rogers (1999c), que considera que Eduardo III buscava deixar o rei francês em uma posição na qual tivesse que escolher entre envolver-se em combate em uma situação desfavorável ou arriscar o desprestígio acarretado pelo fracasso em pará-lo.

A reputação de um rei era fundamental para sua manutenção no poder – ainda mais um rei como Filipe de Valois, que devia sua coroação à aristocracia do reino – e poucas coisas podiam abalá-la como a incapacidade de proteger seus súditos. Esperava-se que o rei fosse um Cavaleiro, que agisse de forma decisiva na defesa de sua honra e comandasse guerreiros em batalha, especialmente para proteger suas terras, seus direitos e aqueles de seus vassalos. Jean Le Beldescreveu com indignação a incapacidade de Filipe VI de impedir a travessia do exército inglês em Poissy, que levou cinco dias, afirmando que "ele nunca teve a coragem ou o estômago para lutar" (LE BEL, 2011, p. 175, tradução nossa). Acreditamos que essa opinião era compartilhada por grande parte da aristocracia contemporânea.

É incorreto, porém, achar que Filipe esperava passivamente enquanto os ingleses incendiavam a Normandia e a Île-de-France. Ele havia reunido um grande exército, com contingentes vindo de locais tão distantes quanto Luxemburgo, Basiléia (atual Suíça) e do Império. Fora necessário tempo para reunir suas forças. Ademais, Eduardo tinha a vantagem do invasor: todo o país ao seu redor era alvo livre para ataques. Filipe, por sua vez, tinha de considerar as necessidades de defesa de seu vasto reino, estabelecer, por exemplo, guarnições e linhas de suprimento. Além disso, uma força anglo-flamenga sob o Conde de Lancaster, em ação coordenada com o Rei Eduardo, havia entrado na França pelo Nordeste após saquear a Valônia (atual Bélgica), acrescentando mais uma variável ao planejamento estratégico francês. Ao mesmo tempo, o Duque da Normandia, que comandava uma força de talvez vinte mil homens, hesitava em atender à convocação de seu pai e abandonar o cerco de Aiguillon, no qual havia investido vários meses (SUMPTION, 1990). Filipe podia não ser o monarca ousado e decidido que a situação exigia, mas suas responsabilidades não eram desprezíveis.

A situação mudou após a travessia de Poissy. A proximidade dos ingleses de Paris havia causado grande comoção na cidade e sua fuga

ousada aumentou a pressão por uma atitude enérgica de Filipe VI (FROISSART, 1968, p. 77-78). O que se seguiu foi uma longa perseguição do exército francês às tropas inglesas no trajeto entre os rios Sena e Somme, rumo ao norte na direção da Picardia. Filipe liderava mais forças que Eduardo, com um número muito maior de homens de armas. Se é verdade que Eduardo desejava provocar uma batalha, ao mesmo tempo ele buscava um terreno que lhe fosse favorável para tal, razão pela qual manteve-se em fuga diante do exército francês. Segundo Froissart, a pressa dos ingleses era tal que escaparam de Airaines apenas horas antes da chegada de Filipe: "os franceses descobriram que grandes quantidades de provisões haviam sido deixadas para trás. Havia carne nos espetos, havia pães e tortas nos fornos, barris e barricas de vinho, e muitas mesas já postas, pois os ingleses tinham saído com grande pressa" (FROISSART, 1968, p. 79, tradução nossa).

Filipe sabia que Eduardo procurava cruzar o Rio Somme e que só poderia fazer isso em um local: no vau de Blanchetaque; todas as outras travessias haviam sido destruídas ou estavam bem defendidas. O Rei da França enviou uma força sob o comando do Cavaleiro Godemar du Fay para defender a margem norte do vau (FROISSART, 1968, p. 80). Sir Godemar liderava cerca de trezentos homens de armas e três mil soldados de infantaria (SUMPTION, 1990, p. 523). Cremos que a estratégia de Filipe era atacar o exército de Eduardo usando o rio como uma barreira natural para impedir sua fuga. Se tudo corresse como planejado, os ingleses ficariam encurralados entre dois exércitos e cercados pela água. Uma vitória francesa nessas circunstâncias nos parece bastante provável.

O vau de Blanchetaque era afetado pela maré que avançava pelo Estuário do Somme. A travessia só era possível em determinadas horas do dia, quando a maré baixava e a água ficava na altura das coxas de um adulto. Quando Eduardo III chegou ao vau, a maré ainda estava alta. Os ingleses tiveram de aguardar, enquanto na outra margem os franceses estabeleciam suas posições defensivas. O próprio Eduardo,

em carta escrita para o Barão Thomas Lucy em um momento posterior da campanha, afirmou que: "à nossa chegada lá, um grande número de homens de armas e homens das comunas avançaram para nos encontrar, para defender a travessia, mas nós imediatamente tomamos a passagem deles à força" (ROGERS, 1999b, p. 130, tradução nossa).

A declaração lacônica contida na carta do Rei da Inglaterra, enviada sem dúvida com o objetivo de propagandear em casa seus feitos e conquistas no território francês, simplifica o embate ocorrido em Blanchetaque. Conforme Jean Le Bel (2011, p. 178, tradução nossa):

> Ele [Eduardo III] enviou seus marechais rio adentro e comandou que seus arqueiros se pusessem a trabalhar. Uma poderosa batalha começou, pois os franceses lutaram com fúria para impedir qualquer um de atingir a margem mais distante; a primeira onda teve uma grande dificuldade em atravessar e uma boa quantidade foi morta ou ferida no rio. Não obstante, os ingleses fizeram a travessia e os franceses foram desbaratados e postos em fuga, deixando um grande número de mortos nos campos.

Le Bel deixa claro que houve uma dura luta no vau. Os arqueiros participaram da refrega e muitos ingleses foram mortos; mas, após a travessia da primeira leva de atacantes, eles conseguiram expulsar os franceses. Contudo, a descrição mais completa do confronto é a de Froissart (1968, p. 80-81, tradução nossa):

> Ele [Eduardo III] ordenou que seus marechais avançassem dentro d'água imediatamente e que seus arqueiros disparassem continuamente nos franceses opostos. Os dois Marechais da Inglaterra enviaram seus porta-estandartes adiante, em nome de Deus e de São Jorge, e seguiram eles mesmo de perto. Os Cavaleiros mais corajosos lançaram seus cavalos na água, com os de melhor montaria na liderança. Houve muitas justas no rio e muitos que foram derrubados da sela dos dois lados, pois Sir Godemar e seus homens defenderam a travessia com bravura. Um número de seus Cavaleiros, com outros de Artois e da Picardia, decidiram não esperar na margem, mas cavalgar vau

> adentro e lá lutar no intuito de conquistar uma maior distinção. Então houve, como eu disse, muitas justas e muitos momentos de luta habilidosa, pois os Cavaleiros enviados para defender os baixios eram homens escolhidos que se mantiveram em boa ordem no gargalo da travessia e se bateram ferozmente com os ingleses à medida que esses saíam da água. Os genoveses também causaram muito dano com suas bestas, mas os arqueiros ingleses atiraram tão bem juntos que era algo incrível de se ver. E enquanto eles estavam assediando os franceses, os homens montados atravessaram. Quando os ingleses estavam finalmente do outro lado, apesar de não ter sido sem perdas consideráveis, eles se espalharam pelos campos, com o rei, o Príncipe de Gales e todos os seus nobres. Depois disso, a ordem francesa foi rompida e aqueles que conseguiram escapar do vau partiram como homens derrotados.

A narrativa de Froissart não contradiz as descrições de Eduardo III e Le Bel, mas acrescenta detalhes interessantes: os homens de armas ingleses avançaram a cavalo pelo vau e os defensores da margem norte tinham besteiros genoveses em seu meio. O ataque montado era uma medida sensata, uma vez que a velocidade era essencial e o impacto do peso dos cavalos ajudaria a desalojar os defensores. Os ingleses ganharam fama por combaterem desmontados durante suas guerras no século XIV, mas essa era uma opção tática que utilizavam quando as circunstâncias favoreciam. Uma investida a pé, portando armadura e escudo, através de um rio, contra defensores bem organizados e munidos de armas de longo alcance, seria um convite ao desastre.

Froissart também revela a superioridade dos arqueiros em relação aos besteiros, que, contudo, não deixaram de causar dano. É interessante observar, no entanto, que o cronista retratou os arqueiros como assediando (*harassing*, na tradução de Geoffrey Brereton), não matando seus inimigos. Esse trecho transmite a ideia de que os arcos eram usados para molestar os adversários, dispersando suas tropas de tiro e desorganizando suas fileiras, enquanto o golpe decisivo era dado pelos homens de armas no combate corpo a corpo. Essa inter-

pretação encontra respaldo no historiador norte-americano Kelly DeVries, que critica o "mito tenaz do arco longo" – equiparado ao mito da supremacia militar da cavalaria. DeVries afirma que, apesar de sua eficácia, o arco longo utilizado por soldados ingleses e galeses não era uma arma invencível, e que outros fatores contribuíram para os sucessos militares ingleses na Baixa Idade Média, como a habilidade de seus comandantes (DEVRIES, 1998, p. 5-6).

Outro elemento que chama a atenção é a utilização por Froissart da linguagem dos torneios pra descrever o choque entre os homens de armas, referindo-se às justas realizadas no rio. As justas eram combates singulares travados por Cavaleiros usando lanças; eles partiam de posições iniciais estabelecidas a uma certa distância um do outro e galopavam contra o adversário no intuito de desmontá-lo. Segundo Mark Honeywell (2006, p. 163, tradução nossa):

> Pela metade do século XIV, a justa havia substituído o *mêlée* como o tipo predominante de encontro no torneio. As justas promoviam uma ênfase maior na individualidade; elas eram competições diretas entre dois *chevaliers*, nas quais o público podia julgar facilmente a proeza em exibição e discutir as tecnicalidades do confronto.

A escolha de palavras de Froissart pode parecer, a princípio, o floreio de um cronista, confundindo as realidades distintas da guerra e do torneio. Contudo, Godofredo de Charny afirma categoricamente que o valor maior da guerra residia no fato de que nela todos os feitos de armas eram realizados: as justas, o *mêlée* e outros próprios a ela (CHARNY, 1996, p. 89). Nesse sentido, podemos considerar que, em um contexto militar, compreendia-se por justas as investidas de lança a cavalo. Entretanto, também existiam justas de guerra que se aproximavam da acepção tradicional do termo. Richard Barber e Juliet Barker (1989, p. 34) afirmam que justas *à outrance* (sem misericórdia, com armas de guerra) foram disputadas por Cavaleiros durante cercos na fronteira anglo-escocesa nos primeiros anos da década de 1340. Esses

desafios de honra costumavam terminar com vários mortos e obscureciam o limite entre torneio e guerra.

O desenvolvimento das justas, bem como o da heráldica, permitia a individualização da proeza, que garantia a fama e a reputação dos homens de armas. Froissart destacou os Cavaleiros de Artois e da Picardia que partiram ao encontro dos ingleses nas águas do Somme para assim ganhar maior distinção. Esse reconhecimento só era possível graças à indumentária que eles exibiam: brasões em tabardos que cobriam as armaduras, insígnias pintadas nos escudos, e estandartes, flâmulas e mantos em cores e padrões particulares (KEEN, 1984, p. 125-126).

A complexidade crescente da heráldica deu origem a profissionais especializados em sua linguagem: os arautos (KEEN, 1984). Por outro lado, a necessidade de regras claras para o uso de brasões de armas trouxe o tema à atenção de juristas. O mais famoso deles foi o italiano Bártolo de Sassoferato, cujo tratado *De Insigniis et Armis* (publicado postumamente em 1358), foi imensamente popular na Baixa Idade Média e além (CAVALLAR; DEGENRING; KIRSHNER, 1994). Segundo Bártolo, qualquer pessoa, nobre ou plebeia, teria o direito de portar um brasão individual – da mesma forma como tinha direito a um nome próprio; contudo, em caso de disputa, deveria ter preeminência aquela que teve o brasão concedido por um príncipe, ou que fosse de posição mais elevada (CAVALLAR; DEGENRING; KIRSHNER, 1994, p. 145-148). Dessa forma, acreditamos que o jurista de Sassoferato desejava assegurar às famílias mercantes e banqueiras seu direito às insígnias de distinção – por meio das quais se inseriam no universo Cavaleiresco – respeitando, contudo, a precedência hierárquica de príncipes e senhores.

É importante ressaltar a opulência de um exército aristocrático medieval. Le Bel, descrevendo o exército francês que cruzou o Somme em Abbeville, disse que "era uma bela visão, com os senhores magnificentemente armados e montados, seus estandartes tremulando ao vento" (LE BEL, 2011, p. 179, tradução nossa). A cultura

Cavaleiresca, portanto, possuía um aspecto profundamente visual; a riqueza das cores e dos tecidos, os adereços e trajes, a qualidade das montarias e das armas, todos eram sinais de *status*.

3.4 - A batalha de Crécy

Sumption (1990, p. 524) considera o avanço sobre Blanchetaque um feito de armas notável. Le Bel chegou a afirmar que nele foi demonstrada a benção divina sobre Eduardo, senão um verdadeiro milagre, "pois se ele não tivesse atravessado o rio, naquele mesmo dia o Rei Filipe o teria encurralado e teria os ingleses à sua mercê" (LE BEL, 2011, p. 178, tradução nossa).

Com a vitória em Blanchetaque, o Rei da Inglaterra adentrou o Condado de Ponthieu, cuja posse detinha antes do início das hostilidades. Ponthieu havia pertencido a Eleanor de Castela no final do século XIII, e, por meio de seu casamento com Eduardo I da Inglaterra, passou a integrar o patrimônio Plantageneta (PRESTWICH, 2007, p. 141). Posteriormente, o condado foi concedido a Isabela da França, mãe de Eduardo III, na ocasião de suas núpcias com Eduardo II. No Ponthieu, Eduardo detinha, dessa forma, a vantagem política e moral de combater em seu próprio território, e foi lá, entre as vilas de Crécy e Wadicourt, que decidiu ficar e lutar. De acordo com Froissart (1968, p. 82, tradução nossa), o Rei da Inglaterra teria dito:

> Eu tomarei minha posição aqui e não irei mais além até ter avistado o inimigo. Eu tenho boa razão para esperar por ele, pois eu estou na terra que herdei legalmente de minha real mãe, que foi dada a ela como sua porção no casamento. Eu estou pronto para defender minha reivindicação a ela contra meu adversário Filipe de Valois.

Le Bel (2011, p. 179, tradução nossa) descreve a decisão de Eduardo em termos similares: "o nobre Rei Eduardo jurou que se o Rei da França viesse até ele, ele o esperaria, mesmo se tivesse dez

vezes mais homens do que ele, porque o terreno onde ele estava era sua herança por direito, dado para sua mãe em seu casamento, mas usurpado pelo Rei Filipe".

Observa-se que o *casus belli* propagado então por Eduardo III era a retenção do Condado de Ponthieu e não a disputa pela coroa da França. Na Idade Média, acreditava-se que, ao lutar uma batalha, os envolvidos se colocavam diante do julgamento de Deus, que determinaria seu resultado; os dignos seriam recompensados e os transgressores punidos (ALLMAND, 1988, p. 39). O direito de Eduardo ao Ponthieu era indiscutível, o que lhe providenciava uma justificativa sólida para entrar em combate, e uma maior chance de conquistar o favor divino. Sua reivindicação ao trono francês, porém, era juridicamente contestável, e Eduardo parece tê-la tratado muito mais como fundamento argumentativo do que como um objetivo concreto. Apesar disso, segundo Anne Curry (2003, p. 55), o rei inglês era um oportunista e tomaria tudo que pudesse de seu inimigo. Se o sucesso militar lhe permitisse depor o rei Valois, ele certamente o faria.

Fundamental para a conquista do maior patrimônio possível na França, senão da própria coroa, era atrair a aristocracia francesa para sua causa; os insatisfeitos com Filipe VI (como Roberto de Artois e Godofredo de Harcourt) passavam para o lado Plantageneta com facilidade, mas os condes e senhores mais poderosos permaneciam, ao menos formalmente, fiéis aos Valois. A melhor maneira de Eduardo conquistar sua lealdade, ou pelo menos retirá-la de Filipe, era mostrar que seu adversário era inadequado para a posição que ocupava; as *chevauchées* contribuíam muito nesse sentido, mas um confronto direto ofereceria a prova definitiva de quem era o melhor Cavaleiro e detinha a causa mais justa, abençoada por Deus com a vitória.

É por esses motivos que em algumas ocasiões se buscava a batalha, mesmo com a tendência da guerra medieval de evitá-la (era arris-

cada e imprevisível e poucas vezes resultavam em ganhos concretos). De acordo com Philippe Contamine (1998, p. 228-229, tradução nossa):

> [...] a batalha campal era concebida como o ponto culminante de uma guerra, o grande evento que dava sentido a uma campanha, o episódio principal que, apesar de limitado em área e concentrado no tempo, era o objetivo de todos os medos, expectativas e esperanças.

Ademais, Eduardo III havia investido grandes quantidades de dinheiro arrecadado de seus súditos nas campanhas de Flandres e da Bretanha, sem ter alcançado resultados definitivos. Caso não obtivesse uma grande vitória em 1346, o apoio doméstico à sua causa na França poderia se esvair (SAUL, 2011, p. 95).

Por outro lado, pode-se considerar que a estratégia de Filipe VI de não se envolver em batalha até então não só era sensata, como vinha se mostrando militarmente eficaz. Observando a partir do século XXI é fácil concluir que bastava a Filipe acompanhar o exército de Eduardo III, impedindo-o de conquistar grandes cidades e limitando seu avanço, até que seu rival fosse pego em terreno desfavorável ou forçado a voltar para a Inglaterra; resultado que, para o monarca Plantageneta, seria o equivalente à derrota. O exército inglês em Crécy havia se posicionado no topo de um aclive suave de base estreita, com florestas e cristas rochosas nos flancos (PRESTWICH, 2007, p. 142); não havia sentido em atacar uma posição defensiva tão forte.

Contudo, era a Cavalaria que regia as ações da nobreza do século XIV. Godofredo de Charny, detendo-se sobre as razões pelas quais imperadores, reis e príncipes foram divinamente elevados para governar sobre seus povos, ponderou: "foram eles escolhidos para se abster de tomar armas e de se expor aos perigos da batalha em defesa de suas terras e de seu povo? De fato, não!" (CHARNY, 1996, p. 139, tradução nossa). E em seguida afirmou: "eles foram, portanto, escolhidos para serem ousados e de boa coragem contra seus inimigos e contra todos

aqueles que procurem privá-los de suas posses ou honra" (CHARNY, 1996, p. 143, tradução nossa).

Na Idade Média, a honra era uma mistura de valor próprio, orgulho aristocrático, dignidade, bens e *status* social; agir com honra era agir de forma a ganhar uma boa reputação, de acordo com os valores vigentes de coragem, lealdade e proeza. Mais uma vez, refreamos aqui qualquer possibilidade de romantização; a honra era ligada aos feitos de armas e as *chevauchées* podiam ser entendidas como empreendimentos honrados. Segundo John Barnie (1974, p. 75, tradução nossa), "o homem honrado deve demonstrar continuamente sua honra diante de seus pares, e isto, por sua vez, geralmente envolve desafiar a honra dos outros". Quanto maiores o perigo e o esforço físico empreendido, maior era a honra adquirida (KAEUPER, 2016, p. 34).

Portanto, conforme Ayton (2007, p. 6, tradução nossa),"enquanto, para Eduardo, a agressão focada que era alimentada por seus ideais Cavaleirescos era uma fonte de força, para Filipe VI, a necessidade de defender sua honra era potencialmente seu calcanhar de Aquiles". Nigel Saul (2011, p. 95, tradução nossa), por sua vez, afirma que:

> Filipe havia sofrido 'excessiva censura' por seu fracasso em enfrentar Eduardo nos Países Baixos, enquanto suas políticas econômicas, que incluíam a desvalorização da moeda, estavam causando empobrecimento entre seus súditos. Sussurrava-se que 'seria melhor que o Rei da Inglaterra tivesse obtido o reino da França do que o rei que o detinha' e que era 'melhor ser governado bem por um inglês do que mal por um francês'.

Essa posição é corroborada por Sumption (1990, p. 526), que afirma que a aristocracia francesa percebia como uma humilhação os impasses ocorridos em Buirenfosse (1339), Bouvines (1340) e Ploermel (1342), quando exércitos franceses poderosos estiveram diante de forças inglesas, mas falharam em confrontá-las. De acordo com ele, em 1346 a reputação do monarca Valois não suportaria um impasse

mais do que um derrota. Dessa forma, a honra Cavaleiresca tornava o enfrentamento em Crécy politicamente necessário.

Então, nas palavras de Perroy (1962, p. 119, tradução nossa), "em Crécy, no platô do Ponthieu, o improvável aconteceu (26 de agosto)". Eduardo III, em grande inferioridade, especialmente de cavalaria, triunfou sobre Filipe VI e a nobreza da França reunida. Segundo Michael Prestwich (2007, p. 139, tradução nossa), "a Batalha de Crécy foi um dos eventos mais notáveis do século XIV. Seu resultado espantoso reverberou ao redor da Europa, e consequentemente muitos cronistas a descreveram, na Inglaterra, França, Itália e em outros lugares".

Em nossa análise da batalha, e do papel que a Cavalaria exerceu nela, utilizamos, além de Jean Le Bel, Jean Froissart e Godofredo de Charny, as obras de Geoffrey Le Baker, do autor conhecido como Anônimo Romano (que escreveu no final da década de 1350), o poema *A Vida do Príncipe Negro*, do Arauto de Chandos (escrito provavelmente na década de 1380), e a *Crônica dos Quatro Primeiros Valois* (registrada na década de 1390), bem como a carta escrita pelo Rei Eduardo ao Barão Lucy nas semanas seguintes ao confronto. Le Bel é particularmente confiável, uma vez que elaborou seu relato a partir de entrevistas com o Cavaleiro franco-flamengo João de Hainaut, companheiro do Rei Filipe da França, e Cavaleiros de sua casa; bem como de Cavaleiros ingleses e germânicos (LE BEL, 2011, p. 181).

É praticamente impossível estabelecer números precisos para os exércitos medievais. Os cronistas tendem ao exagero e a evidência notarial é muito fragmentária. Jonathan Sumption (1990, p. 497), analisando a capacidade de transporte dos navios ingleses do século XIV, estabelece que o exército inglês da campanha de Crécy teria entre 7.000 e 10.000 homens, dos quais mais da metade seriam arqueiros. Andrew Ayton (2007, p. 15-17), por sua vez, argumenta que uma força de cerca de 14.000 homens teria aportado na Normandia, dos quais entre 2.500 e 3.000 seriam homens de armas, e 3.000 arqueiros montados e

hobelars (cavalaria leve); os demais seriam lanceiros e arqueiros a pé. Quaisquer que fossem os números originais dos ingleses, entretanto, a marcha de Saint-Vaast-la-Hougue até Crécy certamente ocasionou um número significativo de baixas. Conforme relatado acima, tropas inglesas foram mortas em Caen e em Blanchetaque; quando se consideram as diversas escaramuças, emboscadas e mesmo a possibilidade de desgarramento e deserção, consideramos que talvez um quinto da força de combate Plantageneta houvesse sido eliminada.

Seja como for, o exército reunido pelos Valois era maior. Para Ayton (2007, p. 18), Filipe VI marchou de Abbeville à frente de uma força de por volta de 10.000 homens de armas, dos quais possivelmente 8.000 eram Cavaleiros; além de muitos milhares de besteiros genoveses. Sumption (1990, p. 526), por outro lado, estima 12.000 homens de armas e 6.000 besteiros genoveses, em um total que pode ter numerado entre 20.000 e 25.000. Ambos os autores concordam que também havia um vasto contingente de infantes recrutados das vilas e comunas.

Conforme Geoffrey Le Baker:

> Pela manhã, isto é, Sábado, o rei moveu seu exército para o campo de Crécy, onde o exército do tirano[3] o encontrou. Então o rei se preparou para a batalha. Ele colocou seu filho, o Príncipe de Gales no comando da primeira divisão, a segunda foi colocada sob o controle [dos Condes de Arundel e Northampton], e a terceira ele manteve sob seu próprio controle. Ele recomendou sua causa a Deus e à Virgem Abençoada, tendo observado que todos os seus soldados de infantaria estavam preparados para o ataque do inimigo, e que os cavalos de guerra e corcéis foram mantidos com a bagagem, prontos para a perseguição do inimigo em fuga (MYERS, 1996, p. 77, tradução nossa).

Nesse excerto, observa-se a preparação do exército inglês para a luta, disposto em três divisões, com o Príncipe de Gales comandan-

3 Le Baker, ferrenho defensor da causa de Eduardo III, sempre se refere a Filipe de Valois como o "tirano da França".

do a vanguarda e o Rei Eduardo na liderança da retaguarda. Esse esquema se repete em Le Bel (2011, p. 181-182) e em Froissart (1968, p. 84), variando somente no tocante aos senhores que acompanhavam o Príncipe e/ou controlavam a segunda divisão. Le Bel (2011, p. 181) elabora sobre o posicionamento dos cavalos e da bagagem, afirmando que por trás dos batalhões foi feito uma espécie de forte de vagões, um cercado com todas as carroças do exército, com apenas uma entrada, no qual todos os cavalos foram colocados. Junto aos vagões foram colocados os canhões ingleses, peças arcaicas chamadas *ribalds*, mais assustadoras pelo barulho e fumaça que produziam que pelo poder de seus disparos (PRESTWICH, 2007, p. 154-155). Todos os ingleses combateram a pé.

A vanguarda era a posição de maior risco e responsabilidade, que deveria suportar o peso bruto do ataque francês; colocá-la sob o Príncipe de dezesseis anos era ao mesmo tempo uma honra adequada à sua posição, e a seu *status* como Cavaleiro recém-adubado, e uma oportunidade para que demonstrasse ser digno dela. Eduardo de Woodstock deveria se provar pelo teste das armas.

De acordo com o Rei da Inglaterra, os exércitos inimigos se avistaram na metade da manhã do sábado, mas o embate só teve início no final da tarde (ROGERS, 1990b, p. 130). Isto porque as forças francesas formavam diversas colunas e não prosseguiam unidas; durante todo o dia seus contingentes continuaram chegando a Crécy (SUMPTION, 1990, p. 526) e no dia seguinte retardatários foram encontrados pelos campos ao redor, ignorantes de que a luta já havia sido travada (PRESTWICH, 2007, p. 152). A desorganização foi uma característica marcante do exército francês na abertura da batalha. O próprio tamanho da hoste e sua diversidade contribuíram para a dificuldade de coesão. Segundo Froissart (1968, p. 87, tradução nossa): "deve ser enfatizado que os senhores franceses – reis, duques, condes e barões – não alcançaram o local juntos, mas chegaram um após o outro, sem nenhuma ordem".

Com Filipe VI da França marchavam três outros reis: João de Luxemburgo, Rei da Boêmia; Carlos, eleito Rei da Germânia, filho deste; e Jaime III, Rei de Maiorca (CHANDOS HERALD, 1910, p. 137). João e Carlos serviam Filipe na condição de aliados, sua influência havia assegurado a coroação do último (FROISSART, 1968, p. 72), e Jaime como vassalo pelo senhorio de Montpellier. O título real desses nobres era mais simbólico do que prático; eles possuíam um emaranhado de posses e reivindicações, mas seu poder concreto era variável. Em 1346, por exemplo, o diminuto e combalido reino de Maiorca havia sido praticamente absorvido pela Coroa de Aragão (CAMPANELLI, 2014, p. 70). Entretanto, o título demandava deferência e garantia uma certa independência de ação. Ademais, os guerreiros – de línguas e países diferentes – seguiam seus líderes imediatos, o que dificultava ainda mais a cadeia de comando. Mesmo a aristocracia francesa se mostraria difícil de controlar.

Enquanto a hoste francesa se reunia, os ingleses esperavam. Conforme Froissart (1968, p. 84-85, tradução nossa):

> Quando as três divisões haviam tomado suas posições e cada conde, Cavaleiro e escudeiro sabia o que tinha que fazer, o rei montou em um cavalo pequeno e, segurando um bastão branco em sua mão, cavalgou lentamente entre as fileiras escoltado por seus marechais, encorajando seus homens e pedindo a eles para se manterem firmes por sua honra e ajudar a defender seus direitos. Ele falou com eles de uma maneira tão alegre e sorridente que até o mais desanimado teria encontrado coragem ao ouvi-lo.[...] Retornando à sua própria divisão, ele deu ordens para que todos os homens relaxassem e comessem e bebessem à vontade. Tendo feito isto e guardado novamente as panelas, barris e provisões nas carroças, eles voltaram para suas posições de batalha. Eles sentaram no chão com seus elmos e arcos na frente deles, para que estivessem frescos e descansados quando o inimigo chegasse.

Apesar de sua marcha pesada, os ingleses estavam, portanto, descansados e alimentados à hora da refrega, além de inspirados por seu soberano. Segundo Geoffrey Le Baker, os ingleses tiveram tempo de cavar buracos à frente de suas linhas, armadilhas para fazer os cavalos tropeçarem, e "os arqueiros foram designados para sua posição para que não ficassem na frente dos homens de armas, e que não engajassem o inimigo cara a cara, mas disparassem suas flechas das laterais do exército do rei" (MYERS, 1996, p. 78, tradução nossa). Dessa forma, os arqueiros foram colocados nas alas das divisões, em seus flancos, embora talvez alguns tivessem ficado à frente da vanguarda (PRESTWICH, 2007, p. 146).

O âmago dos batalhões ingleses era composto por lanceiros e homens de armas desmontados; esses guerreiros portavam espadas, machados, maças e lanças e usavam proteção que variava de acordo com sua riqueza e posição – de gibões de tecido acolchoado e couro fervido a cotas de malha feitas com anéis de ferro entrelaçados. Os mais ricos usavam peças de placas de aço para fornecer proteção adicional (KEEN, 1991, p. 239). Escudos triangulares também eram empregados. O elmo mais popular era o bacinete, um capacete de metal de topo cônico ou ovalado que podia ou não ter visor. Os franceses estavam paramentados de modo similar (PRESTWICH, 2007, p. 155).

As crônicas são unânimes ao descrever a confusão do início do combate, que em alguns momentos parece ter sido deflagrado de forma espontânea, sem ordens do Rei da França. Como foi discutido acima, Filipe sentia-se compelido a lutar, mas no final da tarde do sábado a hoste ainda não havia se reunido por completo. De acordo com Jean Le Bel (2011, p. 180), o rei francês havia enviado um grupo de batedores sob o comando do Cavaleiro Le Moyne de Basle – identificado por Jules Viard (1906) como o suíço Henrique Moine da Basiléia –para examinar as posições inglesas. Ao regressar, ele teria aconselhado:

> Senhor, seu exército está se alongando por um longo caminho para trás através dos campos e vai ser muito tarde à hora que

> estiverem todos reunidos – já passa da noa[4]. Eu sugiro que ordene seus homens a acamparem aqui; então amanhã de manhã, depois da missa, prepare seus batalhões e ataque seus inimigos em nome de Deus e São Jorge, pois eu tenho certeza de que eles não terão fugido: pelo que eu vi, eles estarão esperando pelo senhor (LE BEL, 2011, p. 180, tradução nossa).

O conselho de Henrique da Basiléia não feriria a honra de Filipe, pois não implicava no abandono da refrega, apenas sugerindo seu adiamento para o dia seguinte, quando as circunstâncias favorecessem os franceses. Le Bel (2011, p. 180) afirma que o Rei da França iria aceitar o conselho, ordenando que seus estandartes retrocedessem para fixar acampamento em uma posição mais distante dos ingleses; mas o controle do exército lhe escapou:

> Mas nenhum dos senhores franceses estava disposto a dar meia volta até que aqueles à sua frente o tivessem feito, e aqueles à frente não queriam voltar de modo algum: eles sentiram que era vergonhoso. Eles mantiveram sua posição, imóveis, então os que estavam atrás continuaram cavalgando adiante – tudo por orgulho e inveja, que seriam sua perdição. Ignorando o conselho do valoroso Cavaleiro, eles cavalgaram adiante em todo seu orgulho competitivo, um na frente do outro, até que viram os ingleses organizados em três batalhões bem ordenados, esperando por eles. Vendo seus inimigos tão perto, os franceses sentiram a vergonha de dar meia volta ainda mais profundamente (LE BEL, 2011, p. 180, tradução nossa).

Segundo Le Bel, orgulho, inveja e competitividade foram os pecados que fizeram a cavalaria francesa avançar sem ordem, nem preparo, para a batalha; se ele tivesse acrescentado vaidade e preguiça poderíamos acreditar estar lendo o texto de um dos críticos da Cavalaria do século XII. Contudo, o cronista de Liège era um de seus grandes defensores no século XIV; o porta-voz da razão nessa passagem era, afinal,

4 Na liturgia católica, a noa é a hora canônica que marca o ofício das 3 da tarde.

um Cavaleiro. A crítica de Le Bel foi, portanto, específica à indisciplina da alta aristocracia francesa, que punha seus melindres acima da unidade de propósito no serviço ao rei, ao contrário do que os ingleses faziam.

É necessário destacar que Eduardo III foi capaz, desde muito cedo em seu reinado, de atrair para si a Cavalaria da Inglaterra. Segundo Nigel Saul (2011, p. 101, tradução nossa):

> A absorção de Eduardo na Cavalaria ajudou tanto a incrementar o prestígio de sua corte, quanto a fortalecer os laços que o uniam a seus companheiros Cavaleiros. Eduardo encorajou ativamente que seus magnatas e Cavaleiros seguidores vivessem imersos na elevada vida Cavaleiresca.

Eduardo celebrava e competia em torneios e távolas redondas, e comemorava as lendas Arturianas; um de seus filhos, Lionel de Antuérpia, derivava seu nome de Sir Lionel, companheiro de Lancelote, um dos personagens mais celebrados da literatura medieval (KEEN, 2006, p. 215). Longe de passatempos ociosos de uma Cavalaria decadente, essas atividades cortesãs tinham claros objetivos políticos e militares (KEEN, 1984). O comando eficaz que Eduardo exerceu sobre sua nobreza em Crécy era consequência de sua imagem bem cultivada de Cavaleiro: seus pares o respeitavam, o admiravam e estavam prontos a acatar suas ordens. Filipe VI parece não ter conseguido causar a mesma impressão sobre a aristocracia francesa.

O relato de Jean Froissart (1968, p. 85-86) é bastante similar ao de Le Bel, acrescentando que Henrique da Basiléia era vassalo do Rei da Boêmia e um dos Cavaleiros mais bravos e experientes na guerra do lado francês. Em suas *Crônicas*, após o fracasso das ordens de Filipe VI:

> Então o orgulho e a vaidade assumiram o controle dos eventos. Cada um queria ofuscar seus companheiros, independente do conselho do galante Le Moine [...]. Nem o rei, nem seus marechais podiam contê-los por mais tempo, pois haviam muitos grandes senhores entre eles, todos determinados a mostrar

> seu poder. Eles cavalgaram desta forma, sem nenhuma ordem ou formação, até que chegaram às vistas do inimigo (FROISSART, 1968, p. 86, tradução nossa).

Esse excerto de Froissart é bastante revelador. A aristocracia francesa, conforme abordado anteriormente, contava em suas fileiras com senhores imensamente poderosos que, a depender do período, governavam seus territórios com relativa ou total autonomia. Cada um deles unia-se ao exército real liderando seu próprio séquito de homens que lhes eram jurados, homens que não deviam lealdade direta ao monarca. O exercício do poder real dependia de uma grande dose de negociação e a personalidade do rei, seu carisma, sua astúcia, suas redes pessoais de sociabilidade e lealdade, assim como sua reputação, eram fatores determinantes em suas relações com a aristocracia do reino. Quando um conde ou duque decidia por um curso de ação próprio, pouco havia que Filipe pudesse fazer; se os confrontasse, arriscava criar um novo inimigo, que talvez não hesitasse em passar para o lado inglês.

A suspeita de traição era, aliás, uma constante, conforme afirma o Anônimo Romano, que era um escritor pró-Valois: "[...] o rei Filipe estava bem ciente de que seus barões não eram leais a ele. Ele estava bem ciente de que eles haviam chamado os ingleses e os colocado em meio à França" (CAMPANELLI, 2014, p. 69, tradução nossa). A desconfiança não era sem embasamento: segundo Froissart (1968, p. 69), havia sido o Cavaleiro exilado Godofredo de Harcourt quem convencera Eduardo III a atacar a Normandia, ao invés de levar reforços para a Aquitânia, e o irmão de Godofredo, o Conde de Harcourt, fazia parte da hoste francesa. Algumas famílias já mostravam, dessa forma, lealdades divididas, e há de se imaginar que Filipe sentia certa insegurança em relação à fidelidade de seus pares, agravada pela consciência de que, como rei eleito, devia a eles sua coroa.

Por outro lado, pode ser que os senhores franceses tenham decidido contrariar as ordens reais por não acreditar que Filipe iria à guerra no dia seguinte, como Sir Henrique havia aconselhado. O rei Valois

havia se mostrado hesitante em outras ocasiões, e é possível que a aristocracia tenha interpretado sua vontade de firmar acampamento como uma forma de protelar mais uma vez o combate; e talvez abandoná-lo por completo quando chegasse o domingo. Dessa forma, mais do que puro orgulho e vaidade, sua ação teria sido o resultado de uma escolha deliberada de forçar o monarca ao engajamento.

Seja como for, a batalha teve início. O ataque foi encabeçado pelos besteiros genoveses, comandados pelos Cavaleiros Ottone Doria e Carlo Grimaldi (CAMPANELLI, 2014, p. 72). Conforme Le Bel (2011, p. 180, tradução nossa):

> Os oficiais dos besteiros e dos auxiliares e genoveses ordenaram que seus homens avançassem e que fossem inicialmente à frente dos batalhões dos senhores e atirassem nos ingleses. Eles avançaram tão perto que logo estavam trocando salvas densas, e não se passou muito antes que os genoveses e auxiliares fossem colocados em desordem pelos arqueiros ingleses e começassem a fugir.

Observa-se, então, o duelo de salvas entre besteiros e arqueiros, nos quais os últimos foram triunfantes. Segundo Le Baker, nenhuma seta de besta chegou até os ingleses, caindo muito aquém de suas linhas (MYERS, 1996, p. 78), enquanto, de acordo com o Anônimo Romano, os genoveses sequer chegaram a disparar (CAMPANELLI, 2014, p. 72). Consideramos ambas as colocações exageradas, uma vez que o Cavaleiro germânico Johann von Schönfeld, que lutou pelo lado inglês, foi ferido no rosto por uma seta (CAMPANELLI, 2014, p. 36).

Jonathan Sumption (1990, p. 531-532) afirma que o arco longo providenciava uma vantagem tecnológica formidável aos ingleses, por ter um alcance muito maior e uma taxa de disparo mais elevada em relação às bestas. Michael Prestwich (2007, p. 154-155), por outro lado, argumenta que, apesar do arco longo ter sido vital para a vitória inglesa, tendo uma velocidade de tiro incomparável, seu alcance

máximo era de cerca de 270 metros, sendo mais efetivo até por volta de 180 metros. A besta, por sua vez, podia atingir um alvo a aproximadamente 360 metros de distância, além de ter maior poder de penetração. Portanto, apesar do arco de guerra ser, sem dúvida, um trunfo, acreditamos que foram elementos circunstanciais que tornaram o confronto tão assimétrico.

Froissart (1968, p. 88) e o Anônimo Romano (CAMPANELLI, 2014, p. 72) atestam que havia chovido naquela tarde. A chuva podia afetar a tensão das cordas das armas de tiro, comprometendo seu desempenho. Os arcos podiam ser facilmente desencordoados (e suas cordas guardadas e mantidas secas), mas o mecanismo da besta, mais complexo, não permitia o mesmo. Além disso, os arqueiros estavam em terreno elevado, mais favorável, e tinham o sol às suas costas, enquanto os genoveses avançaram com a luz nos olhos (FROISSART, 1968, p. 88). O Anônimo Romano também afirma que a chuva havia deixado o terreno enlameado, o que dificultava o carregamento das armas dos besteiros: para se carregar uma besta era necessário fixá-la no chão, com o pé apoiado em um estribo que se projetava à sua frente, e puxar a corda com o auxílio de uma alavanca ou manivela (CAMPANELLI, 2014, p. 72). Nessa posição vulnerável, os besteiros eram protegidos por *pavises*, grandes escudos retangulares de madeira. Contudo, na pressa dos franceses em iniciarem o confronto, os *pavises* não haviam sido descarregados das carroças de equipamento, deixando os genoveses em campo completamente expostos (PRESTWICH, 2007, p. 148). Dessa forma, acreditamos que não foi somente a expertise da arqueria Plantageneta, mas uma série de erros táticos que ocasionaram a rápida derrocada dos besteiros a serviço dos Valois em Crécy.

Após a debandada dos genoveses, Le Bel (2011, p. 180, tradução nossa) continua a narrativa:

> Mas os batalhões dos grandes senhores estavam tão inflamados por sua rivalidade uns com os outros que eles não queriam esperar um pelo outro e investiram em uma massa confusa,

> sem nenhum tipo de ordem, prendendo os genoveses e auxiliares entre eles e os ingleses, de forma que eles não puderam fugir, mas caíram sob os cavalos em carga e foram pisoteados pela horda fervilhante atrás – eles tombavam uns sobre os outros como uma vasta ninhada de porcos.

Esse episódio sem dúvida gera perplexidade: a cavalaria francesa em Crécy avançou sobre sua própria infantaria. Na fala de Le Bel, isto parece ter sido o resultado das rivalidades que permeavam a aristocracia francesa; os senhores belicosos disputavam uns com os outros para demonstrar maior proeza e os genoveses foram vitimados por estarem no caminho de seu ataque impetuoso. Para Froissart, porém, a ação teria sido ordenada por Filipe VI:

> Pois o Rei da França, vendo quão miseravelmente haviam se portado, gritou com grande raiva: – Rápido, matem toda aquela ralé. Eles só estão ficando em nosso caminho! – Então os homens montados começaram a atacá-los por todos os lados e muitos vacilaram e caíram, para nunca mais se erguer (FROISSART, 1968, p. 89, tradução nossa).

O desprezo pela infantaria, composta por homens comuns, transparece nas palavras que Froissart atribui ao rei francês. Esse sentimento era certamente compartilhado pelos Cavaleiros que avançaram sobre os genoveses, fossem eles o alvo direto de sua ira ou somente vistos como uma inconveniência em seu trajeto. O Anônimo Romano argumenta pela hipótese de ataque deliberado, pois, segundo ele, os besteiros não haviam sido pagos e os franceses, vendo seu célere fracasso, teriam suspeitado de traição (CAMPANELLI, 2014, p. 72). A ordem para a carga, entretanto, não teria sido dada por Filipe, que, não obstante, a aprovou tacitamente: "Sir Ottone reclamou com o rei sobre a matança de sua gente; o rei respondeu e disse: — Nós não precisamos de infantes. Nós temos tanta gente" (CAMPANELLI, 2014, p. 72, tradução nossa). Ainda que essa fala tenha sido elaborada pelo cronista, ela reitera o senso de superioridade e orgulho Cavaleiresco que predominava entre a aristocracia francesa, que considerava

a quantidade de homens de armas como o fator determinante da força de um exército. Os senhores franceses percebiam a infantaria como gente sem valor, que mais atrapalhava do que ajudava na condução da nobre arte da guerra. Por essa razão, os grandes contingentes de recrutas das comunas que haviam seguido a hoste francesa – muitos dos quais possivelmente mal equipados, é necessário ressaltar – não foram em momento algum empregados na batalha.

Segundo Geoffrey Le Baker (MYERS, 1996, p. 78), a impetuosa carga dos Cavaleiros franceses tinha a intenção de mostrar aos ingleses o quanto eles eram bravos, mas acabou gerando um avanço desordenado em massa:

> Imensos gritos de dor se ergueram daqueles pisoteados pelos cavalos, berros tais que aqueles na retaguarda da grande hoste francesa pensaram que eram os ingleses que estavam sendo mortos. Ao ouvir isso, todos os franceses pressionaram adiante, seguindo nos calcanhares daqueles que estavam na frente; nesse ardor mal pensado, os mais notáveis eram jovens Cavaleiros inexperientes, abundantes no exército, todos ofegando pela grande honra, que preenchia seus pensamentos, de capturar o Rei da Inglaterra (MYERS, 1996, p. 78, tradução nossa).

Havia uma forte preocupação com a indisciplina causada pelo interesse na captura de prisioneiros, fonte de honra e riqueza, como já abordado. Le Bel (2011, p. 182) afirma que Eduardo III havia determinado que seria enforcado aquele que rompesse as fileiras à procura de saque. De acordo com Froissart (1968, p. 91), os ingleses não tomaram prisioneiros, nem pediram resgates, agindo conforme haviam combinado quando perceberam a superioridade numérica do inimigo. Capturar inimigos implicava designar uma guarda para vigiá-los e protegê-los, como Thomas Holland fez em Caen, e os ingleses não podiam se dar ao luxo de retirar combatentes da frente de batalha.

O próprio Le Baker diz que por razões de disciplina o rei francês hasteou a Auriflama, o estandarte sagrado da monarquia francesa,

depositado na Abadia de São Dinis em tempos de paz: quando a Auriflama era desfraldada, a misericórdia não era permitida, sob pena de morte. Em resposta, o Rei da Inglaterra hasteou o estandarte do dragão, com o mesmo significado (MYERS, 1996, p. 78). É possível que o cronista estivesse tentando justificar *a posteriori* a grande matança de Cavaleiros ocorrida naquele dia, contrária às convenções regulares da Cavalaria; mas a Cavalaria era adaptável às necessidades da guerra e acomodava exceções. Segundo Godofredo de Charny – que não esteve em Crécy por estar naquele momento engajado na defesa bem-sucedida da cidade de Béthune, no condado vizinho de Artois, contra um exército flamengo (WHETHAM, 2009, p. 169) – os grandes senhores deveriam mostrar piedade e misericórdia, mas com uma ressalva: quando apropriado (CHARNY, 1996, p. 141).

Em relação à inexperiência dos guerreiros franceses, mencionada por Le Baker como um elemento causador de sua impetuosidade, Michael Prestwich (2007, p. 155) afirma que, enquanto um grande número de homens de armas franceses possuía experiência individual de combate, poucos haviam estado em campanha juntos. Entre os ingleses, de quarenta e quatro Cavaleiros-bacharéis e Cavaleiros-baneretes que tinham servido à Coroa na Escócia em 1334, vinte e seis estavam presentes na campanha de Crécy. Os séquitos ao redor dos quais o exército inglês era construído, nos quais um Cavaleiro apresentava-se como capitão de um grupo misto de homens de armas e arqueiros, apresentavam coerência e continuidade de serviço; magnatas como os Condes de Warwick, Northampton, Arundel e Suffolk, eles próprios com larga experiência de guerra, costumavam contar com os mesmos senhores menores e baneretes para servi-los nas expedições e estes, por sua vez, recrutavam preferencialmente entre os veteranos de suas localidades. As guerras contínuas com a Escócia garantiam uma reserva de soldados experientes. Além disso, o exército inglês em Crécy estava em campo há mais de um mês, fazendo *chevauchées*, tomando cidades e lutando em escaramuças, e essa jornada certamente fortaleceu os laços de solidariedade compartilhados pelos guerreiros.

Segundo Matthew Hefferan (2019, p. 93, tradução nossa):

> Uma clara política sob Eduardo III era empregar homens com grandes reputações militares. Incluídos nas fileiras de Cavaleiros da sua casa real durante as décadas de 1330 e 1340 estavam indivíduos como Walter Mauny e Reginald Cobham, a quem Jean Le Bel destacou como dois dos cinco homens que ele acreditava terem 'demonstrado tal valor' durante o curso do reinado de Eduardo que podiam 'ser considerados homens de fato valorosos'. Outros Cavaleiros da casa real alardeavam histórias similares de serviço militar antes de sua entrada na família. Thomas Ughtred, que foi empregado no início de 1347, tinha uma carreira militar que se estendia até a batalha de Bannockburn e era considerado um dos capitães militares de maior distinção da primeira metade do reinado de Eduardo III. Imediatamente antes de sua entrada na casa real, Ughtred também serviu na vanguarda do exército inglês na campanha de Crécy e atuou como sub-marechal do exército.

No exército Valois, é possível que um grande número de senhores e Cavaleiros estivesse se encontrando em campo juntos pela primeira vez. Filipe VI havia sido vitorioso em Cassel, em 1328, mas desde então não havia participado de outras batalhas. João da Boêmia era o comandante mais experiente, mas, além de idoso e cego, era líder de um contingente estrangeiro. É preciso lembrar que mesmo entre os combatentes franceses não existia uma identidade "nacional" que os definisse e as rivalidades regionais acirravam o orgulho e a competitividade entre os Cavaleiros. Lorenos, bretões, normandos, occitanos, poitevinos, gascões, borgonheses e provençais, para citar alguns, percebiam-se como grupos distintos, unidos somente por sua lealdade inconstante ao Rei da França. Com o acréscimo de luxemburgueses, tchecos, suíços e germânicos à grande hoste que marchou apressadamente do Sena a Crécy, torna-se surpreendente que o exército Valois possuísse algum grau de coesão.

De todo modo, o ataque aos genoveses foi uma medida desastrosa, pois, além de causar matança desnecessária entre seus próprios aliados, criou caos e confusão irreparáveis no campo de batalha. Para que uma carga de cavalaria funcionasse, ela precisava de terreno plano e desimpedido que permitisse que os cavaleiros mantivessem suas fileiras unidas e que os cavalos alcançassem velocidade de galope. Seu sucesso dependia do choque bruto de homem e animal contra o adversário. Os corpos de mortos e feridos, além da lama produzida pela chuva, impediram o avanço ordenado e reduziram a velocidade da investida. Le Bel (2011, p. 180, tradução nossa) afirma que os arqueiros Plantagenetas se aproveitaram disso:

> Ao mesmo tempo, os arqueiros ingleses estavam disparando salvas tão incríveis que os cavalos foram crivados pelas terríveis flechas farpadas; alguns se recusavam a prosseguir, outros saltavam selvagemente, alguns atacavam e chutavam cruelmente, outros fugiram apesar dos esforços de seus mestres, e outros caíram enquanto as flechas golpeavam, incapazes de resistir.

A cena se repete em Froissart (1968, p. 89, tradução nossa):

> Os ingleses continuaram a disparar na parte mais densa da multidão, sem desperdiçar nenhuma de suas flechas. Eles empalaram ou feriram cavalos e cavaleiros, que caíram no chão com grande angústia, incapazes de se levantarem de novo sem a ajuda de vários homens.

Em Le Baker: "então um grande clamor elevou-se às estrelas a partir dos besteiros miseráveis, pisoteados pelos grandes cavalos, e dos cavalos perfurados pelas flechas, e a ordem dos franceses ficou seriamente confusa pelo tropeçar dos cavalos" (MYERS, 1996, p. 79, tradução nossa). E no Anônimo Romano: "os cavalos foram perfurados no flanco esquerdo, então o exército foi profundamente enfraquecido. Os feridos começaram a bater em retirada. Cavalos caíram mortos" (CAMPANELLI, 2014, p. 74, tradução nossa).

Percebe-se, em todos os excertos, o efeito devastador das flechas sobre os cavalos. Segundo Kelly DeVries (1998, p. 194), a função fundamental do arco longo em batalha era atingir os flancos da força atacante para reduzir sua coesão e estreitar sua frente, conduzindo-a para o centro do exército defensor, onde guerreiros desmontados esperavam por ela. Quaisquer mortes que as flechas causassem entre os cavaleiros só contribuíam para o rompimento a carga. Michael Prestwich (2007, p. 154) compartilha desse posicionamento, afirmando que foi nos estágios iniciais da batalha que os arqueiros deixaram sua marca, prevenindo a realização de cargas eficazes pela cavalaria francesa. À medida que a batalha avançou, as flechas começaram a escassear e a proximidade dos combatentes tornou mais difícil distinguir aliados de inimigos. Além disso, os ferimentos de flecha nem sempre eram fatais, havendo registros de Cavaleiros que foram atingidos por flechas no rosto e sobreviveram.

Era nos cavalos, portanto, que os arcos causavam o maior dano: além de oferecerem alvos maiores e menos protegidos (haviam peças de armadura para cavalo, mas somente os mais ricos podiam providenciá-las e dificilmente para todas as suas montarias), mesmo quando as flechas não eram letais, podiam enfurecê-los ou amedrontá-los, fazendo com que empinassem, escoiceassem ou saíssem em disparada rumo a qualquer direção. Pode-se imaginar o dano causado por cavalos que tombavam sobre seus cavaleiros ou que os arremessavam, de armadura completa, ao chão.

Sobre esse cenário caótico a infantaria pesada inglesa avançou. Conforme Le Bel (2011, p. 180, tradução nossa): "então os senhores ingleses – que estavam desmontados – avançaram e caíram sobre esses homens, tão indefesos quanto seus cavalos". O sucesso dos ingleses em Crécy, dessa forma, ocorreu por um esforço de armas combinadas: os arqueiros assediavam e provocavam confusão, e os lanceiros e Cavaleiros a pé davam o golpe decisivo no combate corpo a corpo.

Na luta que se seguiu, Le Baker acrescenta a asfixia como causa de morte, pois muitos franceses ficaram presos na grande massa de corpos: "lutando com os homens de armas ingleses, eles foram derrubados por machados, lanças e espadas, e no meio da hoste muitos franceses foram esmagados até a morte sem nenhum ferimento, pelo peso dos números" (MYERS, 1996, p. 79, tradução nossa). O horror do confronto não deve ser minimizado. Mesmo o Arauto de John Chandos, em seu poema celebrando a vida e os feitos do Príncipe de Gales, escreveu que "naquele dia houve batalha tão horrível que não houve lá homem tão valente a ponto de não ficar por ela desconcertado" (CHANDOS HERALD, 1910, p. 137, tradução nossa).

Apesar da clara vantagem tática desfrutada pelos ingleses, o combate foi muito intenso e se estendeu noite adentro. Nas palavras do próprio Eduardo III: "os combates foram muito ferozes e longos, pois eles duraram desde antes das vésperas[5] até a noite, e os inimigos se portaram com muita nobreza, e com muita frequência se reagruparam [...]" (ROGERS, 1999b, p. 131, tradução nossa). Observa-se o modo elogioso com o qual o Rei da Inglaterra se refere a seus inimigos; a nobreza em sua fala não é uma qualidade moral abstrata ou uma distinção social, mas equipara-se à coragem e ao vigor em combate: agir nobremente era agir como um guerreiro valoroso. Nesse duro embate, no qual os ingleses bradavam o nome de São Jorge e os franceses invocaram o de São Dinis (CONTAMINE, 1998, p. 299), os cronistas costumam destacar dois episódios: a resistência do Príncipe de Gales na vanguarda do exército inglês e a cavalgada final do Rei da Boêmia.

Eduardo de Woodstock, como já dito, foi adubado Cavaleiro no começo da campanha e em Crécy recebeu o comando do primeiro batalhão Plantageneta. Esse jovem de dezesseis anos, cuja experiência de guerra se limitava à jornada que acabara de vivenciar, tinha, desse modo, o desafio e a responsabilidade de sustentar a linha inglesa

5 Na liturgia católica, as vésperas celebram o ofício do fim da tarde, entre 15:00 e 18:00.

diante do ataque francês, que, mesmo com todos os percalços enfrentados, conseguiu alcançar as fileiras de seus adversários repetidas vezes. Seu desempenho, portanto, era vital não só para a o estabelecimento de sua reputação como sucessor ao trono da Inglaterra, mas para o resultado do próprio confronto. Segundo Geoffrey Le Baker, sua performance foi admirável:

> Em tal encontro terrível, Eduardo de Woodstock, o filho mais velho do rei, tendo então dezesseis anos, na primeira divisão mostrou seu valor aos franceses, perfurando cavalos, derrubando cavaleiros, despedaçando elmos e quebrando lanças, bloqueando com habilidade golpes mirados contra ele, ajudando seus homens, defendendo a si próprio, ajudando os amigos que haviam caído a se levantar, e mostrando a todos um exemplo de boa conduta. Ele não descansou de seus grandes labores até que os inimigos, protegidos pela barreira de homens mortos, bateram em retirada. Lá sua honra Cavaleiresca aprendeu como realizar feitos Cavaleirescos com habilidade [...] (MYERS, 1996, p. 79, tradução nossa).

Diversos elementos podem ser apreendidos desse trecho. Em primeiro lugar, a valorização dos feitos de armas, em um sentido literal: o Príncipe de Gales é mostrado, acima de tudo, como um guerreiro. Em segundo lugar, a posição de liderança do Príncipe se manifesta no suporte aos seus companheiros e em se portar como um exemplo a ser seguido pelas tropas; em outras palavras, no comando a partir da linha de frente. Por fim, ainda que o Príncipe combatesse a pé, seus feitos são claramente designados como Cavaleirescos por Le Baker. De acordo com o Arauto de Chandos, celebrador da Cavalaria, "lá estava o bom Príncipe que liderou a vanguarda, tão valentemente ele se portou que era uma maravilha de se contemplar. Dificilmente ele permitiu que alguém o atacasse, não importa o quão ousado ou forte fosse" (CHANDOS HERALD, 1910, p. 137-138, tradução nossa). Percebe-se, portanto, que a essência da Cavalaria residia, acima de tudo, na demonstração de coragem e proeza no combate corpo a corpo.

Le Baker continua sua narrativa, afirmando que novos homens de armas franceses se adiantaram para a refrega no lugar dos que estavam feridos, cansados ou mortos:

> Estas contínuas adesões de força ao inimigo mantiveram o Príncipe e seus companheiros tão fortemente engajados que a grande massa do inimigo o forçou a lutar de joelhos. Então alguém correu ou cavalgou até o rei seu pai e, apontando para o perigo que atormentava seu filho mais velho, implorou por ajuda; então ele foi enviado com vinte Cavaleiros para ajudar o Príncipe e encontrou ele e seus companheiros apoiando-se em lanças e espadas, tomando fôlego e descansando em silêncio sobre longos montes de cadáveres, esperando pelo inimigo que havia se retirado (MYERS, 1996, p. 79, tradução nossa).

Esse episódio, apresentado por Le Baker como uma façanha digna das canções de gesta, ganha um componente adicional em Froissart. Segundo o cronista de Hainaut, Eduardo III não teria enviado auxílio ao filho quando este se encontrava sob intensa pressão. Ao invés disso, o rei teria perguntado a Thomas de Norwich, o Cavaleiro que solicitava reforços:

> – Está meu filho morto ou atordoado, ou tão gravemente ferido que não possa continuar lutando? – Não, graças a Deus – retorquiu o Cavaleiro – mas ele está muito pressionado e precisa seriamente de sua ajuda. – Sir Thomas – o rei respondeu – volte para ele e para aqueles que o enviaram e diga-lhes para não me procurar novamente, enquanto meu filho estiver vivo. Dê-lhes meu comando de deixar o garoto ganhar suas esporas, pois se Deus permitir, eu gostaria que o dia fosse dele e que a honra pertencesse a ele e a aqueles sob cujos cuidados eu o coloquei (FROISSART, 1968, p. 92, tradução nossa).

Essa passagem costuma ser considerada pela historiografia uma criação de Froissart (SUMPTION, 1990, p. 529; PRESTWICH, 2007, p. 149). Entretanto, acreditamos que ela encapsula de forma magistral a cultura Cavaleiresca do século XIV: a honra deveria ser conquistada

pela força das armas no enfrentamento do perigo, com a benção de Deus. O Príncipe já havia sido adubado, mas mesmo assim deveria se provar merecedor de suas esporas, passando pelo batismo de fogo da guerra; só assim receberia o respeito de seus pares. Godofredo de Charny expressa reiteradamente que um bom Cavaleiro deve ser capaz de suportar o sofrimento físico e mental, e pôr a vida em risco enfrentando as adversidades que se interpusessem em seu caminho – por meio de sua habilidade com espada, lança, machado e maça – para alcançar a mais alta honra (CHARNY, 1996).

A valorização da honra acima da vida é encontrada explicitamente em Froissart, quando esse afirma que, mesmo cansados da longa marcha do dia, os senhores franceses preferiram a morte à fuga desonrosa (FROISSART, 1968, p. 90). Contudo, nenhum episódio da Batalha de Crécy reflete melhor essa postura tanto quanto a morte do Rei João da Boêmia.

João de Luxemburgo era filho do Imperador Henrique VII, e em 1346 tinha cerca de cinquenta anos de idade. Uma década antes, quando estava em Cruzada na Lituânia, contraiu uma infecção ocular que lhe causou a perda da visão. De acordo com Ayton (2007, p. 24, tradução nossa):

> Conduzida pelas exigências de manter seus interesses territoriais dispersos, assim como por seu entusiasmo pela Cruzada, a carreira militar de trinta anos do Rei João o havia tornado um nome consagrado através da Cristandade. Para os contemporâneos, ele era '*le bon roi*', um paladino da Cavalaria.

Segundo Geoffrey Le Baker, o Rei da Boêmia era um homem de grande sabedoria e experiência em armas, que teria profetizado que morreria lutando contra os Cavaleiros mais nobres do mundo (MYERS, 1996, p. 77-78). Jean Le Bel, por seu turno, comenta sobre a morte de João em sua listagem dos mortos em Crécy:

> Eu começarei com o mais nobre e mais valoroso, e este foi o va-

> lente Rei da Boêmia que, apesar de sua cegueira total, estava determinado a estar na vanguarda da batalha e ordenou a seus Cavaleiros, sob pena de decapitação, a conduzi-lo adiante, não importa o que houvesse, para que pudesse dar um golpe de espada no inimigo (LE BEL, 2011, p. 183, tradução nossa).

Como de costume, Froissart acrescenta mais detalhes à história. De acordo com ele, João estava completamente paramentando para lutar, apesar de ser cego, e após o massacre dos genoveses teria manifestado seu desejo de entrar no combate, dizendo a seus seguidores:

> – Meus senhores, vós sois meus homens, meus amigos e meus companheiros de armas. Hoje eu tenho um pedido especial para lhes fazer. Levem-me avante o suficiente para eu dar um golpe com minha espada. – Porque eles estimavam a honra dele e sua própria proeza, seus Cavaleiros consentiram. [...] No intuito de se conduzirem bem e de não perder o rei na multidão, eles amarraram seus cavalos juntos pelos arreios, puseram seu rei na frente para que ele pudesse realizar o seu desejo e cavalgaram em direção ao inimigo (FROISSART, 1968, p. 89-90, tradução nossa).

Froissart prossegue, afirmando que o Rei da Germânia, filho de João, abandonou o campo quanto viu que a batalha ia mal para o lado francês, mas:

> Não o bom rei seu pai, pois ele chegou tão perto do inimigo que foi capaz de usar sua espada várias vezes e lutou com grande bravura, assim como os Cavaleiros com ele. Eles avançaram tanto que todos eles permaneceram no campo, nenhum escapando vivo. Eles foram encontrados no dia seguinte jazendo ao redor de seu líder, com seus cavalos ainda amarrados juntos (FROISSART, 1968, p. 90, tradução nossa).

O mesmo relato aparece no Anônimo Romano, mas com algumas diferenças. Nele, os seguidores do Rei da Boêmia teriam mostrado resistência ao seu desejo suicida. Então João teria dito:

> – Eu quero que ataquemos. Vamos adiante morrer com honra. – Os condes disseram: –O que você ganha com sua morte e a nossa? – O rei respondeu:– Em boa fé, eu digo o que digo porque acredito que estou lutando pela verdade. – Ouvindo essas palavras, os barões foram convencidos (CAMPANELLI, 2014, p. 74, tradução nossa).

Dessa forma, o Anônimo Romano caracteriza a morte de João como um ato sacrificial em defesa da legitimidade da monarquia Valois. Além disso, segundo o cronista italiano, foi João quem requisitou que o Rei da Germânia fosse retirado de campo, contra a vontade dele, comandando que os senhores mais importantes de Luxemburgo e da Boêmia obedecessem a seu filho e o honrassem como rei e senhor. João então foi acorrentado a dois Cavaleiros, "para que tivessem a mesma morte, a mesma honra" e liderou a carga, combatendo sem misericórdia até ser sobrepujado, morrendo esmagado pelos cavalos de seus camaradas (CAMPANELLI, 2014, p. 74-75, tradução nossa).

Percebe-se que os cronistas são unânimes em louvar o Rei da Boêmia. Para Jonathan Sumption, esse foi o incidente pelo qual a batalha foi mais lembrada, pelos dois lados (SUMPTION, 1990, p. 529). O avanço do rei e seus companheiros para a morte incorporava as qualidades de coragem e lealdade que eram tão valorizadas pela Cavalaria. Sua honra os levou até as últimas consequências, ao sacrifício da própria vida em nome de uma causa que acreditavam ser justa.

Michael Prestwich (2007, p. 150), por sua vez, afirma que a morte do Rei João foi um dos grandes momentos da Cavalaria em sua forma mais inútil. Contudo, a reputação heroica alcançada por ele após sua morte elevou o nome de sua família a um novo patamar de grandeza, auxiliando seu filho a obter o cetro imperial em 1355, quando foi coroado como Carlos IV (AUTRAND, 2007, p. 275). Nesse contexto, a versão do Anônimo Romano teria buscado afastar do imperador a mácula da covardia, justificando sua retirada do conflito.

Enquanto João da Boêmia alcançou a glória na morte, Filipe VI

da França escapou, mas perdeu a maior parte de seu prestígio. O rei Valois estava na retaguarda do exército e em momento algum parece ter estado no controle dos acontecimentos. Cerca de 1.500 Cavaleiros e escudeiros que lutaram pelos franceses pereceram em Crécy, além de membros da alta aristocracia, como o Conde de Alençon, irmão do rei, o Conde de Blois, seu sobrinho, o Conde de Harcourt, cujo irmão lutou pelos ingleses, o Duque da Lorena, casado com a sobrinha do rei, e o Conde de Flandres (SUMPTION, 1990, p. 530-531). Nas palavras de Le Bel (2011, p. 183, tradução nossa): "foi dito que há muito tempo não se ouvia falar de tantos príncipes serem mortos em um único dia – nem em Courtrai, nem em Benevento, nem em qualquer outro lugar". Diante da morte de tantos senhores corajosos, a sobrevivência do Rei da França precisava ser justificada. Entretanto, conforme Françoise Autrand (2007, p. 274), os cronistas são unânimes em representar a partida de Filipe não como uma retirada estratégica, mas como uma fuga vergonhosa.

As *Crônicas dos Quatro Primeiros Valois*, escritas no final do século XIV, quando a monarquia Valois já estava consolidada, procuraram salvar algo da reputação de Filipe VI, o criador da dinastia: "por pressa e confusão foram os franceses destruídos. O Rei Filipe em sua pressa se portou naquele dia como um ótimo Cavaleiro e realizou maravilhosos feitos de armas, mas a fortuna se voltou contra ele" (CHRONIQUE des quatre premier Valois [1327-1393], 1862, p. 16, tradução nossa). Observa-se, no entanto, que o elogio à conduta Cavaleiresca do monarca não disfarça sua falta de liderança, refletida na pressa do ataque e na desorganização do exército. Adiante, as crônicas afirmam que o rei francês combateu até a noite e que não perdeu o campo, mas que, com a chegada da escuridão, mediante conselho, retirou-se para Amiens (CHRONIQUE des quatre premier Valois [1327-1393], 1862, p. 17). A defesa de Filipe, portanto, reside no argumento débil de que ele não foi derrotado, mas que se retirou (para não voltar), o que demonstra que mesmo as *Crônicas dos Valois* não conseguiram dar um viés positivo aos acontecimentos de Crécy.

Le Bel (2011, p. 180-181) afirma que em nenhum momento o rei ou sua companhia entraram na refrega, aparentemente sugerindo que Filipe não participou do combate. Entretanto, Nigel Bryant, tradutor e editor das *Verdadeiras Crônicas* de Le Bel, argumenta em nota que o sentido da sentença do cronista é de que Filipe não foi até a luta, mas que a luta veio até ele; ou seja, que ele falhou em realizar uma intervenção decisiva, aguardando passivamente pelo resultado do confronto, até ser envolvido por ele (LE BEL, 2011, p. 181, nota 1). O trecho seguinte da crônica parece corroborar a interpretação de Bryant: "o rei foi forçado a partir, completamente perturbado: contra seus desejos, seus homens – incluindo Sir João de Hainaut, retido para preservar a vida e a honra do rei – o levaram embora" (LE BEL, 2011, p. 181, tradução nossa). Somente uma situação de perigo iminente forçaria João de Hainaut a agir contra a vontade de seu soberano e conduzi-lo para fora do campo; de acordo com Sumption (1990, p. 530) e Prestwich (2007, p. 154), na fase final da luta Filipe teria chegado a receber uma flechada no rosto.

Segundo Froissart, diante da derrota progressiva de seu exército, Filipe foi aconselhado a se retirar, mas sua ira o fez permanecer e cavalgar em direção aos estandartes de seu irmão, o Conde de Alençon, que atacava a divisão do Príncipe de Gales junto com o Conde de Flandres: "o Rei Filipe teria alegremente se juntado a eles se tivesse sido possível, mas havia tal multidão de arqueiros e homens de armas à sua frente que ele não conseguiu atravessar. Quanto mais ele avançava, menores seus números se tornavam..." (FROISSART, 1968, p. 91, tradução nossa). Posteriormente: "tarde na noite, enquanto estava escurecendo, o Rei Filipe deixou o campo em desespero, acompanhado apenas por cinco senhores" (FROISSART, 1968, p. 92, tradução nossa). Percebe-se, portanto, que o rei esteve em combate, mas a narrativa que o acompanha difere radicalmente daquelas do Príncipe de Gales e do Rei da Boêmia, não havendo descrição de feitos de armas ou atos de coragem, apenas de frustração e desapontamento, adquirindo ares trágicos ao final:

> O rei cavalgou lamentando e sentindo pesar por seus homens até que chegou ao castelo de La Broye. Ele encontrou o portão

> fechado e a ponte levadiça erguida, pois agora era noite plena e escuro como breu. Ele chamou pelo capitão do castelo, que veio ao torreão de vigia e gritou para baixo: – Quem vem batendo a esta hora? – Abra seu portão, capitão. – o Rei Filipe respondeu. – É o desafortunado Rei da França (FROISSART, 1968, p. 92, tradução nossa).

Froissart, mais uma vez, pode ter ficcionalizado os eventos para efeito dramático, mas a imagem deplorável que ele cria de Filipe VI encontra respaldo na reação da aristocracia francesa à derrota em Crécy. Sua posição tornou-se tão frágil, que, após 1346, a sucessão de seu filho, o Duque da Normandia, não estava assegurada. Segundo Autrand, uma profecia de Santa Brígida da Suécia (1303-1373) sugeriu a seguinte resolução para o conflito entre Plantagenetas e Valois: "derivando sua legitimidade de uma eleição convencional, Filipe VI manteria o trono por toda a vida, transmitindo-o subsequentemente a Eduardo III, a quem adotaria como seu filho mais velho" (AUTRAND, 2007, p. 281, tradução nossa). A intervenção de místicos religiosos não pode ser descartada como fator político, uma vez que a campanha pela coroação de Carlos VII da França em 1429 encontrou imenso respaldo nas visões de Joana D'Arc, que asseguravam a benção divina sobre ele (BARKER, 2012). Essa coroação contrariou o Tratado de Troyes (1420), que determinava que Henrique V da Inglaterra, ou seu herdeiro, seria o sucessor de Carlos VI da França; ou seja, incorporava essencialmente o mesmo conteúdo do vaticínio de Santa Brígida.

Após a fuga do Rei da França, quando o silêncio recaiu sobre o campo de batalha, Froissart afirma que Eduardo III se dirigiu a seu filho e lhe disse: "– Querido filho, Deus permita que você continue por muito tempo neste caminho. Você é de fato meu filho, pois cumpriu seu dever com muita lealdade neste dia. Você se provou ser digno de governar uma terra" (FROISSART, 1968, p. 93, tradução nossa). Essa fala diz muito a respeito das expectativas referentes à realeza e à aristocracia na Baixa Idade Média: por seu desempenho em perfurar cavalos, derrubar cavaleiros, despedaçar elmos e quebrar lanças – para

usar as palavras de Le Baker – o Príncipe de dezesseis anos não só havia se mostrado à altura do título de Cavaleiro, mas provara ser digno de um dia ser rei.

No final do sábado de 26 de agosto de 1346, os ingleses detinham o campo, mas o resultado de Crécy foi tão surpreendente que eles não compreenderam a extensão de sua vitória até o dia seguinte, tendo passado a noite em alerta e em posição, imaginando que o Rei Filipe reorganizaria suas forças e renovaria a luta no domingo (LE BEL, 2011, p. 182-183; FROISSART, 1968, p. 93-94). Somente quando perceberam que o perigo havia passado, arautos foram enviados para o campo para registrar os senhores e homens de armas caídos, reconhecidos por seus brasões. Então os nobres inimigos foram enterrados com solenidade próximos à igreja de Montenay (FROISSART, 1968, p. 95). Os corpos dos genoveses foram deixados para trás.

Segundo Rogers(ROGERS, 1999a, p. 155, tradução nossa), "[...] vitórias no campo de batalha não eram nem necessárias, nem suficientes para a conquista, mas ainda assim eram altamente vantajosas". A vitória em Crécy não definiu a guerra, mas permitiu que Eduardo III sitiasse a cidade portuária de Calais, no extremo norte da Picardia, por um ano inteiro sem ser molestado (GRAY, 1907, p. 115). A morte de tantos senhores franceses representou a perda não só de Cavaleiros, mas de recrutadores, comandantes, governantes, conselheiros e magistrados e criou um vácuo de poder que resultaria em inúmeros conflitos internos na França. Conforme Bertrand Schnerb (2007, p. 272, tradução nossa):

> Crécy foi uma grande derrota, mas não serviu de lição. Os líderes franceses não entenderam na época o que estava de errado com as táticas de sua escolha. Sem dúvida eles consideraram que a Batalha de Crécy havia sido um acidente. Porém, este evento, seguido imediatamente pelo cerco e a queda de Calais, foi o começo de problemas profundos para a monarquia francesa. O fracasso militar foi seguido por outras dificul-

> dades: problemas monetários e financeiros, dissensão política, o enfraquecimento da autoridade real, e – não menos importante – a Peste Negra. Depois de 1348, o poder militar francês estava consideravelmente diminuído em relação ao que havia sido durante o período de 1339-1346.

Enquanto a França iniciava um período turbulento e a dinastia Valois parecia em risco de ter curta duração, a Inglaterra Plantageneta estava em ascensão. Com a conquista de Calais, em 1347, a campanha inglesa chegou ao fim, e o rei e seus guerreiros retornaram para casa para serem recebidos como heróis. Para eles, a profecia que Le Baker atribuíra ao rei João da Boêmia havia se concretizado: eles eram os Cavaleiros mais nobres do mundo.

3.5 - Considerações finais do capítulo

Crécy tem sido considerada por parte da historiografia um ponto de inflexão da Cavalaria medieval. A batalha teria demonstrado que a cavalaria pesada não tinha mais poder decisivo em combate. Discordamos dessa interpretação. Acreditamos que Crécy, na verdade, reitera o que Matthew Bennet (2016) concluiu a respeito da cavalaria pesada: sem suporte ela não era capaz de obter sucesso. Ainda assim, a luta se estendeu por várias horas entre o entardecer e a noite do sábado de 26 de agosto de 1346; mesmo com todo o caos e confusão do campo de batalha, os franceses puderam se reagrupar e atacar diversas vezes, demonstrando coragem e perícia extraordinários, a despeito de suas falhas iniciais.

A habilidade, força e resistência física dos guerreiros ingleses, nesse contexto, não podem ser subestimadas, bem como a vantagem que sua posição defensiva e sua disciplina e organização, instiladas por uma liderança forte – Rogers (1999c, p. 283) chega a afirmar que Eduardo III foi um dos maiores generais de sua era – lhes concederam no confronto. Os homens de armas a serviço dos Plantagenetas tinham grande versatilida-

de, sendo experientes no combate desmontado, mas também capazes de realizar cargas de cavalaria bem coordenadas, conforme demonstrado em Blanchetaque. Seus arqueiros ofereceram um trunfo importante que, contudo, não deve ser tirado de proporção; sua função era atenuar o ataque, mas jamais teriam conseguido impedi-lo, ou mesmo suportá-lo, se não tivessem a infantaria pesada a seu lado. O sucesso dos ingleses em Crécy dependeu, desse modo, do bom uso de armas combinadas (ALLMAND, 1988, p. 15).

Por outro lado, em nossa inquirição buscamos compreender o que era a Cavalaria, em sentido amplo, para aqueles que a vivenciaram no século XIV. Desse modo, ainda que tenham feito uso de arqueiros – como os franceses, aliás, tentaram usar os besteiros – e combatido a pé, os aristocratas ingleses viam a si mesmos, e eram vistos por seus inimigos, como Cavaleiros. Em nenhum momento após Crécy os ingleses foram, por aqueles motivos, acusados de falta de Cavalaria; pelo contrário, sua reputação militar alcançou um patamar sem precedentes (SAUL, 2008, p. 98). Acreditamos, portanto, em concordância com Richard W. Kaeuper (1999), que a essência da Cavalaria estava nos feitos de armas, fossem ou não a cavalo, identificados com a virtude máxima da proeza. Nesse sentido, Eduardo III, o Príncipe de Gales e os condes e homens de armas em sua companhia mostraram ser, aos olhos de seus contemporâneos, Cavaleiros excepcionais.

CONCLUSÃO

Desde o princípio da pesquisa que deu origem a esta obra, percebemos que uma compreensão aprofundada da Cavalaria – instituição que escapa a uma definição concisa, possuindo elementos militares, políticos, culturais e sociais – exigia que a mesma fosse estudada em seu ambiente primordial: a guerra. Estudos sobre os aspectos literários da Cavalaria abundam, mas acreditamos que ocasionalmente o objeto perde a clareza, confundindo-se com o ideal romântico de Cavalaria concebido pelos pensadores do século XIX. Diante disso, nos filiamos à História da Guerra, seguindo os preceitos de Philippe Contamine e Christopher Allmand, que defendem uma abordagem ampla para a guerra medieval, considerada além de seus aspectos puramente militares (que, contudo, não devem ser descartados). A escassez de trabalhos no Brasil sobre a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) reforçou nosso desejo de abordar o período.

A Guerra dos Cem Anos teve início como apenas o mais recente de uma série de confrontos entre as monarquias da França e da Inglaterra. Esses conflitos, nos quais a Cavalaria foi um elemento de destaque, remontam ao século XI e foram cruciais para os desdobramentos políticos de ambos os reinos. Contudo, frente às transformações na prática da guerra do início do século XIV – maior eficácia da infantaria e surgimento da artilharia – uma parte significativa da historiografia medievalista considera que a Cavalaria entrou em decadência, perdendo seu valor militar e sobrevivendo apenas na pompa e no espetáculo da aristocracia tardo-medieval.

Esta tese do declínio da Cavalaria teve início com Johan Huizinga e Raymond Kilgour e se estabeleceu com força de paradigma durante a maior parte do século XX, influenciando autores como Georges Duby, Franco Cardini, Jean Flori e Jérôme Baschet, bastante conhecidos no Brasil. Mesmo o historiador militar norte-americano Clifford J. Rogers, eminente pesquisador da Guerra dos Cem Anos, adotou essa teoria, sob o viés da "Revolução Militar" do século XIV. A partir da metade da década de 1970, contudo, a ideia de declínio vem sendo desafiada por uma série de medievalistas, tais como Philippe Contamine, Malcolm Vale e Maurice Keen.

A tese do declínio da Cavalaria se baseia, de modo geral, nas seguintes premissas: a) a Cavalaria na Baixa Idade Média havia perdido seu vigor guerreiro e seu valor moral; b) a cavalaria pesada, a partir do século XIV, teria sido ostracizada no campo de batalha. Realizamos um exame minucioso dessas proposições, utilizando tanto de fontes quanto de historiografia, e acreditamos ter sido seguramente demonstrado que: a) durante todo o medievo Cavalaria foi criticada pela suposta perda de seu vigor guerreiro e seu valor moral, não sendo esse um privilégio da Baixa Idade Média; b) a cavalaria pesada continuou sendo eficaz em batalha mesmo além da Idade Média, sendo o principal componente dos primeiros exércitos permanentes franceses. Inadvertidamente, a teoria de declínio da Cavalaria acaba por promover dois mitos: o de uma "Era Dourada" da Cavalaria na Idade Média Central (séculos XI-XIII); e o da supremacia militar da cavalaria pesada no mesmo período. Ambos têm sua origem no século XIX, e não encontram respaldo em uma análise crítica da documentação medieval.

Apesar da relativização da tese do declínio da Cavalaria por diversos historiadores, entretanto, quando se trata da campanha e da Batalha de Crécy (1346), o consenso parece prevalecer de que, naquele momento, a Cavalaria de fato fracassou; afinal, os ingleses vitoriosos combateram a pé – contando com o apoio vital do arco longo – e os franceses, que combateram a cavalo, foram aniquilados. Além disso, o

grande número de homens de armas mortos sugere um conflito com os regulamentos Cavaleirescos de autopreservação aristocrática, simbolizados pela tomada de prisioneiros.

Contudo, em nossa análise da campanha militar de Crécy, tornou-se perceptível que a Cavalaria se fez presente em todo o seu decorrer, desde o desembarque do exército inglês na Normandia, em 13 de julho de 1346, até a brutal batalha ocorrida no Ponthieu, em 26 de agosto do mesmo ano. Buscamos desconstruir a ideia de que a Cavalaria se limitava ao combate montado e de que ela era uma força constante de redução da violência. Ao invés disso, argumentamos que a Cavalaria era intrinsecamente ligada à atividade guerreira da aristocracia e que a honra e a proeza – a habilidade nos feitos de armas – eram seus valores essenciais. Esses valores, ligados à fama e à reputação, exerciam profunda influência nas relações de poder da aristocracia; de tal maneira que informam as ações e motivações de Eduardo III da Inglaterra e de Filipe VI da França naquele enfrentamento.

Por fim, gostaríamos de nos deter sobre uma fala de Michael Prestwich, feita ao final de sua análise sobre a Batalha de Crécy, na qual recorre à imaginação em um esforço por tentar evocar a guerra de uma forma que as fontes documentais são incapazes:

> O barulho da batalha era aterrador, com tambores e trombetas, e o sibilo de flechas em voo, o relinchar dos cavalos assustados, o clangor de metal contra metal e as explosões inesperadas dos canhões ingleses. O cheiro de medo, de homens assustados e de animais em pânico deve ter permeado o campo. Estandartes e brasões de armas providenciavam esplendor visual enquanto o engajamento começava, mas na luz poente à medida que a luta avançou, as cores teriam se tornado cada vez menos evidentes. O crepúsculo deve ter feito a apavorante cena de combate ficar ainda pior, trazendo medo e confusão adicionais. Esta não foi uma luta de cavalheiros, dominada pelas convenções da cultura Cavaleiresca. Houve carnificina horrível e montes de homens mortos e agonizantes marcavam o terreno de matança

> do campo de batalha. Devemos nos impressionar com a bravura de homens que se submeteram voluntariamente a tais horrores (PRESTWICH, 2007, p. 157, tradução nossa).

Prestwich contrapõe o horror da guerra às aspirações elevadas da Cavalaria, mas nossa análise nos leva a concluir que essa é uma falsa dicotomia, aquilo que Richard W. Kaeuper (1999, p. 138-139) consideraria uma visão higienizada dessa instituição medieval. A Cavalaria comportava dentro de si aspectos que podem nos parecer contraditórios ou irreconciliáveis, mas que faziam perfeito sentido para seus praticantes – não muito diferente das relações entre fé e violência no medievo, antes ou depois das Cruzadas (RUST, 2018; RILEY-SMITH, 2019).

O adubamento do Príncipe de Gales; as *chevauchées*; a tomada de prisioneiros em Caen; as justas em Blanchetaque; a heráldica; o comando e liderança das tropas; a disciplina e a lealdade; a competitividade, a vaidade e a arrogância; a carga de cavalaria pesada; o combate corpo a corpo desmontado; o prestígio e reputação de reis e senhores; a luta sem misericórdia em Crécy; o massacre dos genoveses; o senso de superioridade aristocrático; a colaboração com os arqueiros; a cavalgada para a morte do Rei da Boêmia; a resistência ferrenha do Príncipe de Gales na vanguarda; o sangue, a matança, a honra e a glória: tudo isso fazia parte da Cavalaria. Assim sendo, consideramos que a campanha que culminou com a Batalha de Crécy, longe de ser um marco de seu declínio, foi um dos eventos que melhor evidenciaram toda a sua complexidade no século XIV.

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais

ASHLEY, W. J (ed.). **Edward III and his wars, 1327-1360**. Londres: David Nutt, 1887.

CAMPANELLI, Maurizio. The Anonimo Romano at his desk: recounting the battle of Crécy in fourteenth-century Italy. *In*: KOOPER, Erik; LEVELT, Sjoerd (ed.). **The Medieval Chronicle**. Amsterdã: Rodopi, 2014. v. 9. p. 33-78.

CAVALLAR, Osvaldo; DEGENRING, Susanne; KIRSHNER, Julius. **A grammar of signs**: Bartolo da Sassoferato's tract on insignia and coat of arms. Berkeley: Robins Collection Publications, 1994.

CHANDOS HERALD. **Life of the black prince.** Ed. e trad. Mildred K. Pope; Eleanor C. Lodge. Oxford: Clarendon Press, 1910.

CHARNY, Godofredo de. **The book of chivalry of Geoffroi de Charny**: text, context and translation. Ed. Richard W. Kaeuper. Trad. Elspeth Kennedy. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1996.

CHRONIQUE desquatre premierValois[1327-1393].Ed. Siméon Luce. Paris: Jules Renouard, 1862.

CLARAVAL, Bernardo de. **In praise of the new knighthood**: a treatise on the knights templar and the holyplaces of Jerusalem.Trad. Conrad Greenia. Collegeville: Cistercian Publications, 2001.

FROISSART, Jean. **Chronicles**. Trad. Geoffrey Brereton. Baltimore: Penguin Classics, 1968.

GRAY, Sir Thomas. **Scalacronica**. Ed. e trad. Sir Herbert Maxwell. Glasgow: John Maclehouse & Sons, 1907.

LE BEL, Jean. **The true chronicles of Jean Le Bel, 1290-1360**. Ed. e trad. Nigel Bryant. Woodbridge: The Boydell Press, 2011.

LLULL, Ramon. **O livro da ordem de cavalaria (c. 1274-1276)**. Trad. Ricardo da Costa. São Paulo: Editora Giordano, 2000.

MYERS, A. R (ed.). **English historical documents, 1327-1485**. Londres: Routledge, 1996.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da idade média**: textos e testemunhas. São Paulo: UNESP, 2000.

ROGERS, Clifford J. (ed.). **The wars of Edward III**: sources and interpretations. Woodbrige: The Boydell Press, 1999b.

THE ORDER ofknighthood. *In*: BUSBY, Keith (ed.). **Le roman des eles and l'ordene de chevalerie**: two early old french didactic poems. Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1983. p. 170-175.

Bibliografia

AGUIAR, Miguel. "Fazer cavaleiros": as cerimónias de investidura cavaleiresca no Portugal medieval (séculos XII-XV). **Cuadernos de Estudios Gallegos**, Santiago de Compostela, v. 62, n. 128, p. 13-46, 2015.

AGUIAR, Miguel. **A ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV.** 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Medievais) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2016.

ALLMAND, Christopher. **The Hundred Years War**: England and France at war (c. 1300-c. 1450). Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

ALMEIDA, Néri de Barros. A idade média entre o "poder público" e a "centralização política": itinerários de uma construção historiográfica. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 49-70, 2010.

ALVARO, Bruno Gonçalves. **As veredas da negociação**: uma análise comparativa das relações entre os senhorios episcopais de Santiago de Compostela e de Sigüenza com a monarquia Castelhano-Leonesa na primeira metade do século XII. 2013.280 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

AUTRAND, Françoise. France under Charles V and Charles VI. *In*: JONES, Michael (ed.). **The new Cambridge medieval history 6:** c. 1300-c. 1415. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 422-441.

AUTRAND, Françoise. The battle of Crécy: a hard blow for the monarchy of France. *In*: AYTON, Andrew; PRESTON, Philip. **The battle of Crécy, 1346**. Woodbridge: The Boydell Press, 2007. p. 273-286.

AYTON, Andrew. Arms, armour, and horses. *In*: KEEN, Maurice. **Medieval warfare** (ed.): a history. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 186-208.

AYTON, Andrew. The battle of Crécy: context and significance. *In*: AYTON, Andrew; PRESTON, Philip. **The battle of Crécy, 1346**. Woodbridge: The Boydell Press, 2007. p. 1-34.

BACHRACH, David S. **Warfare in tenth-century Germany**. Woodbridge: The Boydell Press, 2012.

BARBER, Richard; BARKER, Juliet. **Tournaments**: jousts, chivalry and pageants in the middle ages. Nova York: Weidenfeld & Nicolson, 1989.

BARKER, Juliet. **Agincourt**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BARKER, Juliet. **Conquest**: the english kingdom of France, 1417-1450. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

BARNIE, John. **War in medieval english society**: social values and the Hundred Years' War, 1377-99. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1974.

BARTHÉLEMY, Dominique. **A cavalaria**: da Germânia antiga à França do século XII. Campinas: Unicamp, 2010.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**: do ano mil à conquista da América. São Paulo: Globo, 2006.

BENNETT, Matthew. The myth of the military supremacy of knightly cavalry. *In*: FRANCE, John (ed.). **Medieval warfare, 1000-1300**. Abingdon: Routledge, 2016. p. 171-183.

BLACK, Jeremy. **A military revolution?**: military change and european society, 1550-1800. Londres: MacMillan Press, 1991.

BOISSELLIER, Stéphane. Ideologia da guerra ou ideologia dos guerreiros?: mais algumas interpretações do relato da batalha do Salado (1340) no *livro de linhagens* do conde dom Pedro. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 7, p. 84-103, 2014.

BOULTON, D'Arcy J. D. **Knights of the crown**: the monarchical orders of knighthood in later medieval Europe, 1325-1520. Woodbrige: The Boydell Press, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Edições 70, 2011.

BRADBURY, Jim. **Stephen and Matilda**: the civil war of 1139-53. Cheltenham: The History Press, 2005.

CARDINI, Franco. The warrior and the knight. *In*: LE GOFF, Jacques. **The medieval world.** Londres: Parkgate Books, 1997. p. 74-111.

CARDINI, Franco. Guerra e cruzada. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. (coord.) **Dicionário analítico do Ocidente medieval**. São Paulo: Editora Unesp, 2017. 2 v. v. 1, p. 529-545

CASTRO, Hebe. História social. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 42-52.

CONTAMINE, Philippe. **La Guerre de Cent Ans**. Paris: PUF, 1968.

CONTAMINE, Philippe. Points de vue sur la chevalerie en France a la fin du moyen age. **Francia**, v. 4, Paris, p. 255-285, 1976.

CONTAMINE, Philippe. **War in the middle ages**. Nova York: Barnes & Noble, 1998.

CORNWELL, Bernard. **Waterloo**: a história de quatro dias, três exércitos e três batalhas. Rio de Janeiro: Record, 2015.

COSTA, Ricardo da. **A guerra na idade média**: um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica. Rio de Janeiro: Edições Paratodos, 1998.

CURRY, Anne. **The Hundred Years War**. 2 ed. Nova York: Palgrave Mac-Millan, 2003.

DEVRIES, Kelly. **Infantry warfare in the early fourteenth century**. Woodbridge: The Boydell Press, 1998.

DRUCIAK, Carmem Lúcia. **A escrita da história na França de 1380 a 1404**: as representações discursivas sobre o cavaleiro Bertrand du Guesclin (†1380). 2018. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

DUBY, Georges.**Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. 1 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DUBY, Georges. **A sociedade cavaleiresca**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines**: 27 de julho de 1214. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FALCON, Francisco. História e poder. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 53-74.

FERRARESE, Lucio Carlos. **Guerra e política**: Guilherme, o conquistador, e a batalha de Hastings nas fontes anglo-normandas dos séculos XI e XII. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

FIRNHABER-BAKER, Justine. Techniques of seigneurial war in the fourteenth century. **Journal of Medieval History**, Londres, v. 36, n. 1, p. 90-103, 2010.

FLORI, Jean. **A cavalaria**.São Paulo: Madras, 2005.

FLORI, Jean. Cavalaria. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. (coord.) **Dicionário analítico do Ocidente medieval**. São Paulo: Editora Unesp, 2017. 2 v. v. 1. p. 210-226.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A idade média**: o nascimento do Ocidente. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GARCÍA FITZ, Francisco. **Ejércitos y actividades guerreras en la edad media europea**. Madri: Arco Libros, 1998.

GENET, Jean-Philippe. Estado. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. (coord.) **Dicionário analítico do Ocidente medieval**. São Paulo: Editora Unesp, 2017. 2 v. v. 1. p. 444-458.

GIROUARD, Mark. **The return to Camelot**: chivalry and the english gentleman. New Haven: Yale University Press, 1981.

GOODWIN, George. **Fatal colours**. Londres: W&N, 2012.

GREEN, David. **The Hundred Years War**: a people's history. New Haven: Yale University Press, 2014.

HEFFERAN, Matthew. Household knights, chamber knights and king's knights: the development of the royal knight in fourteenth century England. **Journal of Medieval History**, Londres, v. 45, n. 1, p. 80-100, 2019.

HONEYWELL, Mark L. **Chivalry as community and culture:** the military elite of late thirteenth- and fourteenth-century England. 2006. 385 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Estudos Medievais, Universidade de York, York, 2006.

HUIZINGA, Johan. The political and military significance of chivalric ideas in the late middle ages. *In*: **Men and ideas:** history, the middle ages, the renaissance. Princeton: Princeton University Press, 1959. p. 196-206.

JACOB, Frank; VISONI-ALONZO, Gilmar. **The military revolution in early modern Europe**: a revision. Nova York: Palgrave Pivot, 2016.

JONES, Michael. The last Capetians and early Valois kings, 1314-1364. *In*: JONES, Michael (ed.). **The new Cambridge medieval history 6:** c. 1300-c. 1415. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 388-421.

KAEUPER, Richard W. **Chivalry and violence in medieval Europe**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

KAEUPER, Richard W. **Medieval chivalry**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

KEEN, Maurice. **Chivalry**.New Haven: Yale University Press, 1984.

KEEN, Maurice. **England in the later middle ages**. Londres: Routledge, 1990.

KEEN, Maurice. **The Penguin history of medieval Europe.** Londres: Penguin Books, 1991.

KEEN, Maurice. Introduction: warfare and the middle ages. *In*: KEEN, Maurice (ed.). **Medieval warfare**: a history. Oxford: Oxford University Press, 1999a. p. 1-9.

KEEN, Maurice. The changing scene: guns, gunpowder, and permanent armies. *In*: KEEN, Maurice (ed.). **Medieval warfare**: a history. Oxford: Oxford University Press, 1999b. p. 273-291.

KEEN, Maurice. Chivalry and the aristocracy. *In*: JONES, Michael (ed.). **The new Cambridge medieval history 6:** c. 1300-c. 1415. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 209-221.

KILGOUR, Raymond**. The decline of chivalry as shown in the french literature of the middle ages**. Cambridge: Harvard University Press, 1937.

LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da idade média.**2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LE GOFF, Jacques. Rei. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. (coord.) **Dicionário analítico do Ocidente medieval**. São Paulo: Editora Unesp, 2017. 2 v. v. 2. p. 441-464.

MCFARLANE, Kenneth B. **The nobility of later medieval England**: the Ford lectures of 1953 and related studies. Oxford: Oxford University Press, 1973.

MORSEL, Joseph. **La aristocracia medieval**. Valência: Publicaciones de la Universitat de València, 2008.

NICHOLSON, Helen. **Medieval warfare**: theory and practice of war in Europe, 300-1500. Nova York: Palgrave MacMillan, 2004.

OMAN, Charles. **The art of war in the middle ages**. Oxford: B. H. Blackwell, 1885.

PARKER, Geoffrey. **The military revolution**: military innovation and the rise of the West, 1500-1800. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PARROTT, David. **The business of war**: military enterprise and military revolution in early modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

PERROY, Edouard. **The Hundred Years War**. Bloomington: Indiana University Press, 1962.

POWER, Daniel. Who went on the Albigensian Crusade? **English Historical Review**, Oxford, v. 128, n. 534, p. 1047-1085, out. 2013.

PRATA, Rafael Costa. **In armorum artibus spectabiles satis sunt**: relações político-militares e poder monárquico na trajetória visigoda durante a antiguidade tardia (332-711). 2016. 570 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

PRESTWICH, Michael. The battle of Crécy. *In*: AYTON, Andrew; PRESTON, Philip. **The battle of Crécy, 1346**. Woodbridge: The Boydell Press, 2007. p. 139-157.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

RILEY-SMITH, Jonathan. **As cruzadas**: uma história. 1 ed. Campinas: CEDET, 2019.

ROBERTS, Michael. The military revolution, 1560-1660. *In*: ROBERTS, Michael. **Essays in swedish history**. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1967. p. 195-225.

RODRÍGUEZ CASILLAS, Carlos J. La guerra medieval em su contexto: entre el mito y la realidade. **Roda da Fortuna**, Barcelona, v. 1, n. 2, p. 158-169, 2012.

ROGERS, Clifford J. The military revolutions of the Hundred Years' War. **The Journal of Military History**, Lexington, v. 57, n. 2 p. 241-278, 1993.

ROGERS, Clifford J. The age of the Hundred Years War. *In*: KEEN, Maurice (ed.). **Medieval warfare**: a history. Oxford: Oxford University Press, 1999a. p. 136-160.

ROGERS, Clifford J. Edward III and the dialects of strategy, 1327-1360. *In*:ROGERS, Clifford J. (ed.). **The wars of Edward III**:sources and interpretations. Woodbrige: The Boydell Press, 1999c. p. 265-283.

RUST, Leandro Duarte. **Bispos guerreiros**: violência e fé antes das cruzadas. Petrópolis: Vozes, 2018.

SACCOMORI, Guilherme Floriani. **Guerreiros e batalhas na mira de Jean Froissart (1337-1405)**: cenário em transformação. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SANTOS, Airles Almeida dos. **Entre o visível e o invisível:** a morte enquanto estratégia de legitimação do poder régio da primeira dinastia portuguesa (1325-1383). 2019. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

SANTOS, Fernando Pereira dos. **Cronistas e combatentes**: a escrita da história na Inglaterra da Guerra dos Cem Anos (1330-1360). Rio Branco: Edufac, 2019.

SAUL, Nigel. **The three Richards**: Richard I, Richard II and Richard III. Londres: Hambledon Continuum, 2008.

SAUL, Nigel. **Chivalry in medieval England**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

SCHNERB, Bertrand. Vassals, allies and mercenaries: the French army before and after 1346. *In*: AYTON, Andrew; PRESTON, Philip. **The battle of Crécy, 1346**. Woodbridge: The Boydell Press, 2007. p. 265-272.

SILVA, Marcelo Cândido da. **História medieval**. São Paulo: Contexto, 2019.

SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. Nova história militar. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 113-132.

SUMPTION, Jonathan. **The Hundred Years War 1**:trial by battle. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1990.

SUMPTION, Jonathan. **The Hundred Years War 2**: trial by fire. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999.

SUMPTION, Jonathan. **The Hundred Years War 3**: the divided houses. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2009.

SUMPTION, Jonathan. **The Hundred Years War 4**: cursed kings. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015.

TAYLOR, Craig. English writings on chivalry and warfare during the Hundred Years War. *In*: CROSS, Peter; TYERMAN, Christopher (ed.). **Soldiers, nobles and gentleman**: essays in honour of Maurice Keen. Woodbridge: The Boydell Press, 2009. p. 64-84.

TAYLOR, Craig. **Chivalry and the ideals of knighthood in France during the Hundred Years War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

TYSON, Diana B. Jean Le Bel: portrait of a chronicler. **Journal of Medieval History**, Londres, v. 12, p. 315-332, 1986.

VALE, Malcolm. **War and chivalry**: warfare and aristocratic culture in England, France, and Burgundy at the end of the middle ages. Londres: Duckworth, 1981.

VALE, Malcolm. England, France and the origins of the Hundred Years War. *In*: JONES, Michael; VALE, Malcolm. **England and her neighbours (1066-1453)**: essays in honour of Pierre Chaplais. Londres: The Hambledon Press, 1989. p. 199-216.

VALE, Malcolm. **The ancient enemy:** England, France and Europe from the Angevins to the Tudors (1154-1558). Londres: Hambledon Continuum, 2007.

VIARD, Jules. Henri le moine de Bâle à la bataille de Crécy. **Bibliothèque de l'école des chartes**, Paris, t. 67, p. 489-496, 1906.

WHETHAM, David. **Just wars and moral victories**: surprise, deception and the normative framework of european war in the later middle ages. Leiden: Brill, 2009.

ZIERER, Adriana; BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro. **Cavalaria e nobreza**: entre a história e a literatura. Maringá: Eduem, 2017.

ZIERER, Adriana; MESSIAS, Bianca Trindade. O mundo da cavalaria do século XIII na concepção de Ramon Llull. **Roda da Fortuna**, Barcelona, v. 2, n. 2, p. 128-154, 2013.

SOBRE O AUTOR

Ives Leocelso Silva Costa sempre foi apaixonado pela Idade Média. Em 2018, graduou-se em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). No mesmo ano, ingressou no Mestrado em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS-UFS), no qual foi aprovado na primeira colocação. Este livro é o resultado dessa pesquisa, conduzida sob a orientação do professor doutor Bruno Gonçalves Alvaro. Atualmente, Ives está aprofundando seus estudos sobre a Cavalaria Plantageneta no século XIV no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE), sendo o primeiro doutorando aprovado a pesquisar História Medieval nessa entidade. Ives é professor efetivo da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas (SEDUC-AL) e atua na cidade de Maceió, onde reside.

EditoraUFS